



NESTA EDIÇÃO

FILOMENO MANAÇAS
O espaço digital
e as nossas defesas
OPINIÃO • 13

EVENTO EM SETEMBRO
Angola prepara
participação na
Assembleia Geral
da ONU
ÚLTIMA • 40

AFRICA HEADLINE.COM



Portal de notícias
online de referência
sobre África destaca lei
angolana contra
a desinformação
ANÁLISE • 36

ESPECIALIDADE
Aprovada Conta
Geral do Estado
referente ao exercício
económico de 2024
POLÍTICA • 2

MINISTRA DA SAÚDE
Hospital Pediátrico
do Huambo fica
concluído este ano
SOCIEDADE • 7

BEM POR ANGOLA
Associação Filantrópica
reabilita 10 escolas e
cinco centros de Saúde
SOCIEDADE • 5

DADOS DO I SEMESTRE



Namibe recebe mais
de 50 mil visitantes
ECONOMIA • 11

BACIA DE BENGUELA
Poço Katambi-2 vai
reforçar potencial
de oferta de gás
ECONOMIA • 11

AGRICULTURA FAMILIAR
Camponeses do Cuango
beneficiam de apoio
do projecto MOSAP-3
ECONOMIA • 10

CIRCUITO MUNDIAL DE TÊNIS



Angolanos Justin
e Lino seguem invictos
para os quartos-de-final
DESPORTO • 38

Jornal de Angola



EDIÇÕES NOVEMBRO
Faixão pela Imprensa

Sexta-feira, 7 de Agosto de 2026 • Ano 50 • N.º 18254 • Kz 114,00

Director: DRUMOND JAIME • Directores-adjuntos: CÂNDIDO BESSA e GUILHERMINO ALBERTO

■ JOSÉ DE LIMA MASSANO AVALIA PROJECTOS ESTRUTURANTES NA HUÍLA

Produção agrícola está a impulsionar o crescimento económico de Angola

O ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, destacou o crescimento da economia nacional, impulsionado pelo agro-

negócio e pelos investimentos públicos. Em missão ontem na província da Huíla para avaliar os projectos estruturantes, o governante visitou várias iniciativas

privadas, como a Fazenda Jamba, referência nacional na produção de morangos, e reafirmou o apoio do Executivo aos empresários locais. ÚLTIMA • 40



Ao Encontro da História

■ NGOLA KABANGU

"Nunca fomos contra os portugueses como povo, como nação. Combatíamos, sim, o sistema colonial português"

ENTREVISTA 26 a 29



■ REUNIÃO DE MINISTROS DA DEFESA

Roteiro de Luanda permite coordenação entre os exércitos de Angola e dos EUA

POLÍTICA • 3



■ EXPOSIÇÃO DE MEIOS

Ministro "Liberdade" exalta Museu Militar como verdadeiro guardião da soberania

POLÍTICA • 3



■ MINISTRO CONSTATA AVANÇOS DAS OBRAS NO ICOLO E BENGU

Quilonga Grande vai levar água a cinco milhões de habitantes

SOCIEDADE • 5



■ SECTOR PETROLÍFERO ANGOLANO

Produção nacional projectada para 1,045 milhão de barris/dia até final do ano

ECONOMIA • 11

■ SOCIÓLOGO PAULO DE CARVALHO E JURISTA DÁRIO GASPAR ANALISAM A LEI CONTRA INFORMAÇÕES FALSAS

Quem divulgar “fake news” na internet pode cumprir até 10 anos de prisão

Especialista em Sociologia diz que a lei é oportuna por as redes sociais serem propícias a vinganças, enquanto o advogado considera que o diploma preserva o respeito pela liberdade de expressão

Paulo Caculo

Cidadãos que divulgarem informações falsas na internet que comprometam processos eleitorais ou a segurança do Estado passarão a ser responsabilizados criminalmente pelos tribunais angolanos. Desde que a acção seja comprovada, a punição pode chegar a 10 anos de prisão.

A moldura penal é determinada pela Lei n.º 6/26, denominada Lei Contra Informações Falsas na Internet, publicada em Diário da República de 4 de Agosto deste ano.

O diploma estabelece, ainda, penas de prisão de um a três anos para a divulgação de informações falsas e de três a oito anos quando o conteúdo incitar ao ódio ou atentar contra o bom nome e a reputação de pessoas ou instituições.

O sociólogo Paulo de Carvalho considera a aprovação da lei oportuna, destacando que a internet é um fenómeno relativamente recente e que Angola carecia de legislação para punir uma prática que já é amplamente combatida pelo mundo.

“Não somos excepção; portanto, reafirmo a necessidade e a oportunidade desta lei. As redes sociais tornaram-se locais privilegiados para as pessoas descarregarem ódio e frustrações, porque o quase ano-



Sociólogo Paulo de Carvalho

“O que se passa é que as redes sociais são locais privilegiados para as pessoas descarregarem ódio, frustrações e traumas, porque o quase anonimato faz com que se sintam protegidas”

nimato faz com que se sintam protegidas”, argumentou o especialista no estudo do comportamento das sociedades.

Ainda que a primeira pessoa saiba a origem da informação, continuou Paulo de Carvalho, as seguintes já não sabem



Jurista Dário Gaspar

exactamente de onde partiu a mensagem. “Até mesmo o primeiro destinatário terá dúvidas, embora agora não apareça

o aviso de que a mensagem ou a notícia foi reencaminhada”, esclareceu.

O especialista em sociologia admitiu ainda que é possível ocultar o selo de reencaminhamento nas redes sociais: “Muitas vezes, porque queremos enviar a mensagem para várias pessoas, acabamos por eliminar esse pormenor”.

Seja como for, prosseguiu Paulo de Carvalho, a verdade é que as pessoas se refugiam no anonimato das redes sociais para “descarregar esses ódios, frustrações e traumas”, alertando para o facto de “ser muito comum a deturpação de factos com o objectivo de ferir, denegrir ou malizar alguém, uma pessoa física, uma instituição ou pessoa colectiva”.

As redes sociais e a internet, explicou o sociólogo, são palcos propícios tanto para vinganças quanto para burlas. “Se estes fenómenos já ocorriam sem a internet, a rede veio potenciar este tipo de actuação; daí que a lei faça todo o sentido”, acentuou.

Paulo de Carvalho admitiu, no entanto, discordar da ausência de distinção nas punições para infracções leves e graves aplicadas a pessoas colectivas. “Não há diferença se a infracção é leve ou grave. Acho que aí terá havido um erro, porque não faz sentido; é preciso

que haja alguma diferenciação”, defendeu.

Regulamentação do espaço digital

O jurista Dário Gaspar entende que a entrada em vigor da lei que estabelece o regime de combate à divulgação de informações falsas na internet marca uma nova etapa na regulamentação do espaço digital em Angola.

“O diploma legal pretende reforçar a responsabilização de quem produz, manipula, financia ou divulga conteúdos falsos, causando prejuízos a pessoas, instituições ou ao interesse público”, sublinhou o também advogado.

Dário Gaspar confirmou que a lei prevê penas de até 10 anos de prisão para a disseminação de informações falsas que afectem processos eleitorais ou a segurança do Estado. Para os casos gerais de divulgação de boatos, a pena varia entre um e três anos, podendo subir para o intervalo de três a oito anos se o conteúdo incitar ao ódio ou atentar contra o bom nome e a reputação de pessoas e instituições.

“É importante referir que esta lei determina, ainda, que as plataformas digitais adoptem mecanismos de transparência e de remoção de conteúdos considerados ilícitos, sob pena de, também, poderem ser responsabilizadas, introduzindo um modelo de responsabilização das empresas que operam no ambiente digital”, explicou.

Segundo o jurista, a lei representa um passo importante na adaptação do ordenamento jurídico angolano às novas realidades tecnológicas, destacando que a sua aplicação deve respeitar os princípios constitucionais, nomeadamente a legalidade, proporcionalidade e liberdade de expressão.

REUNIÃO DAS COMISSÕES DE ESPECIALIDADE DO PARLAMENTO

Aprovada Conta Geral do Estado do exercício financeiro de 2024

Mazarino da Cunha

A **Conta Geral** do Estado referente ao exercício financeiro de 2024 foi aprovada ontem, na especialidade, pelas comissões de trabalho da Assembleia Nacional. O documento recebeu 20 votos a favor, oito contra e nenhuma abstenção.

Segundo o relatório-parecer conjunto, o documento sobre o desempenho económico de 2024 estimou receitas superiores a 24,7 biliões de kwanzas. O valor representa um aumento de 22,94% relativamente ao Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2023.

A relatora do projecto, deputada Paula Contreiras, referiu que o documento espelha o desempenho dos principais indicadores macroeconómicos que



Deputados da 5.ª Comissão da Assembleia durante a reunião

impactaram directamente a execução do OGE no exercício de 2024.

Entre os principais elementos abordados, Paula Contreiras enumerou a taxa de inflação, os balanços orçamentais, financeiro e patrimonial da dívida pública anual, o inventário geral de bens públicos, os fundos autónomos e o programa de privatizações. A deputada destacou ainda o desempenho

financeiro do Banco Nacional de Angola, a recuperação de crédito malparado do BPC e os relatórios de gestão das missões diplomáticas.

Paula Contreiras ressaltou também que o diploma referente ao exercício económico de 2024 foi elaborado com base nos princípios da transparência e da boa governação, conforme determinado pela Constituição e em obediência às

disposições da Lei do Orçamento Geral do Estado.

Executivo entregou relatório dentro do prazo

A presidente da 5.ª Comissão de Especialidade (Economia e Finanças), Aia-Eza da Silva, exortou os deputados a felicitem o Executivo pelo cumprimento do prazo estabelecido pela Lei do Orçamento Geral do Estado para a entrega da Conta Geral do Estado de 2024.

Em reacção à inquirição apresentada pelo deputado Agostinho Kamuango, do Grupo Parlamentar da UNITA, Aia-Eza da Silva esclareceu que o Executivo entregou o documento à Assembleia Nacional em Setembro de 2025, prazo legalmente estabelecido.

Segundo a presidente da 5.ª Comissão, a responsabilidade do Executivo restringe-se à entrega da Conta Geral do Estado dentro do prazo legal. A deputada sublinhou que a “tarefa termina aí”, cabendo depois aos legisladores a respectiva apreciação do documento.

ENCERRAMENTO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

Quatro iniciativas legislativas vão à votação final no dia 12

Mazarino da Cunha

A **reunião** plenária solene de encerramento da 4.ª Sessão Legislativa da V Legislatura da Assembleia Nacional está agendada para o próximo dia 14, altura em que a Conta Geral do Estado referente ao Exercício Fiscal de 2024 vai à apreciação.

A agenda da plenária foi divulgada pelo 1.º secretário da Mesa da Assembleia Nacional, Manuel Dembo, no final da conferência de líderes dos grupos parlamentares.

A reunião, realizada ontem sob a orientação do presidente do Parlamento, Adão de Almeida, visou preparar as próximas sessões plenárias, agendadas para os dias 12, 13 e 14 deste mês.

Manuel Dembo informou, ainda, que no dia 12 vai acontecer a 4.ª Reunião Plenária

Extraordinária da 4.ª Sessão Legislativa, para a apreciação da Conta Geral do Estado referente ao exercício fiscal de 2024.

Para o mesmo dia, está agendada a 5.ª Reunião Plenária Extraordinária, para proceder à votação final global de quatro iniciativas legislativas, nomeadamente a Lei da Cibersegurança, da Base do Sistema de Saúde, bem como a Execução de Actos Jurídicos Internacionais, que Autoriza o BNA a emitir e colocar em circulação uma Moeda Metálica Comemorativa.

De igual modo, ressaltou Manuel Dembo, o plenário vai discutir e votar importantes diplomas de autorização legislativa sobre a Atribuição de Incentivos Fiscais Adicionais Aplicáveis às Áreas de Concessão dos Blocos 17-25, 19, 32-21, 33-24, 34 e 35.

■ 2.ª REUNIÃO DA DEFCOM ANGOLA - EUA

Roteiro de Luanda permite coordenação entre exércitos

Pedro Ivo

O Roteiro para a Cooperação em Matéria de Defesa 2026 – 2031 assinado ontem, em Luanda, entre Angola e os Estados Unidos da América (EUA) vai permitir uma coordenação mais estreita e periódica entre as forças armadas dos dois países.

De acordo com a Declaração Conjunta sobre a 2.ª Reunião do Comité Conjunto de Cooperação de Defesa Angola – Estados Unidos (DEFCOM), os dois governos pretendem aprofundar a relação nos domínios da Defesa e Segurança.

O documento estabelece ainda que ambos os países devem prosseguir com a análise e os trabalhos para implementar a cooperação nas áreas discutidas. O tema será abordado na próxima Reunião de Coordenação Nacional, que vai tratar de questões operacionais e táticas para dar cumprimento às decisões estratégicas do comité.

O Roteiro compreende, igualmente, as linhas estratégicas para os próximos cinco anos, reforçando o compromisso mútuo de promover a estabilidade regional e o intercâmbio militar.

O documento sobre o encontro informa, também, que a próxima Reunião da DEFCOM será realizada nos Estados Unidos, em 2028.

Ao discursar no encer-

ramento do encontro, que decorreu nos dias 5 e 6 deste mês, o secretário de Estado para a Indústria Militar, Afonso Neto, referiu que Angola acolheu com interesse as propostas de cooperação apresentadas pelos EUA. A cooperação abrange áreas estratégicas da Defesa, como Educação, Segurança Marítima, Operações Especiais, Espaço, Ciberdefesa, Saúde Militar e Inteligência.

Segundo o governante, o país vai proceder à avaliação das propostas, assegurando que a futura cooperação contribua para o desenvolvimento das capacidades nacionais, formação do capital humano e transferência de conhecimento e tecnologia.

Por sua vez, o secretário-adjunto da Defesa dos EUA para os Assuntos Internacionais, Daniel Zimmerman, classificou o encontro como um momento útil de colaboração, considerando a assinatura do Roteiro de Luanda como um mapa de caminho para a cooperação futura.

O responsável norte-americano afirmou que foram abordados temas importantes para ambas as nações, com muitos interesses partilhados, e defendeu o diálogo franco para resolver eventuais diferenças. “Esperamos continuar a trabalhar juntos onde os nossos interesses se alinham”, declarou.

■ 81 ANOS DA BOMBA ATÓMICA NO JAPÃO

Angola rende homenagem às vítimas de Hiroshima

A embaixadora de Angola no Japão, Teodolinda Coelho, testemunhou, ontem, a cerimónia dos 81 anos desde o lançamento da bomba atómica na cidade de Hiroshima.

O evento, que juntou pela primeira vez 121 países, decorreu no Parque Memorial da Paz, um monumento erguido em homenagem às vítimas.

Segundo uma nota a que o *Jornal de Angola* teve acesso, a Primeira-Ministra japonesa, Sanae Takaichi, apelou a “um mundo livre de armas nucleares” durante o seu discurso na cerimónia.

A posição foi defendida também pelo prefeito de Hiroshima, Matsui Kazumi. Ao discursar, o governante solicitou aos líderes mundiais a “abolição imediata das armas nucleares”, alertando para os danos catastróficos que estas causam à humanidade.

Às 08h15 locais, hora exacta em que a bomba atómica foi lançada sobre a cidade, os participantes observaram um minuto de silêncio em memória das cerca de 140 mil pessoas que perderam a vida em consequência do

ataque norte-americano de 6 de Agosto de 1945.

De acordo com a nota, a embaixadora Teodolinda Coelho seguiu depois para Nagasaki, a outra cidade japonesa atingida por uma bomba atómica três dias após o ataque a Hiroxima. O bombardeamento provocou a morte imediata de 74 mil pessoas. Os dois ataques, que precipitaram o fim da II Guerra Mundial (1939-1945), são os únicos casos na História em que foram utilizadas armas nucleares em tempo de guerra.



Embaixadora na cerimónia

■ JOÃO ERNESTO DOS SANTOS “LIBERDADE” NA ABERTURA DA FEIRA NACIONAL

Ministro de Estado exalta Museu Militar como verdadeiro guardião da soberania

Ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República defendeu que o evento promove a aproximação entre as instituições de Defesa e a sociedade

Miguel Brás

O ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, João Ernesto dos Santos “Liberdade”, afirmou, ontem, em Luanda, que o Museu de História Militar se consolidou como verdadeiro guardião da memória dos homens e mulheres que contribuíram para a defesa da soberania e da independência.

O governante falava na abertura do evento, que decorre sob o tema “Museu Nacional de História Militar, 48 anos a promover o conhecimento histórico, preservando a memória militar”. A actividade integra as comemorações do 48.º aniversário da instituição que salvaguarda o acervo histórico das Forças Armadas Angolanas.

“Neste espaço, encontram-se preservados documentos, equipamentos, símbolos e testemunhos que permitem às gerações do presente e do futuro compreender o percurso histórico da Nação angolana”, disse o ministro de Estado, realçando o percurso histórico da Nação angolana em diferentes épocas.

Para o ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, o museu tem transmitido importantes lições de patriotismo, coragem e compromisso com a Pátria, honrando todos aqueles que contribuíram para a sua criação, defesa e valorização no contexto nacional.

João Ernesto dos Santos “Liberdade” considerou a preservação histórica um pilar fundamental no fortalecimento da resiliência nacional. “Num contexto caracterizado por inúmeras ameaças, cyberameaças, criminalidade transnacional e crescente competição estratégica, preservar a memória histórica constitui também um pilar para fortalecer a resiliência nacional”, afirmou.

Feira reforça preservação da memória histórica

O director do Museu Nacional de História Militar, Bernardo Amélia, afirmou que a Feira Nacional de História Militar valoriza o legado das lutas de libertação, da defesa da soberania e da paz. O responsável sublinhou ainda que o evento lança as bases para a realização de uma edição internacional em 2028.

O responsável afirmou que o certame representa um marco na preservação, valorização e divulgação da memória colectiva de Angola.

Segundo Bernardo Amélia, a exposição integra docu-



Chefe da Casa Militar do Presidente da República (ao centro) quando visitava a Feira Nacional

O governante disse, também, que a iniciativa se vai consolidar como um fórum nacional de reflexão histórica, científica e cultural, envolvendo universidades, centros de investigação, museus, arquivos, instituições militares e parceiros nacionais e internacionais.

Primeira Feira da História Militar

Ao abordar sobre a Feira da História Militar, João Ernesto dos Santos “Liberdade” destacou que o evento representa a abertura de um espaço de reflexão e valorização do património histórico militar.

“A inauguração desta feira representa muito mais do que o início de uma actividade comemorativa; assinala a abertura de um espaço de reflexão e valorização do Património Histórico-Militar Nacional, promovendo a aproximação entre as instituições de defesa, comunidade académica, centros de investigação, antigos combatentes e veteranos da Pátria, estudantes e a sociedade em geral”, frisou.

“A inauguração desta feira representa muito mais do que o início de uma actividade comemorativa; assinala a abertura de um espaço de reflexão e valorização do Património Histórico-Militar Nacional”

A primeira edição, disse, marca o início da tradição que se pretende perpetuar, num esforço contínuo para reafirmar a riqueza da história militar em Angola como instrumento essencial para a preservação da identidade nacional, memória colectiva e da cultura estratégica do Estado.

Desafios do presente

João Ernesto dos Santos “Liberdade” afirmou que o presente exige responsabilidade na preservação do legado histórico, tendo lem-

brado que as guerras contemporâneas não se desenvolvem apenas nos campos de batalha, manifestam-se, também, no domínio da informação, do ciberespaço, da tecnologia e da disputa narrativa.

O ministro de Estado ressaltou que a I Feira Nacional de História Militar nasce com a visão de promover o diálogo entre gerações, estimular a investigação científica, divulgar o património histórico-militar angolano, incentivar o intercâmbio institucional e despertar nas novas gerações o interesse pelo conhecimento da História Militar de Angola.

João Ernesto dos Santos “Liberdade” destacou três momentos fundamentais da evolução da história militar angolana. O primeiro centra-se na resistência e defesa da dignidade dos povos; o segundo foca-se na conquista e consolidação da Independência e defesa da soberania; e o terceiro corresponde ao período actual, marcado pela modernização, profissionalização e inovação tecnológica.

instituições congéneres estrangeiras, visando promover o intercâmbio técnico-científico e estabelecer parcerias.

Nesse contexto, o responsável anunciou que o Museu Nacional de História Militar pretende organizar, em 2028, uma Feira Internacional de História Militar, por ocasião das celebrações dos 50 anos da instituição.

O evento deverá reunir os países que participaram nos diferentes momentos da História Militar de Angola, criando um espaço internacional de partilha de experiências, investigação científica e valorização do património histórico comum.

■ CARLA CATIVA CONFERE POSSE A JOVENS QUADROS NO CUANDO

Novos gestores municipais são desafiados a combater ilegalidades

Responsáveis recém-empossados desafiados a combater, de forma afincada, as construções desordenadas e a ocupação ilegal das reservas fundiárias do Estado

Lourenço Bule / Mavinga

Os municípios do Rivungo, Luengue e Mucusso, na província do Cuando, contam, desde a última quarta-feira, com novos administradores municipais.

Trata-se dos quadros Bernabé Luís Baptista, Aurélio Mesquita e Joaquim Assureira de Oliveira, que passam a integrar o pelouro de Carla Cativa.

Durante a cerimónia de tomada de posse, a governadora provincial desafiou os administradores recém-empossados a combaterem, de forma afincada, as construções desordenadas e a ocupação ilegal das reservas fundiárias do Estado.

A governante sublinhou que o ordenamento do território e a salvaguarda do património público devem ser prioridades absolutas na nova gestão municipal.

Carla Cativa esclareceu que o combate a esses fenómenos visa proteger a política de distribuição de lotes de terrenos para a auto-construção dirigida. A governante sublinhou que a salvaguarda destas áreas permite a implementação de diversas infraestruturas sociais projectadas para alavancar o desenvolvimento socioeconómico da província.

“Os administradores municipais devem trabalhar junto das populações, transmitindo-lhes a visão estratégica do Executivo angolano sobre o desenvolvimento sustentável do país, em geral, e do Cuando, em particular”, salientou a governadora.



Governadora exigiu maior dinamismo e responsabilidade aos novos quadros da província

Carla Cativa conferiu, igualmente, posse, na mesma ocasião, aos responsáveis dos gabinetes provinciais dos Recursos Humanos do Governo da Província, Denilson Ernesto, de Desenvolvimento Económico Integrado, Baptista Mutetela, Acção Social, Família e Igualdade de Género, Rita Cavunge, e da Saúde, Sandra Iyani.

No mesmo acto, tomaram posse o secretário-geral do Governo Provincial, Filipe Bunga, bem como os assessores para a área jurídica do gabinete da governadora e do vice-governador para o Sector Político, Económico e Social, nomeadamente José Manuel e António Ave-

lino, respectivamente.

Administrações reforçadas com mais meios rolantes

Carla Cativa aproveitou a ocasião para proceder à entrega de novas viaturas aos nove municípios que compõem a província do Cuando, para, entre outros fins, facilitar o trabalhos das administrações municipais junto das populações, com realce para aquelas que residem em zonas recônditas.

As viaturas, destacou a governadora, destinam-se ao reforço da autonomia dos gestores públicos, sobretudo da capacidade de resposta às necessidades das comunidades.

Além das viaturas todo-o-terreno destinadas às zonas mais recônditas, a governadora procedeu à entrega de carros ligeiros. Os novos meios circulantes têm como finalidade reforçar a capacidade logística e apoiar o trabalho administrativo e de campo desenvolvido pelos distintos gabinetes provinciais.

Nos próximos dias, os municípios vão ser reforçados com camiões do tipo 6x6, para o transporte de água potável e de combustível para apoiar a produção agrícola. Carla Cativa salientou que os camiões vão, ainda, facilitar o escoamento da produção agrícola e apoiar os serviços municipais.

saltou a deputada.

Por sua vez, o jurista Carlos Cabaça, presente no acto, considerou a iniciativa relevante e garantiu que a sua materialização vai fortalecer o ordenamento jurídico angolano.

O especialista apontou que o desafio actual passa por desenhar mecanismos práticos para que esses projectos deem entrada na Assembleia Nacional, por formas a permitir que o cidadão participe, activamente, na feitura das leis.

Carlos Cabaça lembrou ainda que a participação directa dos cidadãos na vida pública tem respaldo pleno no artigo 52.º da Constituição da República de Angola, que assegura a todos o direito de participar na vida política e na direcção dos assuntos públicos, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.

“É importante que os cidadãos participe e contribua com ideias para o franco desenvolvimento do país”, disse o jurista.

■ REFORÇO DA PAZ

A CIVICOP e o desafio de reconciliar a nação

A importância institucional da CIVICOP no reforço da paz e da harmonia social reside na sua capacidade de transformar uma questão historicamente sensível num processo público de reconciliação.

Ao assumir a responsabilidade de lidar com as consequências dos conflitos políticos, o Estado cria um espaço institucional para reconhecer sofrimentos, corrigir silêncios e devolver às famílias o direito de conhecer o destino dos seus entes queridos.

Mais do que olhar para o passado, o foco é impedir que feridas abertas continuem a gerar desconfiança, ressentimentos e divisões na actualidade.

A actuação da CIVICOP ganha particular relevância ao demonstrar que a reconciliação não se constrói pelo esquecimento. Uma sociedade verdadeiramente pacificada necessita de memória, verdade e mecanismos para tratar as suas dores colectivas, evitando que o passado seja transformado num instrumento permanente de confronto.

Cada processo de locali-

zação, identificação e entrega dos restos mortais representa, nesse sentido, uma intervenção concreta sobre uma ferida social: permite às famílias encerrar uma espera, recuperar a dignidade dos seus mortos e, sobretudo, substituir a incerteza por uma resposta institucional.

É nesta dimensão que a CIVICOP se afirma como um instrumento de consolidação da paz e da harmonia social. O seu trabalho contribui para criar uma nova relação entre a memória e o futuro, lembrando o que aconteceu não para reabrir conflitos, mas para extrair as lições necessárias à convivência nacional.

Quando o Estado demonstra capacidade para reconhecer dores que atravessaram gerações e tratá-las com responsabilidade, fortalece-se a confiança nas instituições e ampliam-se o espaço para o perdão, a tolerância e a unidade. A paz deixa, assim, de ser apenas um marco histórico e passa a ser uma construção permanente, sustentada pela capacidade de uma sociedade reconciliar-se consigo mesma.

■ COMITÉ DO MPLA NO HUAMBO

Pereira Alfredo aprovado para primeiro-secretário

Marcelino Wambo / Huambo

O militante Pereira Alfredo foi aprovado como candidato a primeiro-secretário do MPLA na província do Huambo. A eleição formal ocorrerá durante a Conferência Provincial, que antecede o IX Congresso Ordinário do partido, agendado para os dias 9 e 10 de Dezembro, em Luanda.

A Subcomissão Provincial validou a candidatura de Pereira Alfredo após a verificação de 2.993 assinaturas válidas. O volume superou a exigência regulamentar do processo eleitoral interno do partido, que fixa o mínimo de 2.500 subscrições para a homologação do candidato.

Ao anunciar o veredicto, o coordenador provincial da Subcomissão de Candidaturas, Ernesto Estêvão Pedro, destacou o elevado nível de adesão conseguido pelo candidato.

O responsável considerou que o volume de assinaturas recolhidas superou as expectativas iniciais da comissão técnica, traduzindo com fidelidade o forte apoio manifestado pelos militantes. A dinâmica par-

ticipativa das bases, disse, demonstra a vitalidade da organização face ao processo eleitoral interno.

Segundo explicou, Pereira Alfredo apresentou um total de 3.010 assinaturas, das quais 17 foram consideradas inválidas, tendo sido validadas 2.993 subscrições, correspondentes a 119,73 por cento do número mínimo exigido para a formalização da candidatura.

Satisfação do mandatário

O mandatário da candidatura, Amilton da Gama, manifestou satisfação com o desfecho da fase de validação. O representante afirmou que o sentimento actual é de missão cumprida.



Pereira Alfredo mereceu a confiança dos militantes

■ INICIATIVAS LEGISLATIVAS

UNITA quer mais participação dos cidadãos na criação de leis

Arcénia Vemba

A presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Albertina Ngolo, defendeu, em Luanda, a necessidade de uma maior participação dos cidadãos nos processos de produção de leis no país, no quadro do que estipula o ponto 5 do artigo 167.º da Constituição da República de Angola.

A parlamentar do maior partido na oposição defendeu uma maior inclusão dos cidadãos na produção legislativa nacional durante um encontro com a sociedade civil realizado na última quarta-feira.

Na perspectiva da deputada, uma participação popu-



Parlamentares da UNITA interagiram com a sociedade civil

lar mais activa permitirá recolher contributos fundamentais para a criação de leis inclusivas e consensuais.

“Entendemos que na sociedade civil também existem ideias diferentes, isto é, que fazem a diversidade”, res-

■ OBRAS NA ZONA DE BOM JESUS



Manuela Mateus | Edições Novembro | Bom Jesus

Projecto Quilonga começa a funcionar em Dezembro

Manuela Mateus | Bom Jesus

O Projecto Quilonga Grande (Sistema 5), em construção na zona de Bom Jesus, província do Icolo e Bengo, entrará em funcionamento em Dezembro deste ano, com a conclusão da primeira fase das obras.

Considerada um dos investimentos mais estratégicos do Executivo angolano, a infra-estrutura terá capacidade para bombear 518 mil metros cúbicos de água por dia. O sistema vai beneficiar perto de cinco milhões de habitantes entre as províncias de Luanda e do Icolo e Bengo.

Em declarações à imprensa, ontem, durante uma visita de constatação técnica à empreitada, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, informou que o projecto apresenta, globalmente, 64% de execução física, estando a sua conclusão definitiva prevista para o início de 2027.

O governante explicou que o projecto vai arrancar com testes e ensaios operacionais nos seus principais componentes. João Baptista Borges revelou ainda que os trabalhos nas estações de captação de



Manuela Mateus | Edições Novembro | Bom Jesus

Infra-estrutura vai bombear 518 mil metros cúbicos de água/dia

■ CINCO PROVÍNCIAS DO PAÍS

AFIBA vai recupera infra-estruturas sociais

Engrácia Francisco

Dez escolas e cinco centros de saúde de média e pequena dimensão, em cinco províncias, vão ser reabilitadas, até 2027, pela Associação Filantrópica do Bem por Angola (AFIBA), anunciou, ontem, em Luanda, o secretário-geral da organização.

Durante o lançamento da campanha filantrópica "Unidos para Transformar", Mário Domingos anunciou que a meta do projecto é restaurar 15 infra-estruturas sociais em comunidades periféricas do país. O plano prevê a reabilitação de dez escolas e cinco postos de saúde, fortalecendo a rede pública de ensino e assistência médica.

O responsável sublinhou que a iniciativa dá continuidade a um conjunto de acções de impacto social que a instituição desenvolve de forma ininterrupta nos últimos oito anos.

As infra-estruturas abrangidas pelo projecto, avançou, estão localizadas nas províncias de Luanda, Namibe, Cabinda, Zaire e Moxico.

"Vamos começar já amanhã com as obras numa escola do primeiro ciclo, localizada no município dos Mulenvos", avançou.

Relativamente aos critérios de selecção das infra-estruturas, o secretário-geral da AFIBA esclareceu que o processo é definido com base nas necessidades prioritárias de cada localidade.

O responsável sublinhou que a meta estratégica da organização é expandir a actuação e levar o projecto de reabilitação social a todas as 21 províncias do país. "O

água bruta (a partir do rio Kwanza), de tratamento e de distribuição já se encontram numa fase avançada, registando mais de 90% de execução física.

De acordo com o governante, as infra-estruturas destinadas à adução de água para os mais de 10 centros de distribuição estão a avançar a bom ritmo. Estas unidades, equipadas com grandes tanques de armazenamento, serão fundamentais para garantir a estabilidade do fornecimento de água potável e a segurança hídrica das populações conectadas ao novo sistema.

João Baptista Borges deu a conhecer que o Projecto Quilonga Grande é o maior sistema de abastecimento de água que o país alguma vez construiu. "A grandeza deste projecto mostra o impacto do investimento que o Executivo está a realizar para resolver o problema do abastecimento de água em Luanda e Icolo e Bengo", revelou.

Manuela Mateus | Edições Novembro | Bom Jesus

■ INCLUSÃO DIGITAL NAS ZONAS RURAIS

SADC traça novas estratégias para expandir conectividade

Estados membros alinham estratégias sobre gestão do espectro para a Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2027

Celeste de Melo

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) quer acelerar a inclusão digital para garantir o acesso aos serviços de telecomunicações às populações que vivem em áreas rurais e remotas.

A informação foi avançada ontem, em Luanda, por Samkeliso Shongwe, presidente da Reunião Preparatória da SADC para a Conferência Mundial de Radiocomunicações (WRC-27). O responsável sublinhou que o foco principal da organização regional é mitigar as assimetrias no acesso à internet e expandir a conectividade móvel onde a cobertura das redes ainda é bastante limitada.

Em declarações à imprensa durante a III Reunião Preparatória dos países da África Austral, o dirigente considerou que a harmonização das políticas regulatórias entre os Estados-membros constitui um marco decisivo para o desenvolvimento das telecomunicações na região.

Samkeliso Shongwe reforçou que a padronização de normas e frequências é o caminho mais rápido para atrair novos investimentos tecnológicos e baixar os custos dos serviços para os cidadãos da SADC.

Shongwe explicou que o objectivo é preparar os Estados-membros para a introdução das futuras redes 6G. Segundo o responsável, a transição tecnológica vai tornar as nações da região muito mais competitivas no mercado global das telecomunicações. O encontro, que decorre em Luanda desde o dia 3 deste mês, visa estabelecer as bases para que a região apresente uma posição unificada na WRC-27. O objectivo é influenciar as decisões glo-



RAIMUNDO MBIZA | Edições Novembro

bais sobre a gestão do espectro radioeléctrico.

"Queremos que os países da SADC falem a uma só voz nas negociações africanas e internacionais", sublinhou o dirigente. De acordo com o responsável, o consenso regional vai dar maior poder de voto e de negociação ao bloco na conferência mundial.

Inclusão digital

Para o responsável, a expansão da conectividade vai reduzir a exclusão digital, assegurando que mais cidadãos tenham acesso à comunicação e à Internet, além de tornar a SADC mais competitiva no sector das Telecomunicações.

No domínio Espacial, Samkeliso Shongwe anunciou que a SADC já submeteu à União Internacional das Telecomunicações (UIT) a proposta técnica para a reserva de posições orbitais destinadas ao futuro satélite regional. "Paralelamente, decorrem estudos sobre o modelo de financiamento do projecto, conduzidos por um grupo técnico especializado, enquanto Angola lidera um dos comités responsáveis pelo acompanhamento da iniciativa", informou o responsável.

O dirigente destacou que a liderança de Angola neste comité reforça o papel estratégico do país na condução

dos principais dossiês de desenvolvimento infra-estrutural da região.

Os progressos já alcançados, ressaltou, demonstram que a região está no caminho certo para consolidar uma estratégia comum em matéria de radiocomunicações, reforçando a capacidade da SADC para reduzir as desigualdades no acesso às telecomunicações e garantir que o desenvolvimento digital beneficie todas as comunidades, incluindo as mais afastadas dos grandes centros urbanos populacionais.

Ciclo preparatório

O director-geral do Departamento de Comunicações e Tecnologias Digitais da África do Sul, Dick Sono, esclareceu que a reunião integra o terceiro ciclo preparatório da WRC-27, um processo realizado ao longo de quatro anos, frisando que os países da SADC estão a alinhar as políticas nacionais para construir uma posição comum que será apresentada no encontro continental que se realiza na Tanzânia.

Entre os principais temas em debate destaca-se a alocação de frequências para as Telecomunicações Móveis Internacionais (IMT), considerada determinante para melhorar a cobertura das redes de comunicação nas zonas rurais e recônditas da região.

■ ENSINO PARA INOVAÇÃO

Executivo reafirma aposta na investigação científica

Madalena Quissanga

O Executivo, através do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI), reafirmou ontem, em Luanda, o seu empenho em fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A estratégia governamental foca-se no desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a investigação científica e estimulem a inovação tecnológica.

O objectivo central é criar mecanismos robustos de valorização e reconhecimento do mérito entre a comunidade académica e os

investigadores nacionais.

Este compromisso foi manifestado pela secretária de Estado para a Ciência, Tecnologia e Inovação durante a conferência de imprensa dedicada à III edição do Prémio Nacional de Ciência e Inovação (PNCI 2026).

A governante sublinhou que a falta de premiação, agendada para o dia 11 de Dezembro, funcionará como uma plataforma de incentivo à comunidade científica e de consagração dos principais projectos tecnológicos do país.

De acordo com Alice de Ceita e Almeida, o galardão consolidou-se como uma iniciativa credível e mobili-



Secretária de Estado para a Ciência, Alice e Almeida

zadora para investigadores, inventores e instituições de ensino superior.

A governante ressaltou que o grande propósito é colocar a produção de conhecimento ao serviço do desenvolvimento sustentável de Angola. Esta visão, reforçou a secretária de Estado, traduz o compromisso do Executivo com a implementação de políticas públicas focadas na qualidade do ensino e no reconhecimento do mérito académico.



ARSÊNIO BRAVO | Edições Novembro

Iniciativa vai reabilitar diversas escolas e centros de saúde

■ CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA NO ZAIRE

Mau estado da via ameaça cortar ligação no percurso Kivola-Nóqui

Secretário-geral da ATROMA considerou que, apesar dos receios sobre uma eventual paralisação dos trabalhos, confia numa intervenção técnica num curto espaço de tempo

GARCIA MAYOTOKO | EDIÇÕES NOVEMBRO



Viagem dos camionistas ao longo da estrada de 26 quilómetros costuma durar um a dois dias

Jaqueline Figueiredo | Mbanza Kongo

Centenas de camionistas filiados à Associação dos Transportadores Rodoviários de Mercadorias de Angola (ATROMA) podem suspender as suas viagens ao município do Nóqui, na província do Zaire.

O alerta foi dado ontem pelo secretário-geral da organização, em declarações ao *Jornal de Angola*, justificando que o mau estado do troço ameaça cortar definitivamente a circulação entre a localidade de Kivola e a sede municipal. O abandono da rota pelos transportadores poderá ditar uma crise de desabastecimento na região fronteiriça.

Miguel Domingos, que se encontra no Zaire para monitorizar o tráfego dos mais de 300 camiões que operam na região, descreveu como "lastimáveis" as condições da estrada.

O responsável alertou que o estado precário da infraestrutura rodoviária coloca em risco a segurança dos motoristas e a integridade das cargas, atrasando significativamente os prazos de entrega.

Miguel Domingos acrescentou ser quase impossível as viaturas chegarem ao Nóqui sem registarem avarias graves, como a quebra de molas e o desgaste prematuro de pneus.

A par disso, apontou a ocorrência de acidentes frequentes e a deterioração de mercadorias perecíveis como



Miguel Domingos falou ao JA



Motorista Tadeu Kenga Rio

factores que tornam a situação bastante constrangedora para o sector.

"Planeamos uma viagem calculando um ou dois dias com o camião carregado, mas vários factores prolongam o percurso para quatro ou cinco dias. Primeiro, enfrentamos o problema da falta constante de combustível no trajecto entre o Nzeto e Mbanza Kongo. Segundo, devido ao mau estado do troço Kivola-Nóqui, que tem apenas 26 quilómetros, demoramos um a dois dias a percorrê-lo, mesmo nesta época seca", relatou o motorista.

Paralisação

A ATROMA, na qualidade de representante dos camionistas, pede que se apresentem os resultados concretos da aplicação das receitas fiscais rodoviárias — nomeadamente os impostos sobre veículos em circulação — na reabilitação das estradas.

A organização alertou que, caso não sejam tomadas medidas urgentes, a classe poderá avançar para

uma paralisação total dos serviços de transporte de mercadorias no país. "Dentro de 15 a 20 dias, caso a situação lastimável do troço Kivola-Nóqui persista, a posição da ATROMA será paralisar a frota nesta rota. Exigiremos a aplicação transparente das receitas do Imposto sobre os Veí-

culos Motorizados (IVM) pago pelos camionistas, pois esperamos o devido retorno em infra-estruturas", acrescentou.

Apesar da perspectiva de paralisação da frota pelos transportadores, Miguel Domingos manifestou optimismo numa resolução célere.

O dirigente referiu acreditar que, num curto espaço de tempo, haverá uma intervenção de emergência no troço afectado, sublinhando que confia na boa-fé do Estado para salvaguardar o sector.

De acordo com o responsável, os camionistas não exigem que a via seja asfaltada de imediato, mas pedem uma acção paliativa que garanta uma circulação razoável.

O objectivo é realizar trabalhos de terraplanagem que permitam encurtar o tempo de viagem no local para, pelo menos, uma a duas horas.

A decisão da ATROMA de paralisar a frota deve-se aos graves prejuízos acumulados pelos camionistas na rota do Zaire. Segundo Miguel Domingos, o mau estado das estradas provoca avarias frequentes, sinistralidade e atrasos graves que inviabilizam os prazos contratuais de entrega de cinco dias, resultando na deterioração de alimentos e na rescisão de contratos com os clientes.

Camionistas falam dos acidentes registados ao longo do caminho

Camionistas que operam na rota Kivola-Nóqui relataram ao *Jornal de Angola* que o elevado índice de sinistralidade é uma das consequências mais graves do mau estado da via.

O motorista Tadeu Kenga Rio, de 38 anos, associado à ATROMA e com experiência no trajecto Luanda-Nóqui-Cabinda desde 2016, partilhou que já perdeu o emprego várias vezes devido a acidentes causados pelas condições da estrada, tendo sido injustamente acusado de negligência pelos antigos patrões.

"A Estrada Nacional 120 (EN-120) tem troços extrema-

mente difíceis e perigosos, com destaque para as zonas de Kivola-Nóqui, Mpozo e Nkoko, no município do Luvo. São pontos que necessitam de intervenção urgente, pois muitos camiões despistam-se devido aos buracos e à falta de sinalização para quem não conhece a via", alertou.

Tadeu Rio explicou ainda que, entre o mau estado do pavimento e a escassez crónica de combustível, a viagem de Luanda ao Nóqui chega a demorar entre 5 e 15 dias, apelando a uma intervenção imediata das autoridades competentes.

director do Gabinete Provincial da Educação, Manuel Fernando, em declarações ao *Jornal de Angola*.

O responsável detalhou que o programa beneficiou 74.902 alunos matriculados em 129 escolas da província, o que corresponde a uma cobertura de 82,5% dos estudantes do Ensino Primário no ano lectivo 2025/2026.

Segundo Manuel Fernando, a introdução de refeições quentes preparadas nas próprias escolas

transformou a realidade de milhares de crianças, garantindo melhor suporte nutricional e um ambiente propício à aprendizagem.

"O impacto do programa já é visível. Registamos maior assiduidade, diminuição do abandono escolar, melhor concentração nas salas de aula e um rendimento académico mais satisfatório. Quando a criança está bem alimentada, participa mais e aprende com maior facilidade", afirmou.

■ PESQUISA CIENTÍFICA

Mediateca do Lubango realiza novas parcerias

Isabel Dungula | Lubango

A Mediateca do Lubango, localizada na província da Huíla, firmou este ano várias parcerias estratégicas com instituições de ensino público e privado de diferentes níveis. A iniciativa visa desburocratizar e facilitar o acesso à investigação científica para estudantes e professores.

Além do suporte às pesquisas, os acordos preveem a coorganização de jornadas académicas focadas no desenvolvimento da cultura, economia, desporto, inovação e tecnologia na região.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, a directora da instituição, Winia Agostinho, explicou que esta nova dinâmica da casa de pesquisa resulta da transferência de tutela.

A gestão da Mediateca, que antes dependia do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS), passou para a responsabilidade directa do Governo Provincial da Huíla, o que tem contribuído, de forma significativa, para a melhoria e descentralização do seu funcionamento.

A responsável assegurou que o processo permitiu

maior alinhamento com as prioridades locais, reforçando o compromisso com a juventude, as instituições de ensino e a comunidade.

No plano estratégico de parcerias, a Mediateca do Lubango estreitou laços de cooperação com escolas, institutos médios, universidades, a Polícia Nacional e o Gabinete Provincial da Educação. Como primeiro resultado prático desta estratégia, a instituição promoveu a formação de 50 professores em literacia digital.

O programa visa apoiar o sistema de ensino local, capacitando os docentes para lidarem com as ferramentas tecnológicas contemporâneas e integrá-las de forma pedagógica nas salas de aula.

De acordo com a responsável, o centro está a modernizar os seus serviços, superando paulatinamente os desafios estruturais e projectando novos programas de inclusão.

A meta é consolidar a Mediateca do Lubango como um pólo de referência no conhecimento, na inovação e na promoção da cidadania participativa, capacitando os municípios para intervir directamente na resolução dos problemas sociais da província da Huíla.

EDIÇÕES NOVEMBRO



Espaço é mais frequentado por estudantes universitários

■ TRAJECTO MOÇÂMEDES-SOCOMAR

Baía das Pipas recebe sinalização rodoviária

Maria Cavela | Moçâmedes

O troço rodoviário, que liga a cidade de Moçâmedes à Baía das Pipas, município do Sacomar, província do Namibe, está a beneficiar de trabalhos de instalação de sinalização vertical e horizontal, bem como de reflectores rodoviários, uma intervenção que visa reforçar a segurança da circulação automóvel.

A empreitada constitui a fase final das obras em curso na infra-estrutura viária, aberta à circulação em junho do corrente ano, após a conclusão da reabilitação dos 8,8 quilómetros de extensão.

O projecto incluiu, ainda, a construção de uma passagem superior sobre a linha do Caminho-de-Ferro

de Moçâmedes, num investimento de cinco mil milhões de kwanzas.

Em declarações à imprensa, o administrador municipal adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários do Sacomar, Alberto Kanuku, explicou que os trabalhos compreendem a pintura de passadeiras para peões, linhas de orientação, marcas rodoviárias e a colocação de sinais de trânsito, sob responsabilidade do Governo Provincial do Namibe.

Segundo o responsável, a conclusão da sinalização vai permitir uma melhor organização da circulação rodoviária, reduzir os riscos de acidentes e proporcionar maior segurança aos automobilistas e peões que utilizam diariamente a via.

■ SECTOR DA EDUCAÇÃO NO BENGU

Alimentação escolar eleva o desempenho dos alunos

Alfredo Ferreira | Caxito

A redução do abandono escolar, o aumento da assiduidade e a melhoria do desempenho dos alunos do Ensino Primário são alguns

dos principais ganhos da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na província do Bengo.

A informação foi avançada, ontem, em Caxito, pelo

■ INSCRIÇÕES PARA O ACESSO À UAN



Vice-reitora para os Assuntos Académicos da instituição

Procura supera vagas disponíveis

Joaquim Cabanje

Mais de seis mil candidatos inscreveram-se, até à última quarta-feira, para o concurso de acesso da Universidade Agostinho Neto (UAN). O volume de inscrições já supera as 3.900 vagas disponibilizadas pela instituição para o novo ano académico. Os dados foram avançados, ontem, em Luanda, pela vice-reitora para os Assuntos Académicos.

Fernanda Benedito antecipou que, até ao dia 17 deste mês – data-limite para o encerramento das inscrições –, o volume de candidatos deverá ultrapassar a fasquia dos 15 mil. A vice-reitora sublinhou que a projecção aponta para um cenário semelhante ao dos anos anteriores, confirmando a elevada e constante procura pelos cursos ministrados na Universidade Agostinho Neto (UAN).

A vice-reitora, que acumula as funções de coordenadora da comissão institucional de acesso à UAN, informou que, das 3.900 vagas abertas, 2.115 são direccionadas para o período regular. As restantes 1.785 vagas estão alocadas para o regime pós-laboral, reflectindo a distribuição da capacidade de absorção de estudantes nos dois turnos. As vagas disponíveis, acrescentou, são para os cursos de Medicina e Geologia, assim como os de Filosofia, Línguas e Literatura em língua francesa e Línguas e Literatura africanas.

Na Faculdade de Economia há vagas apenas para o curso de Economia, enquanto a Faculdade de Ciências Sociais oferece vagas em Antropologia e Comunicação Social. Estão ainda disponíveis os novos cursos de Demografia, Gestão e Administração Pública, e Planeamento e Ordenamento do Território. Os interessados em áreas como Electrónica, Telecomunicações, Informática, Mecânica, Minas, Petróleo e Química podem inscrever-se na Faculdade de Engenharia. No Instituto de Ciências da Saúde haverá vagas em todos os cursos.

■ APOSTA NO SECTOR PROFISSIONAL

Jovens de Cabinda têm estágios remunerados

António Soares / Cabinda

Cerca de 150 jovens com formação técnico-profissional, concluída ou em andamento, vão beneficiar de um estágio remunerado de 75 mil kwanzas mensais. A garantia foi dada ontem pelo chefe dos serviços provinciais do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP).

Durante o lançamento do programa "Jovem Mais" em Cabinda, Agostinho Nsimba informou que o estágio remunerado terá a duração de três a seis meses. A iniciativa vai abranger jovens dos 16 aos 35 anos, formados no Sistema Nacional de Formação Profissional ou em institutos politécnicos.

Segundo o responsável, os estágios remunerados estão previstos para começar no

próximo mês de Outubro. Os interessados devem submeter as candidaturas por via electrónica, através do portal do INEFOP (www.inefop.gov.ao), ou entregá-las presencialmente na instituição.

O projecto, coordenado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), vai beneficiar até 500 mil jovens em todo o país até 2030. Numa primeira fase, já estão cadastradas 20 empresas, correspondentes a 143 vagas das duas mil previstas a nível nacional.

Segundo o responsável, além de remunerar os estagiários, o programa também vai pagar um bônus aos instrutores das empresas que vão acompanhar os jovens durante o processo.

■ GARANTIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Huambo ganha hospital pediátrico ainda este ano

Empreiteiro instado a cumprir os prazos, garantindo que as populações locais tenham uma melhor assistência médica



Sílvia Lutucuta efectuou uma visita de trabalho para saber sobre o andamento da empreitada

Adolfo Mundombe / Huambo

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, anunciou ontem, na cidade do Huambo, que as obras do futuro Hospital Pediátrico ficarão concluídas ainda este ano. A governante sublinhou a necessidade de o empreiteiro reforçar a força de trabalho para garantir o cumprimento dos prazos. O novo hospital terá capacidade para mais de 200 camas.

Ao falar à imprensa no final de uma jornada de trabalho de um dia à província,

a ministra reconheceu que a empreitada decorre a bom ritmo, mas alertou que a evolução física está aquém das metas. Sílvia Lutucuta explicou que a execução deveria situar-se nos 80%, mas encontra-se em apenas cerca de 50%, o que exige o reforço imediato da força de trabalho e da equipa técnica especializada.

"Comprometemo-nos a trabalhar em estreita coordenação com o empreiteiro, o fiscal da obra e o Governo Provincial do Huambo para

que esta unidade hospitalar seja concluída ainda este ano. Neste momento, não existe qualquer constrangimento financeiro. O que é necessário é aumentar a força de trabalho para acelerar a conclusão do projecto", afirmou.

Durante a visita de trabalho, Sílvia Lutucuta deslocou-se também às áreas da Maternidade, Pediatria e Neonatologia do Hospital Geral do Huambo. Com capacidade para mais de 300 camas, estes sectores já foram reabilitados e

encontram-se em fase de apetrechamento.

A ministra assegurou que a reinauguração destes serviços ocorrerá em breve, restando apenas concluir a instalação dos equipamentos.

O subempreiteiro responsável pelos equipamentos garantiu que parte do material chegará ao Huambo até amanhã, 8 de Agosto. Após a recepção, serão feitos a montagem e os testes de funcionamento das redes eléctrica e de água, do sistema de videovigilância e dos elevadores.

Reforço significativo

Na ocasião, o governador provincial do Huambo, Pereira Alfredo, afirmou que a entrada em funcionamento do Hospital Pediátrico e a reabertura dos serviços de Maternidade, Pediatria e Neonatologia do Hospital Geral vão reforçar significativamente a capacidade do sistema de saúde da província.

O governador disse ter recebido orientações da ministra da Saúde para acompanhar, de forma permanente, a execução das obras e garantir a sua conclusão dentro dos prazos.

Segundo Pereira Alfredo, a conclusão destas duas infra-estruturas, uma nova e a outra que está a ser reabilitada e equipada, permitirá melhorar substancialmente a assistência médica e medicamentosa prestada à população.

A entrada em funcionamento dos novos serviços, acrescentou, vai contribuir, também, para reduzir a pressão sobre o Hospital do Cambiote e aumentar a capacidade de resposta do sector.

■ ASSOCIAÇÃO DE ESCUTEIROS DE ANGOLA

Direito de resposta

Na sequência da notícia publicada na página 5 da edição de 3 de Agosto de 2026, com o título "Escuteiros angolanos participam em encontro mundial na Dinamarca", o *Jornal de Angola* recebeu, da Associação de Escuteiros de Angola (AEA), um direito de resposta que se publica na íntegra.

Digno Sr. Director:

Publicou o *Jornal de Angola* na edição de 3 de Agosto de 2026, com o título "Escuteiros angolanos participam em encontro mundial na Dinamarca", o *Jornal de Angola* recebeu, da Associação de Escuteiros de Angola (AEA), um direito de resposta que se publica na íntegra. Por ela consubstanciar usurpação de identidade institucional e estar eivada de factos inverídicos, a Associação de Escuteiros de Angola, uma associação de Direito Angolano, de juventude, interdenominacional, apolítica, sem fins lucrativos, destinada à formação integral de jovens, e que detém a exclusividade da aplicação do Método Escutista em Angola, fazendo-se valer do Direito de Resposta previsto na Lei nº 17/22 de 6 de Junho – Lei de Imprensa – vem por esta solicitar a publicação com o mesmo destaque dos seguintes esclarecimentos:

1. A Associação de Escuteiros de Angola – AEA – reconhecida em Diário da República da III Série de 11.10.1996 e Membro de Pleno Direito da Organização Mundial do Movimento Escuta

– OMME – desde 1999, é a única detentora da exclusividade da logomarca SCOUT e da aplicação do Método Escutista em Angola. Por determinação da OMME, apenas uma Associação Nacional Escutista por cada país está autorizada a usar as insígnias e símbolos do Escutismo, na qualidade de guardião legal de todos os elementos distintivos registados em nome da sobredita OMME, assim como usar o Método Educativo desenvolvido pelo seu Fundador, Robert Stephenson, Smyth Baden-Powell, representado pelo Bureau Mundial do Escutismo.

2. Não existe no ordenamento jurídico angolano uma "Associação Católica de Escuteiros" e nenhuma instituição pode usar a denominação "Associação de Escuteiros" sem incorrer em crime de falsa qualidade e usurpação de identidade. Existe um grupo pertencente à Igreja católica que assim se autodenomina e que, por essa mesma razão, não está reconhecido pelas leis angolanas. Também não é reconhecido tanto pela Organização

Mundial do Movimento Escuta, como pela Conferência Internacional Católica do Escutismo, organismo que, em nome da Santa Sé, congrega os escuteiros católicos do mundo. A razão dessa falta de reconhecimento é que, não fazendo parte da Associação de Escuteiros de Angola, a Associação Escutista Nacional reconhecida em Angola, estão impedidos de sê-lo internacionalmente. E não estão por isso autorizados a usar a denominação "Scouts" ou "Escuteiros" tanto dentro como fora do País.

3. Também é falso que "Os Escuteiros de Angola participam pela primeira vez no Rover Moot" conforme o título da matéria em referência. Esclarece-se que esse evento é uma actividade escutista que reúne jovens dos 18 aos 24 anos em actividades que corporizam o Método Escutista. Os Escuteiros angolanos enquadrados na AEA participaram pela primeira vez nessa actividade a nível mundial em 2010 no Quênia; a segunda vez em 2013 no Canadá; a terceira em 2025 em Portugal. Precisamente nestes dias, uma delegação de 49 jovens escuteiros das 18 Regiões Escutistas do País participa no Rover Moot Africano na África do Sul. O facto é que, 10 membros do referido grupo de jovens católicos participa numa actividade similar promovida por uma organização dissidente da Organização Mun-

dial do Movimento Escuta que sequer é, como dissemos, reconhecida pelas mais altas instâncias do Vaticano.

4. Em conclusão, a Associação de Escuteiros de Angola demarca-se deste grupo que indevidamente se autodenomina "escuteiros" e declina qualquer responsabilidade institucional quanto aos actos por eles praticados enquanto revestidos dos símbolos e insígnias escutistas que indevidamente usam. Comunica à opinião pública que estão em cursos demarques judiciais para a reposição da legalidade e o impedimento do uso ilegal e ilegítimo da sua marca identitária, que tem redundado em danos reputacionais para a sua imagem institucional em Angola e no estrangeiro.

Pela Associação de Escuteiros de Angola
José Dala
Secretário Nacional para a Sustentabilidade e Crescimento da Associação de Escuteiros de Angola
Sem outro assunto de momento, ficamos
SEMPRE ALERTA PARA SERVIR!
"Por Um Escutismo Para Todos"
Luanda aos 3 de Agosto de 2026.
O CHEFE NACIONAL
KIKAS MANUEL MACHADO



A TotalEnergies, líder global no sector energético, presente em mais de 130 países, actua em petróleo, gás, electricidade e energias renováveis, com foco na transição sustentável e na inovação ambiental.

Actualmente, recruta:

Eng.º Sistema de Controlo Submarino Sénior- REF-ESCSS/2026

Requisitos:

Formação Académica: Licenciatura ou Mestrado em Engenharia Mecânica, Electrotécnica, Automação, Petróleos ou formação equivalente;

Experiência profissional mínima de 15 anos no sector petrolífero, com forte exposição a sistemas submarinos de produção (SPS), sistemas de controlo submarino (SCS), integração de sistemas, comissionamento e operações offshore; Boa capacidade de análise e resolução de problemas técnicos complexos relacionados com sistemas hidráulicos, eléctricos, electrónicos e de controlo submarino;

Experiência comprovada em Engenharia de projectos;

Conhecimento das melhores práticas de Segurança, Saúde e Ambiente (HSE) aplicáveis às operações submarinas offshore;

Capacidade comprovada de liderança técnica, mentoria e desenvolvimento de equipas multiculturais em ambientes internacionais;

Boa capacidade de comunicação oral e escrita, elaboração de relatórios técnicos e interação com stakeholders a todos os níveis;

Fluência em Inglês, sendo o conhecimento de Francês uma mais-valia.

OIM CLOV - REF- OIMCLOV /2026

Requisitos:

Formação Académica: Licenciatura ou Mestrado em Engenharia, Matemáticas, Ciências Aplicadas ou formação equivalente;

Experiência profissional mínima de 15 anos na indústria petrolífera, e com experiência mínima de 5 anos em funções de gestão de operações offshore;

Autonomia na gestão operacional e de segurança das instalações do site offshore;

Bons conhecimentos técnicos em operações de produção, manutenção e engenharia de processos;

Planeamento e optimização, gestão da mudança e gestão de orçamento;

Capacidade de trabalhar sob pressão e em ambientes de elevada exigência técnica;

Domínio das melhores práticas de Segurança, Saúde e Ambiente (HSE) aplicáveis às operações offshore;

Fortes competências de liderança, tomada de decisão, gestão de equipas e comunicação em contextos multiculturais;

Fluência em Inglês, sendo o conhecimento de Francês uma mais-valia.

Chefe do Departamento de Exploração e B20-REF- CDEB20/2026

Requisitos:

Formação Académica: Licenciatura ou Mestrado em Engenharia Petrolífera, Mecânica ou formação equivalente;

Experiência profissional mínima de 12 anos em projectos no sector petrolífero, em onshore e offshore, com experiência relevante em engenharia e planeamento de perfuração;

Bom conhecimento dos processos de Exploração e Produção;

Boa capacidade de gestão de stakeholders e de negociação de prazos e recursos;

Fortes competências em dinamização e liderança de equipas multifuncionais;

Fluência em Inglês, sendo o conhecimento de Francês uma mais-valia.

Oferece-se: Integração em empresa dinâmica, com desafios e oportunidades de carreira, e remuneração ajustada ao perfil e experiência.

Candidaturas: Se tem o perfil mencionado e os requisitos exigidos, envie o seu CV para recrutamento@hrdangola.com no prazo de 10 dias após a publicação, indicando a referência da vaga.



BANCO NACIONAL DE ANGOLA

CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2026

O Banco Nacional de Angola vem tornar público, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º e anexo **IV** da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro – Lei dos Contratos Públicos, que está aberto o Concurso Público para a **"Prestação de Serviços de Manutenção Geral Preventiva e Correctiva das Instalações da Delegação Regional Sul do Banco Nacional de Angola na Província da Huíla"**.

1. DADOS DA ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

- 1.1 **Designação:** Banco Nacional de Angola
- 1.2 **Endereço:** Avenida 4 de Fevereiro, n.º 151 – Luanda-Angola
- 1.3 **Localidade:** Distrito Urbano da Ingombota
- 1.4 **Província:** Luanda
- 1.5 **Telefone:** (+244) 222 679 200
- 1.6 **Correio electrónico:** Concursos@bna.ao
- 1.7 **Tipo de entidade pública contratante e suas principais actividades:** Banco Central, Sector Económico, Autoridade Monetária Nacional, Emissor de Moeda e Supervisor do Sistema Financeiro.
- 1.8 **Responsabilidade da contratação:** Conta própria.

2. INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO

- 2.1 **Designação:** Serviços de Manutenção Geral Preventiva e Correctiva das Instalações da Delegação Regional Sul do Banco Nacional de Angola na Província da Huíla
- 2.2 **Tipo:** Prestação de Serviço
- 2.3 **Local da prestação do serviço:** Província da Huíla
- 2.4 **Entidades habilitadas:** Empresas de Direito Angolana
- 2.5 **Breve descrição das prestações objecto do contrato:** Prestação de Serviços de Manutenção Geral Preventiva e Correctiva das Instalações da Delegação Regional Sul do Banco Nacional de Angola na Província da Huíla.
- 2.6 **Prazo de execução do Contrato:** 12 meses

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CONCORRENTES E ÀS PROPOSTAS

- 3.1 **Habilitação ao Concurso:** estão habilitadas todas as entidades que se encontram em condições de prestar os serviços objecto do Concurso, desde que preencham os requisitos previstos no Programa do Concurso.
- 3.2 **Admissão de Propostas Variantes:** Não são admitidas.
- 3.3 **Exigência de Caução:** Não será exigida Caução, excepto se haver adiantamento.

4. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta os pressupostos enunciados no Programa de Concurso.

5. PROCESSO

- 5.1 **Condições para obtenção do Programa do Concurso:** As peças poderão ser obtidas através da página web do BNA <https://www.bna.ao/#/pt/banco/governanca-transparencia-corporativa/contratacao-publica>
- 5.2 **Preço para obtenção das Peças do Concurso:** As peças são fornecidas a título gratuito, a todos os candidatos.
- 5.3 **Prazo para aceder às Peças do Concurso:** estarão disponíveis para consulta pelos interessados na página web do BNA acima referida, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 5.4 **Prazo para apresentação das Propostas:** 30 (trinta) dias seguidos (incluindo sábados, domingos e feriados), a contar da data do dia imediatamente a seguir da primeira publicação do presente Anúncio no Jornal de Angola e Diário da República.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 6.1 **Ponto de Contacto:** Concursos@bna.ao

Luanda, aos 07 de Agosto de 2026
Banco Nacional de Angola
Departamento de Comunicação e Marca



▶ Digitalize-me!

Aceda aos Termos de Referência do
Concurso por via do Código QR

■ AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO CENTRO E SUL

Produtores de quatro províncias reforçam técnicas contra pragas

Mais de 100 profissionais do campo estiveram reunidos a fim de aprimorar conhecimentos sobre novas metodologias e dispositivos tecnológicos para uma prática agrícola avançada



Combate à devastação das culturas agrícolas nas diferentes zonas do território é prioridade

Arão Martins | Benguela

Os produtores de tomate nas províncias de Benguela, Huíla, Huambo e Cuanza-Sul reuniram-se, recentemente, na capital benguelense, para aprimorar as técnicas de combate à mosca-branca, uma das principais pragas que afecta a cultura do fruto no país.

O produto, denominado Upaxial-Colam, foi apresentado durante a segunda edição do Dia do Campo, uma iniciativa promovida pela Fazenda NR, em parceria com a multinacional chinesa Rainbow, realizada no município do Dombe Grande, província de Benguela.

Segundo o CEO da Fazenda NR, Nelson Rodrigues, um litro do insecticida permite preparar mil litros de água, quantidade suficiente para pulverizar um hectare de cultivo.

O encontro reuniu cerca de 150 produtores das quatro províncias, com o objectivo

1 HECTARE
Representa o espaço de terra que pode ser coberto com a utilização de um litro do novo insecticida

de divulgar novas tecnologias e boas práticas agrícolas.

Nelson Rodrigues explicou que o novo insecticida será distribuído pela Casa do Agricultor, em Benguela, e considerou que a mosca-branca continua a provocar elevados prejuízos na produção de tomate.

O gestor recordou que, com a entrada em funcionamento da fábrica de processamento de tomate no Dombe Grande, torna-se necessário aumentar a produção local para garantir o fornecimento regular da matéria-prima.

O CEO reconheceu que a mosca-branca continua a

causar grandes estragos, tanto entre os grandes produtores como nas famílias camponesas, originando perdas significativas.

"Para reduzir estes prejuízos, criámos o Dia do Campo, onde reunimos agricultores e camponeses para apresentar novas técnicas de produção e produtos adequados para proteger as culturas", explicou. O uso correcto de tecnologias e produtos fitossanitários, reconheceu, contribui directamente para o aumento da produtividade e da produção nacional.

Segundo o empresário, a Fazenda NR tem conseguido controlar melhor as pragas graças às parcerias estabelecidas e ao acompanhamento constante da evolução tecnológica e da investigação agrícola. Ainda assim, frisou que o conhecimento deve ser partilhado com toda a comunidade agrícola.

Antes da demonstração

prática do novo produto, os participantes assistiram a uma palestra sobre técnicas modernas de produção e utilização correcta de fertilizantes, visando melhorar a produtividade das culturas.

O director-geral da Rainbow em Angola, Klaus Gunther Urban, destacou a parceria com a Fazenda NR e explicou que o Upaxial foi desenvolvido para complementar um conjunto de soluções destinadas ao combate das principais pragas agrícolas.

Segundo a fonte, a mosca-branca multiplica-se rapidamente e constitui uma das maiores ameaças para as culturas hortícolas.

"A praga possui um ciclo reprodutivo de aproximadamente 18 a 30 dias e cada fêmea pode colocar entre 100 e 300 ovos, o que favorece uma rápida disseminação quando não existem medidas adequadas de controlo", explicou.

Klaus Gunther Urban apelou aos agricultores para utilizarem o produto de acordo com as recomendações técnicas, de modo a evitar o desenvolvimento de resistência por parte da praga.

O director de Hortícolas da Carrinho Agri, Leonardo Oliveira, considerou o evento uma importante oportunidade de capacitação para pequenos, médios e grandes produtores. Salientou que os participantes regressam às suas comunidades com maior conhecimento sobre o combate e o controlo das pragas, promovendo uma agricultura mais sustentável.

A cooperação entre empresas e produtores, reconheceu, tem sido determinante para levar novas soluções ao campo e aumentar a produção agrícola em todo o país.

■ PESCA ARTESANAL NO NZETO E SOYO

Cooperativas equipadas com novas embarcações

Fula Martins | Soyo

Pescadores artesanais associados em quatro cooperativas, nos municípios do Nzeto e Soyo, província do Zaire, receberam embarcações de casco de fibra, com respectivos motores, fora de bordo.

Os meios são para permitir uma actividade pesqueira mais adequada e segura, tendo as cooperativas beneficiado, também, de artefactos de pesca, tais como como, linhas, cabos, redes, anzóis, coletes salva-vidas, bóias, cabos torcidos, facas para escala, botas e lonas para protecção contra chuvas, bem como caixas térmicas.

A entrega dos referidos meios para a actividade pesqueira é da iniciativa do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, como apurou o *Jornal de Angola*, no acto realizado na última terça-feira, no Soyo.

Após a entrega dos meios, a ministra das Pescas e Recursos Marinhos, Carmendo Sacramento Neto, apelou aos pescadores, associados às cooperativas contempladas, a estarem firmes e unidos para uma integração eficaz durante o exercício da actividade pesqueira nessa região.

A ministra Carmen do Sacramento Neto, depois da entrega, visitou as infra-estruturas do sector Pesqueiro dos municípios do Nzeto e Soyo, tendo sugerido às cooperativas, o abandono do modelo de subsistência e abraçar uma actividade virada ao modelo empresarial.



Ministra das Pescas e governador provincial no acto de entrega

2

MUNICÍPIOS

São as localidades piscatórias da província do Zaire, visitadas pela ministra das Pescas e Recursos Marinhos

Por sua vez, o governador provincial do Zaire, Adriano Mendes de Carvalho, acompanhou a ministra Carmen do Sacramento Neto, na entrega dos meios às cooperativas e visita às infra-estruturas. Realçou que o exercício na aposta de prestação de apoio aos pescadores artesanais, agricultores familiares, aos jovens e outras pessoas que queiram desenvolver estas actividades desconsideradas como precárias, mas que muito aumentam a economia e contribuem para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Para Adriano Mendes de Carvalho, os meios entregues às cooperativas vão potenciar a actividade pesqueira nos referidos municípios, em particular, e na província do Zaire, em geral.

A presidente da Cooperativa "Mar Ungido", município do Nzeto, Maria Pedro, uma das beneficiárias, enalteceu o gesto do Executivo, por intermédio do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos, apelando para que o mesmo se estenda em outras zonas do litoral do país. As palavras desta responsável foram corroboradas pela presidente da Cooperativa Agropecuária e Pescas "Mpemba Seke", Filomena António Chito.

WAKENY DOMINGOS | EDIÇÕES NOVEMBRO

■ DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

Mais de 600 camponeses beneficiam do MOSAP-3

Lourenço Bule | Mavinga

Os 664 agricultores do município do Cuito Cuanavale, província do Cuando, beneficiados pelo Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização (MOSAP-3), desde Novembro do ano passado, estão a expandir a capacidade técnica e de produção agrícola de cereais, hortícolas e tubérculos.

O chefe do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário

(IDA) no Cuando e Cubango, Gilberto Manuel, disse ao *Jornal de Angola* que, através da implementação do MOSAP-3 a nível do Cuito Cuanavale, produziu-se na presente campanha agrícola 19 mil toneladas de milho, 18 de mandioca, 14 de mas-sango, 10 de cebola, seis de tomate, cinco de batata-doce, quatro defeijão, três de cana-de-açúcar e igual número de massambala, bem como um decouve.

Gilberto Manuel explicou que o Projecto MOSAP-3,

30 ESCOLAS DE CAMPO
São as unidades de formação existentes no município do Cuito Cuanavale, província do Cuando

a nível da província do Cuando, está a ser implementado apenas no município do Cuito Cuanavale com 30 Escolas de Campo criadas, que estão a ser asseguradas por apenas quatro especialistas para o apoio dos pequenos agricultores para o aumento da produção e acesso directo ao mercado de inputs agrícolas.

O responsável sublinhou que desde a implementação



Chefe do departamento do IDA local, Gilberto Manuel

do Projecto MOSAP-3 tem-se registado melhoria na qualidade e aumento da produção agrícola, bem como salvaguarda da segurança alimentar das populações locais, tendo em conta o clima e solos favo-

ráveis que a província do Cuando possui para ser transformada numa grande potência do sector agrícola.

Segundo explicou, antes da implementação das Escolas de Campo, os agricultores de forma rudimentar produziam 350 quilogramas de milho em um hectare, actualmente, com a introdução das ECAS, a produção aumentou significativamente, na ordem de 2.700 a 3.000 quilogramas de milho por hectare.

Objectivo das escolas

As Escolas de Campo foram criadas com o intuito de aumentar a capacidade técnica e assistência à extensão rural, através da metodologia que permitirá capacitar com várias técnicas de pro-

dução as famílias camponesas, de como, quando produzir, comercializar e gerir o seu produto.

O projecto visa, igualmente, complementar o Projecto de Resiliência Climática e Segurança Hídrica (RECLIMA) em Angola que está a ser implementado com objectivo de melhorar os serviços de água e saneamento básico, o desenvolvimento dos recursos hídricos e fortalecer a capacidade institucional para a resiliência climática no sector das Águas.

O projecto, a nível do Cuito Cuanavale, será extensivo ainda este ano para 1.114 beneficiários, seguindo depois para o Cuando, na capital Mavinga, e só depois para as restantes localidades.

■ PROVINCIA DO BIÉ

Seguro agrícola apresentado aos produtores

Os produtores agrícolas da província do Bié podem, doravante, contratar o seguro agrícola e proteger-se do risco de perda das plantações, numa dada época de cultivo. A Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA) apresentou, recentemente, na cidade do Cuito, um novo produto de seguros, que também abrange os criadores de animais. Denominado “Seguro de Protecção Agrícola”, o produto já conheceu crescimento a nível das cooperativas agrícolas e produtores animais, designadamente suínos, bovinos e caprinos, fruto da estratégia de trabalho, que confere “uma protecção sustentada de qualquer produção”, segundo explicou a delegada da Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA) no Bié, Carla Ramos.

De acordo com declarações da gestora da ENSA ao Jornal de Angola, o seguro de protecção agrícola “está com sinais encorajadores de aderência” da parte dos produtores locais, um cenário favorável para consolidar investimentos no sector produtivo da província, o que, segundo ela, deve concorrer para o aumento dos níveis de produção já na próxima safra agrícola, que deve arrancar em Outubro.

Carla Gomes explica que, para adesão da apólice, os produtores associados em cooperativas devem apresentar como critérios, uma área mínima de produção de 50 hectares, o tipo e período da cultura, bem como a condição dos solos.

Já na protecção animal, em caso de mortes de 50 por cento da produção, a seguradora reembolsará o valor percentual da perda, que deverá servir para aquisição de novos lotes de animais.

Indemnizações Carla Gomes disse, que no decorrer do exercício económico referente ao primeiro trimestre de 2026, a ENSA pagou pouco mais de 10 milhões de kwanzas em indemnizações na província do Bié.

Segundo a gestora, o montante desembolsado, que deriva de sete participações, representa o cumprimento rigoroso das obrigações contratuais da empresa, e também do contributo directo para a recuperação económica dos clientes, tanto individuais como colectivos, afectados por sinistros.

Matias da Costa / Cuito



Delegada da ENSA, Carla Ramos

■ PERFURADO NO BLOCO 24

Poço Katambi-2 confirma potencial de oferta de gás



Ministro Diamantino Azevedo presidiu ao fórum de Luanda

Yara Manuel

A perfuração do poço Katambi-2, no Bloco 24 da Bacia de Benguela, vai permitir maior produção de gás para o país, afirmou, ontem, em Luanda, o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

Diamantino de Azevedo interveio no Fórum sobre o “Contributo feminino para o sector de Oil & Gás em Angola”.

Segundo o ministro, o aumento da disponibilidade de gás representa um passo importante para fortalecer a produtividade agrícola, bem como garantir maior segurança alimentar.

Durante a sua intervenção, Diamantino de Azevedo destacou que o gás natural constitui uma matéria-prima essencial para a produção de amónia e ureia, indispensáveis para o fabrico de fertilizantes, além de desempenhar um papel determinante na indústria siderúrgica.

A diversificação da economia, disse, depende também do aproveitamento sustentável do petróleo e do gás, por serem recursos fundamentais para o desenvolvimento industrial.

O ministro recordou ainda que a sociedade moderna continua fortemente dependente dos hidrocarbonetos,

não apenas como fonte de energia, mas também como matéria-prima para cerca de seis mil produtos utilizados no quotidiano, incluindo medicamentos, materiais de construção, equipamentos tecnológicos, mobiliário e meios de transporte.

Poço Katambi-2

Em comunicado, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) e a Sonangol Exploração & Produção informaram que concluíram, com sucesso e em segurança, as operações de perfuração e teste do poço de avaliação Katambi-2, localizado no Bloco 24 da Bacia de Benguela.

De acordo com a nota, o poço foi perfurado a 1,3 quilómetros do Katambi-1 e atravessou dois intervalos produtivos com cerca de 331 metros de espessura total, confirmando a existência de reservatórios de boa qualidade, com porosidade média entre 9 e 12 por cento e uma permeabilidade superior à observada no Poço Katambi-1, perfurado em 2014/2015.

Os testes iniciais registaram uma produção estabilizada de 41 milhões de pés cúbicos padrão de gás por dia (41 MMscfd) e 1.160 barris diários de condensados.

■ PREVISÕES DO SECTOR PARA OS PRÓXIMOS MESES

Produção petrolífera sobe para 1,04 milhão de barris

Indicadores de Julho fixam oferta em 1,02 milhão de barris/dia com sinais confirmados de aumento já nos próximos meses

Yara Manuel

A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) prevê, para até ao final deste ano, uma produção petrolífera de 1,045 milhão de barris.

De acordo com a administradora executiva, Ana Miala, o mês de Julho encerrou com uma produção de cerca de 1,020 milhão de barris de petróleo por dia.

Ana Miala disse que a produção registada, na última quarta-feira, situou-se entre 1,053 e 1,054 milhão de barris/dia, que demonstra o compromisso da concessionária nacional em assegurar níveis de produção superiores a um milhão de barris diários.

O principal desafio da Indústria Petrolífera angolana reside no facto de a maior parte da produção nacional vir de blocos maduros, que já produziram mais de 70 por cento das reservas inicialmente estimadas.

A administradora da ANPG lembrou que o sector enfrenta um declínio natural da produção, considerado inevitável.

70

POR CENTO

Volume de petróleo estimado como tendo sido já explorado a partir dos blocos maduros

Todavia, avançou, a ANPG tem vindo a implementar medidas para reduzir o impacto da queda produtiva. Exemplo é o regime de Produção Incremental, criado para incentivar os operadores a continuarem a investir em campos maduros, através de uma revisão do modelo de repartição das receitas.

A executiva salientou que, antes da introdução deste mecanismo, o Estado absorvia mais de 70 por cento da produção em muitos blocos, enquanto alguns investidores recebiam apenas cerca de 10 por cento, o que reduzia o interesse em efectuar novos investimentos.

Com a Produção Incremental, avançou, os ope-

radadores que aumentem a produção passam a beneficiar de uma maior participação na produção adicional. Referiu ao Campo Dália, no Bloco 17, onde a produção aumentou de cerca de 90 mil para 140 mil barris por dia após a implementação do novo regime.

Ana Miala destacou também que a ANPG continua a apostar nas licitações petrolíferas para garantir a reposição de reservas e assegurar a sustentabilidade da produção nacional, onde cerca de 70 concessões já foram atribuídas, embora a execução dos programas de exploração ainda esteja aquém das expectativas e as licitações iniciadas em 2019 ainda não tenham resultado em novas reservas com impacto significativo.

A ANPG assume estar a implementar a Estratégia de Exploração de Hidrocarbonetos, que prevê medidas para acelerar os programas de trabalho dos investidores e impulsionar a entrada de novos projectos em produção.



Encontro discutiu sobre o papel e a presença das mulheres na indústria nacional do Oil & Gas

■ MAIS DE 50 MIL VISITANTES NO PRIMEIRO SEMESTRE

Aposta no Turismo e Infra-estruturas resulta em mais receitas no Namibe

Vanilson António / Moçamedes

Os sectores do Turismo, Pescas e Infra-estruturas continuam a impulsionar a diversificação da economia da província do Namibe, com indicadores positivos registados no primeiro semestre de 2026.

O aumento do fluxo turístico, o crescimento da actividade pesqueira, a expansão das exportações e o avanço de obras estruturantes foram apontados pelo governador provincial, Archer Manguera, como factores determinantes para o fortalecimento da economia local e para a atracção

de investimento privado.

Durante a conferência de imprensa de balanço do primeiro semestre, o governador destacou que a província recebeu 51.279 visitantes entre Janeiro e Junho deste ano, contra cerca de 40 mil turistas no mesmo período de 2025, representando um crescimento de aproximadamente 28 por cento.

Do total de visitantes, 36.167 foram turistas nacionais e 15.112 estrangeiros, números que, segundo Archer Manguera, consolidam o Namibe como um dos principais destinos turísticos do país e demonstram a crescente

importância do sector na criação de emprego, geração de receitas e captação de divisas. A actividade turística e os serviços associados movimentaram cerca de dois mil milhões de kwanzas durante o período em análise, confirmando, de acordo com o governador, que o turismo deixou de ser apenas uma actividade de lazer para assumir um papel relevante na dinamização da economia.

Qualidade do sector

Para responder às exigências do mercado, o Executivo Provincial apostou na qualificação dos recursos humanos, tendo



Governador Archer Manguera fez o balanço dos seis meses

formado mais de 600 profissionais nas áreas de guia turístico, atendimento ao cliente e hospitalidade.

No primeiro semestre, a província recebeu dois navios de cruzeiro, cujos passageiros visitaram locais emblemáticos como a Welwitschia Mirabilis, o Deserto do Namibe, a Lagoa do Arco

e a Baía dos Tigres.

Na ocasião, Archer Manguera anunciou a continuidade do programa de concessão de pontos turísticos, entre os quais a Lagoa do Arco, o Complexo de Águas Termais da Montipa, as Piscinas Naturais do Piambo e as Pinturas Rupes- tres do Caraculo.



EDITORIAL

É preciso analisar bem o que partilhar na Internet

Com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a intensificação do uso da Internet, especialmente das redes sociais, a propagação das “fake news” (falsas notícias ou informações) ganhou uma dimensão muito maior. Muitas vezes, espalhadas sem o mínimo de reflexão, as “fake news” podem trazer sérios prejuízos à sociedade, além de prejudicar o acesso à informação verdadeira. Em muitos casos, as “fake news” colocam em causa até a segurança nacional, tendo em conta que a desinformação, em massa, na Internet pode incitar à violência ou provocar instabilidade.

Preocupado com a questão, o Executivo submeteu à Assembleia Nacional – e esta aprovou – uma Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico aplicável às medidas preventivas e de responsabilização pela produção ou divulgação de informações falsas na internet que violem os direitos de todos ao bom-nome, à honra, à reputação, imagem e reserva da intimidade da vida privada e familiar, à protecção da infância e da juventude, processo democrático, bem como o segredo de Estado, de justiça e profissional.

Aprovada pelo Parlamento em Maio deste ano, a Lei contra Informações Falsas na Internet foi promulgada pelo Presidente da República a 21 de Julho, e encontra-se em vigor desde a última terça-feira, data da sua publicação em Diário da República. Composto por 31 artigos, distribuídos em cinco capítulos, a Lei n.º 6/26, de 4 de Agosto, também conhecida como “Lei Contra as Fake News”, tem como objectivos, entre outros, proteger os direitos fundamentais e fortalecer o processo democrático, por meio do combate à divulgação de informações falsas ou desinformação e do fomento às boas práticas no uso da internet em Angola, assim como responsabilizar as pessoas singulares e colectivas por práticas que fomentem a desinformação. As penas podem chegar até 10 anos de prisão.

A lei estabelece, também, a punição de contra-ordenações, devendo o infractor pagar uma coima, de acordo com a gravidade e o dano provocado. Nas contra-ordenações leves, o infractor, sendo uma pessoa singular, deverá pagar o montante mínimo equivalente a dois salários mínimos nacionais e o máximo de 50 salários. Para uma pessoa colectiva, o montante mínimo é de 10 salários mínimos nacionais e o máximo de 100 salários mínimos.

Nas contra-ordenações graves, o valor mínimo é fixado ao equivalente a quatro salários mínimos nacionais e o máximo de 50 salários mínimos para a pessoa singular, enquanto para a pessoa colectiva o valor mínimo sobe para 10 salários mínimos e o máximo para 100 salários. Já nas contra-ordenações muito graves, o montante mínimo para pessoa singular é de 20 salários mínimos e o máximo 200 salários. Para pessoa colectiva, o valor mais baixo é o equivalente a 40 salários mínimo nacionais e o máximo a 400 salários.

Aqui fica o alerta para os utentes das redes sociais: já existe uma lei que sanciona a produção e divulgação de falsas informações na Internet. Por isso, é preciso analisar bem o que partilhar.

IMAGEM DO DIA

A prática desportiva é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Além de promover a saúde física, estimula o desenvolvimento cognitivo, fortalecendo a memória, a concentração, o raciocínio e a capacidade de resolução de problemas.

ARSÉNIO BRAVO | EDIÇÕES NOVEMBRO



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Drumond Alcides Jaime Mafuta (presidente)

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS
Cândido Bessa Receado
António Samuel Eduardo
João Pedro Zua Quicua
Eunice Carla Teixeira Moreno

ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS
Guilhermino da Costa Alberto
Vitoria Quintas

DIRECTOR:

Drumond Jaime

DIRECTORES-ADJUNTOS:

Cândido Bessa e Guilhermino Alberto

DIRECTOR EXECUTIVO:

Pereira Santana

DIRECTORES EXECUTIVOS-ADJUNTOS:

António Cruz

e Bernardino Manje

PÁGINAS ESPECIAIS:

Fonseca Bengui

Faustino Henrique

Domingos Mucuta

EDITORIAS:

POLÍTICA:

Edna Dala, Paulo Curo e César Esteves (Editores), Poliana dos Santos (Sub-Editora), Santos Vilão, Afonso Matos, Joaquim Cabanhe, Nilza Massango, Carlos Bastos, Elizandra Major, Mazarino da Cunha, Pedro Ivo, Miguel Brás e Arcénia Vemba

SOCIEDADE:

Adriano de Melo e Armando Sapalo (Editores), Alexia Sonhi e Weza Pascoal (Sub-Editoras), André da Costa, Manuela Gomes, Edvaldo Cristóvão, Pedro Bica, Alberto Quiluta, Carla Bumba, Celeste de Melo, Engrácia Francisco, Jurelma de Castro, Madalena Quissanga e Sandra Silva,

ECONOMIA:

Isaque Lourenço (Editor), Vânia Indício (Sub-Editora), Hélder Jeremias, Ana Paulo, Pedro Narciso, Edvaldo de Lemos, Winnie António, Quissanga Quindai e Yara Manuel

DESPORTO:

Honorato Silva (Coordenador), Anaximandro Magalhães (Editor), Teresa Luís (Sub-Editora), Armindo Pereira, Job Franco e Elsa Arroiz

CULTURA:

Matadi Makola (Coordenador), António Bequenge (Editor), Manuel Albano e Analindo dos Santos (Sub-Editores), Amélia dos Santos e Mário Cohen

FIM-DE-SEMANA:

Isaque Cori (Editor), César André



Jornal de Angola

DELEGADO DE CACUACO:

Flávia Massua (Editora), António Cristóvão (Sub-Editor)

FOTOGRAFIA:

Santos Pedro (Editor), Contreiras Pipa (Sub-Editor), Rafael Tati, Dombelle Bernardo, João Gomes, Maria Augusta, Paulo Mulaza, Armando Costa, Arsénio Bravo, Dome Semedo, Adolfo Dumbo e Raimundo Mbiya

DIRECTORES PROVINCIAIS:

Sérgio Vieira Dias (Lunda-Sul), Pedro Suculante (Cabinda), João Luísa (Namibe), Manuel Fontoura (Cuanza-Norte), Casimiro José (Cuanza-Sul), António de Brito (Bengo), Arão Martins (Benguela), Gaudêncio Hamely (Lobito), Catarina Ramos da Cruz (Malanje), Estácio Simão Camacete (Huambo), José Chaves (Andulo), Fernando Cunha (Bié), Estanislau Costa (Huila), André Marcelino Sibi (Lunda-Norte), Victor Mayala (Uíge), Jaqueline Figueiredo (Zaire), Fula Martins (Soyo), Lourenço Bule (Cunene), Carlos Paulino (Cubango), Quintito Kanhameni (Cunene), Roque Silva (Icolo e Bengo), Joaquim Suami (Mosico)

PAGINAÇÃO E ARTE:

Adilson Santos (Editor), Luquembá Pedro, Tomás Cruz e Damilão Cavinda (Sub-Editores), Noel Pungue, Alberto Bumba, Inês Quingando, Henrique Fastudo, Raúl Geremias, Ana Paula Dias, Isabel Frágio, Yolanda Sousa, André Bataha, Amorinho Almeida, Eliandro Ramos, José Ricardo e Augusto António

CARTOON E ILUSTRAÇÃO:

Armando Pulido e Casimiro Pedro

COPY DESK:

Paulo de Carvalho (Editor), Edmira Manuel, Paulo Mateus, João Chicombe, Carlos Chipema, António da Silva, Augusto Semboia, José Filipe, Luís de Almeida, Younan Mandonga e Joaquim Calunga

O Jornal de Angola

utiliza os serviços da ANGOP, AFP, Reuters, EFE e Prensa Latina

PUBLICIDADE:

(+244) 937 550 262
(+244) 949 770 006
e-mail: publicidade@jornaldeangola.com

PROPRIEDADE

Edições Novembro, E.P.

SEDE:

Rua Rainha Ginga, 12-26
Caixa Postal 1312 - Luanda
Redacção: 222 020 174
Telefone geral (PBX): 222 036 578/9
E-mail: redacao@jornaldeangola.ao
www.jornaldeangola.ao
Telegramas: Proangola

FALOU & DISSE

O mau uso do telemóvel nas relações familiares

A utilização excessiva do telemóvel pode reduzir a comunicação entre os membros da família, diminuir os momentos de convivência e criar distanciamento emocional. O *Jornal de Angola* ouviu alguns leitores para deles obter a sua opinião sobre o assunto. Os entrevistados deixaram, também, alguns conselhos aos que enveredam por tal prática.



RONALDO BRAVO
Estudante

Morada: Projecto Nova Vida
O uso excessivo do telemóvel prejudica as relações familiares. Quando todos os membros da família se focam nas telas, há menos diálogo, atenção e tempo de qualidade. Nas refeições e nos momentos de convívio, as pessoas preferem olhar para o telefone a conversar, o que gera distanciamento emocional e conflitos, principalmente entre pais e filhos. Para fortalecer os laços, é essencial o uso do telemóvel com equilíbrio e reservar momentos sem distrações para convivência familiar.



ISABEL FREDERICO
Comunicóloga

Morada: Morada Golfe 2
Faz-se o uso excessivo do telemóvel por causa do trabalho, porque se trata de uma ferramenta indispensável para estudar, comunicar e ter acesso à informação. Porém, quando o uso é desequilibrado, isso afecta de forma clara as relações familiares e de amizade. Destaco aqui dois problemas: a redução da comunicação dentro de casa e a influência negativa nas crianças e adolescentes, que copiam o hábito dos adultos. Por isso, defendo que não é preciso eliminar o telemóvel, mas promover o seu uso consciente e equilibrado, dando exemplo às novas gerações.



VÂNIA PINTO
Enfermeira

Morada: Viana Vila
O uso excessivo do telemóvel pode influenciar de forma negativa as relações familiares, criando barreiras na comunicação, o que enfraquece os laços afectivos entre os membros da família. Reduz o diálogo, a troca de experiências e a convivência entre as pessoas. Além disso, dificulta a transmissão correcta de valores éticos, morais e culturais. Gera-se mais ligação emocional com o meio digital do que com as pessoas de casa, o que pode provocar isolamento e até dependência emocional dentro do próprio lar.

FACTOS & ILAÇÕES

Filomeno Manaças



O espaço digital e as nossas defesas

Por estes dias, o tema da segurança no espaço digital deixou de ser assunto apenas de especialistas. Entrou nas conversas diárias do cidadão angolano comum de forma brutal, apanhando-o de surpresa na madrugada de terça-feira, 28.07, na sequência do ciberataque que a Unitel, a maior operadora nacional de telecomunicações, sofreu.

Os serviços de voz, dados móveis e de Internet da operadora em todo o país foram afectados, ficando os clientes impedidos de comunicar, fazer pagamentos e transferências. Os prejuízos foram enormes para a operadora e para a economia.

O debate em torno do assunto não terminou, apesar de a Unitel ter conseguido, de forma gradual, ultrapassar os constrangimentos causados pelo ataque cibernético. Melhor dizendo, o debate só agora começou, porque o impacto causado pelo ataque veio despertar-nos para os riscos das novas tecnologias, e, sobretudo, para a nossa realidade, e colocar a questão sobre o quão preparados estamos - as empresas, as instituições públicas, as pessoas, enfim, o país - para lidar com situações dessa natureza no futuro.

A Proposta de Lei da Cibersegurança visa preencher um vazio jurídico-regulatório ao estabelecer regras claras e objectivas que permitam as autoridades do sector intervir de modo a proteger os cidadãos, instituições contra ataques cibernéticos

Ao falar dos riscos das novas tecnologias não se entenda, aqui, a sua negação, o seu papel útil, mas sim a necessidade de, com sentido de urgência, estarmos igualmente capacitados para estabelecer uma arquitectura de soluções de carácter técnico para fazer face a eventuais ameaças que o seu aproveitamento pode suscitar.

A velocidade com que as inovações tecnológicas acontecem no espaço cibernético, a interconectividade que ele proporciona e a multiplicidade de actores e interesses que nele intervêm, fazem dele uma plataforma de acrescida importância estratégica.

Ele não é apenas um espaço de fluxo de informação. É também um espaço de tomada de decisões e de execução dessas decisões. É um espaço onde um intruso pode, aproveitando as vulnerabilidades, intervir para paralisar/sabotar o curso normal das actividades ou, até mesmo, determinar que os processos (o) corram em sentido divergente do que tenha sido decidido por autoridade idónea.

Combater as vulnerabilidades no espaço digital é hoje uma preocupação de todos os dias dos Governos a nível internacional, do mesmo modo que quem corre em sentido contrário anda sempre à espreita de encontrar fragilidades.

A coincidência do ciberataque à Unitel ter ocorrido em vésperas da sua entrada na bolsa de valores, a 29.07, é uma forte evidência de que foi calculado, preparado para ter lugar nessa altura. Contrariando as piores expectativas criadas devido ao sucedido, a estreia da operadora na bolsa foi marcada pela valorização dos títulos em 24,88 por cento, com a oferta de 15 por cento do seu capital social pelo Estado angolano a gerar mais de 300 mil milhões de kwanzas, 11.264 novos accionistas e a empresa a ser avaliada em 2 bilhões de kwanzas.

Mas prevenir e combater novos ciberataques é a questão que está na ordem do dia. E, nesse quesito, no mundo digital, onde hoje se discute também a soberania política e económica, onde hoje um apagão digital pode provocar prejuízos incalculáveis, é preciso investir em capital humano, em infra-estruturas e num quadro jurídico-regulatório que permita antecipar acontecimentos e neutralizá-los.

É neste sentido que o ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social, Mário Oliveira, defendeu, segunda-feira, na Assembleia Nacional, o reforço da coordenação nacional em resposta a incidentes cibernéticos.

O Parlamento angolano retomou nesse dia as discussões e votação na especialidade da Proposta de Lei da Cibersegurança, que tinha sido aprovada na generalidade em Janeiro com 105 votos a favor, 1 voto contra e 75 abstenções.

Mário Oliveira sublinhou que as auditorias previstas no diploma constituem uma prática indispensável para verificar o cumprimento das normas de cibersegurança por parte dos operadores e entidades reguladoras.

A Proposta de Lei da Cibersegurança visa preencher um vazio jurídico-regulatório ao estabelecer regras claras e objectivas que permitam as autoridades do sector intervir de modo a proteger os cidadãos, instituições públicas e privadas contra ameaças e ataques cibernéticos.

O que aconteceu com a Unitel veio dar mais força para que se avance nesse sentido, tendo em conta práticas que têm sido verificadas no mercado, aparentemente inofensivas, mas que se têm revelado canais através dos quais se pode colocar em perigo a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade das redes, dos sistemas de informação e das infra-estruturas críticas e serviços essenciais do país.

A tendência para acolher tudo o que é novo em matéria de tecnologia descura, em muitos casos, o acautelamento do potencial de ameaças que a curto e médio prazo ela pode representar. O uso inadequado da Inteligência Artificial é apontado como uma dessas portas de infiltração das ameaças nos sistemas de informação.

E porque é preciso salvaguardar a economia, as instituições e as pessoas desses ataques, dando-lhes a segurança e a certeza de que os seus valores e negócios estão resguardados e de que o Estado é o garante dessa protecção, a Proposta de Lei da Cibersegurança é uma ferramenta indispensável para uma actuação mais assertiva no espaço digital.



CITAÇÕES

“Enquanto órgão representativo de todos os cidadãos angolanos, a Assembleia Nacional deve continuar a assumir um papel activo na promoção da igualdade de género, quer no processo de aprovação de leis, quer na fiscalização das políticas públicas”

Adão de Almeida

Presidente da Assembleia Nacional, durante a abertura da mesa-redonda sobre a interação feminina com as comunidades, em Luanda.

“Acreditamos que uma indústria de Defesa sólida representa simultaneamente um instrumento de soberania nacional, um factor de diversificação económica e uma oportunidade de geração de emprego altamente qualificada”

Afonso Neto

Secretário do Estado para a Indústria Militar, durante a 2.ª Reunião do Comité Conjunto de Cooperação em Defesa Angola-Estados Unidos, em Luanda.

“Durante esta semana, estamos a partilhar ideias actuais e futuras relacionadas ao aleitamento, com a realização de inúmeras actividades de sensibilização nas igrejas e hospitais”

Elisa Gaspar

Médica Pediatra-neonatóloga, no âmbito da Semana do Aleitamento, em Luanda.

“A Villa Criativa surgiu porque acredito que a arte não deve viver fechada nas paredes de um atelier. A arte ganha sentido quando encontra pessoas, desperta emoções, cria diálogos e transforma comunidades. Este é um espaço para quem cria, para quem sonha e para quem acredita que a cultura é uma força capaz de mudar vidas”

Iracema Cordeiro

Estilista e escritora angolana, durante a exposição de artes plásticas intitulada “O invisível também pinta”, em Luanda.

REFLEXÃO

Carmo Arias

Liberdade de expressão e responsabilidade digital: um equilíbrio para fortalecer o Estado de Direito em Angola

A transformação digital alterou profundamente a forma como as sociedades comunicam, informam-se e participam na vida pública. Em poucos segundos, uma informação publicada numa plataforma digital pode alcançar milhões de pessoas, influenciar decisões, afectar reputações, mobilizar comunidades ou comprometer a confiança nas instituições. Neste novo contexto, os Estados enfrentam um desafio comum: proteger a liberdade de expressão sem permitir que o espaço digital seja utilizado para a propagação deliberada da desinformação.

É precisamente neste quadro que deve ser compreendida a Lei n.º 6/26, de 4 de Agosto, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção e responsabilização pela produção ou divulgação de informações falsas na Internet. Mais do que um instrumento sancionatório, o diploma procura definir regras claras para um ambiente digital mais seguro, preservando simultaneamente um dos pilares fundamentais de qualquer Estado Democrático de Direito: a liberdade de expressão.

Angola reafirma um princípio essencial das democracias contemporâneas: a liberdade de expressão não é incompatível com a responsabilidade

Entre os aspectos mais relevantes da nova legislação, destaca-se a salvaguarda expressa do direito dos cidadãos à livre manifestação de pensamento. A lei estabelece que opiniões, críticas a actos públicos, manifestações artísticas, conteúdos satíricos, religiosos, literários ou ficcionais não constituem, por si só, informações falsas para efeitos sancionatórios, desde que não envolvam a falsificação deliberada de factos ou outras condutas previstas no diploma.

Esta disposição assume particular importância porque evidencia que o propósito da lei não é limitar o debate público nem restringir o exercício da crítica, elementos indispensáveis ao funcionamento de uma sociedade plural. Pelo contrário, o diploma distingue claramente a livre expressão de ideias da divulgação intencional de conteúdos falsificados destinados a enganar a opinião pública ou causar prejuízos a pessoas, instituições ou ao interesse colectivo.

Num Estado de Direito, a crítica às políticas públicas, às decisões governativas ou ao funcionamento das instituições faz parte da dinâmica democrática. A participação dos cidadãos no debate nacional constitui um factor de fortalecimento das instituições e contribui para uma governação mais transparente e participativa. A legislação agora aprovada reconhece esta realidade ao preservar o direito à opinião e ao

pensamento crítico, ao mesmo tempo que estabelece limites para práticas que utilizem a manipulação deliberada da informação como instrumento de desinformação.

A evolução tecnológica tornou, igualmente, mais complexa a distinção entre informação verdadeira e conteúdos fabricados. O desenvolvimento da inteligência artificial, dos chamados deep-fakes, da manipulação digital de imagens, vídeos e áudios e da utilização de contas falsas aumentou significativamente a capacidade de produzir conteúdos aparentemente credíveis, mas desprovidos de fundamento factual. Neste contexto, torna-se cada vez mais difícil para os cidadãos identificar informação autêntica sem mecanismos adequados de protecção e transparência.

É precisamente por isso que a lei procura equilibrar direitos e deveres. Ao mesmo tempo que protege a liberdade de expressão, estabelece responsabilidades para quem, de forma intencional, produz ou divulga conteúdos falsos susceptíveis de afectar direitos fundamentais, comprometer a ordem pública, prejudicar processos democráticos ou colocar em risco a segurança nacional.

Este equilíbrio representa uma das principais virtudes do diploma. Em vez de partir de uma lógica de censura, a legislação adopta o princípio da responsabilização. A liberdade continua plenamente assegurada; o que passa a ser objecto de responsabilização é a utilização dolosa da mentira, da manipulação ou da falsificação de factos para provocar danos individuais ou colectivos.

Outro aspecto relevante reside na valorização da responsabilidade cívica. A construção de um ambiente digital seguro não depende exclusivamente da actuação das autoridades públicas ou das plataformas tecnológicas. Exige, igualmente, cidadãos conscientes, capazes de verificar a origem das informações, exercer pensamento crítico e utilizar as tecnologias digitais de forma ética e responsável. Neste sentido, a literacia mediática e digital assume um papel estratégico para o fortalecimento da cidadania.

A nova legislação reconhece, assim, que a protecção do espaço digital não deve ser entendida como limitação das liberdades, mas como um mecanismo destinado a garantir que essas mesmas liberdades possam continuar a ser exercidas num ambiente de confiança, respeito e responsabilidade.

Ao salvaguardar expressamente a crítica política, a criação artística, a produção cultural e a liberdade de opinião, ao mesmo tempo que combate a falsificação deliberada da informação, Angola reafirma um princípio essencial das democracias contemporâneas: a liberdade de expressão não é incompatível com a responsabilidade. Pelo contrário, ambas se complementam na construção de uma sociedade mais informada, mais participativa e mais comprometida com a verdade, com a legalidade e com o fortalecimento das instituições democráticas.



BancoBIC

PEDIDO DE COMPARÊNCIA

Solicitamos a comparência dos Senhores abaixo indicados, a fim de tratarem de assuntos do seu interesse.

Para o efeito, deverão contactar a Direcção de Crédito Contencioso, sita no Edifício Sede Banco BIC 4º Andar, Talatona sector INSTA 4, Luanda - Angola

Nome do Cliente	Nº BI/NIF/PAS/Cartão Residente	Nome do Cliente	Nº BI/NIF/PAS/Cartão Residente
AFONSO CÉSAR MUJETE LOPES (MONA NICASTRO)	001730331LA030	ANGELINO MOISÉS BERTÃO	000202840CC012
AGOSTINHO JOSSI BAPTISTA	000595859H0038	ANTÓNIO WILSON JOSÉ	000168726LA039
ALBERTO PIRES JOSÉ	0001148650E018	ANTÓNIO WILSON JOSÉ - COMERCIAL	2454003120
ALBERTO SALAVADOR OLIVEIRA MUANDONJI	002092679BA038	ARMANDO BANDY JOÃO NARCISO	000362374LA032
ALCIDES DA SILVA MENDES BATISTA	000261910LA035	AUGUSTO AGOSTINHO	492153
ALEXANDRE MATEUS CASSOMBE	000866758LN031	AUGUSTO MATIAS TATI AUGER	000123843CA033
ALÍRIO LUQUENY DOS SANTOS LOPES	000713116CA030	BENI BERNUAL SUVA	001597786BA03
AMÉLIA MARTA GONÇALVES ADRIANO	002734488BA033	BRUNO SIMÃO HENRIQUE	000517421LA030
AMILCAR BRUNO DE MENDONÇA PINTO	000094034ME011	CARLOS ALBERTO MARQUES VERDADES	000445049LA031
ANA ALBERTO TCHANGUITA	001804045CC034	CARLOS ALVES FERNANDES	002560657LA039
ANDRÉ BUNGA DANIEL	000024737UE010	CELSO TAVARES JOÃO MUNGONGO	000393263KS036
ANDRÉ NSIONA SALA	006084110BE043	COSTA KOLIMI ANTÓNIO	003318474ME036
ANDREIA FILIPA MARTINS DOS SANTOS	003265719BA035	ELISIO LOPES CATOLO	000556061LA032

www.bancobic.ao

Luanda, aos 03 de Agosto 2026

FAUZ/MPP-PB-6/12



BancoBIC

PEDIDO DE COMPARÊNCIA

Solicitamos a comparência dos Senhores abaixo indicados, a fim de tratarem de assuntos do seu interesse.

Para o efeito, deverão contactar a Direcção de Crédito Contencioso, sita no Edifício Sede Banco BIC 4º Andar, Talatona sector INSTA 4, Luanda - Angola

Nome do Cliente	Nº BI/NIF/PAS/Cartão Residente	Nome do Cliente	Nº BI/NIF/PAS/Cartão Residente
ENNIO ÂNGELO AMBRÓSIO BERNARDO	000063000LA012	ISMAEL ADÉRITO DIOGO ANDRÉ	001924352LA038
ESMERALDO FRANCISCO PEDRO	00068980LA032	JESUINO LOPES RIBEIRO DE CARVALHO	000256473LA010
ESPERANCA LUÍSA MUCOMA	000269261LN037	JORGE MATEUS GONGA DOS SANTOS	000026115LA014
EUGÉNIA MACHADO DOS SANTOS LIMA GODINHO	001202151DA031	JOSÉ ABRANTES ROCHA CECÍLIO	111151848KS019
FRANCISCO FILIPE	000613476LA035	JÚLIO FRANCISCO VILOLO	000752932B0030
FRANCISCO JOÃO MATIAS	000049099KN023	KANHANHO FERNANDO	001705883HA032
FRANCISCO SAPALO NANGOLO CHICUAIA	000135687HA032	LEONEL LEANDRO SOLARES DE ALMEIDA	000763107LA034
GERSON ICTIANDO PEDRO DOS SANTOS	000139920LA018	LOURENÇO AMBRÓSIO CALUANGE BULE	000109586LA039
HELDER VICENTE DA SILVA JOÃO	000416363KS037	LUÍS IGOR TACANHO QUEIRÓS	000163985LA016
HENRIQUETA LOPES SIMÃO	000497967UE030	LUÍSA DAS DORES CHIHUTO SEGUNDA	000551556LS030
INDIRA REGINA T.DA CRUZ LOURENÇO AGAPITO	000160111LA012	MACEDO LUÍS MORAIS	000350967KS039

www.bancobic.ao

Luanda, aos 03 de Agosto 2026

FAUZ/MPP-PB-6/12



BancoBIC

PEDIDO DE COMPARÊNCIA

Solicitamos a comparência dos Senhores abaixo indicados, a fim de tratarem de assuntos do seu interesse.

Para o efeito, deverão contactar a Direcção de Crédito Contencioso, sita no Edifício Sede Banco BIC 4º Andar, Talatona sector INSTA 4, Luanda - Angola

Nome do Cliente	Nº BI/NIF/PAS/Cartão Residente	Nome do Cliente	Nº BI/NIF/PAS/Cartão Residente
MANUEL MASSUQUINA DOS SANTOS	000218674UE035	NILTON JAIME TOMÁS	000619577LA033
MANUELA PEREIRA GRAÇA DOS SANTOS	000161166LA031	NSINGUI AFONSO PEDRO ADOLFO	000147214LA036
MARAVILHO SANJALA CHITUNGO	000012850H002	OSVALDO SOARES LOPES GOMES	000129035LA013
MARCOS LIQUISSI	000144007CC019	PAULA CRISTINA SALVADOR	001752296NE032
MARIA ANGÉLICA AMBRÓSIO	000062933KS014	PEDRO ADÃO PEREIRA DOMINGOS	002731890LA037
MARIA DOMINGOS GOMES PEDRO	N0272303	PETERSON GOMES BOSCO	000785280LA034
MARIA MADALENA FRANCISCO LUBOIA	000353192NA038	RAÚL MANUEL CORREIA DE MELO	001533724KN033
MÁRIO DE JESUS TEIXEIRA DE CARVALHO	000617302LA030	RICARDO KASSUMBA LUCAS	000446378BA039
MARLENE JORGE JANEIRO	005320934LA040	ROBERTO MANUEL BOTELHO COSTA ALEGRE	R006548/631808
MBALA JOÃO FIDEL	000410306UE034	ROSA DA SILVA CARLOS	000850209LA038
MIGUEL ADILSON BERNARDO FONTE	000110870LA039	SALVAÇÃO SIMÃO MULAZA	000769157UE038

www.bancobic.ao

Luanda, aos 03 de Agosto 2026

FAZ7/MPP-PB-7/12



BancoBIC

PEDIDO DE COMPARÊNCIA

Solicitamos a comparência dos Senhores abaixo indicados, a fim de tratarem de assuntos do seu interesse.

Para o efeito, deverão contactar a Direcção de Crédito Contencioso, sita no Edifício Sede Banco BIC 4º Andar, Talatona sector INSTA 4, Luanda - Angola

Nome do Cliente	Nº BI/NIF/PAS/Cartão Residente
SANTANA DAS NEVES DIVUA MENEZES	000477629NE038
SANTANA DE JESUS BENJAMIM DOMINGOS	000573703LA031
SEBASTIÃO BERNARDO	000158079LA036
SÉRGIO NUNO COELHO DIAS	000651497H0032
SERMÃO JOSÉ PIPA	000011078KN011
SÓNIA DE SOUSA SERAFIM KIOSA	000344931LA038
SUZANA MARIZA GOMES PEDRO	000021258LA018
TÂNIA LUINDA EVARISTO DE ALMEIDA	000804986BA035
TISOLA PATRÍCIA TORRES SANTOS	000328618LA038
VALDEMAR CANOMBO PIRES CANGANJO	000225922CC015
VASCO MANUEL SACALA	000782647LA033
WALTER CÉSAR MUJETE LOPES	000248475LA015
XAVIER MUTUNDA SALUTENDO	000039209LN016

www.bancobic.ao

Luanda, aos 03 de Agosto 2026

FAZ7/MPP-PB-8/12

centrooptico®

UM OLHAR QUE FAZ BRILHAR

MELHOR preço

MÁXIMA confiança

MAIOR variedade de marcas



(500.1132)MPP/C-4/15



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS
INSTITUTO NACIONAL DO CAFÉ

Anúncio de Abertura de Procedimento de Concurso Público a que se refere o n.º 1 do artigo 67.º da presente Lei

Concurso Público n.º 11/2026

O Instituto Nacional do Café (INCA) vem tornar público, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º e do Anexo IV da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro - Lei dos Contratos Públicos, que está aberto o Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Ensino e Formação.

1. Dados da Entidade Pública Contratante (EPC)

- 1.1. Designação: Instituto Nacional do Café;
- 1.2. Endereço: Avenida 4 de Fevereiro, porta n.º 107, Marginal de Luanda.
- 1.3. Localidade: Luanda.
- 1.4. Província: Luanda.
- 1.5. Telefone: +222715713
- Correio electrónico: inca.sede@minagrif.gov.ao
- 1.6. Tipo de entidade contratante e suas principais actividades: A entidade Contratante é uma pessoa colectiva de direito público, que integra a Administração do Estado, que goza de personalidade jurídica, administrativa e patrimonial.

- 1.7. A EPC está a contratar por conta de outras entidades? - Não

2. Informações Relativas ao Contrato

- 2.2. Designação dada ao Contrato pela EPC: Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Ensino e Formação.
- 2.3. Tipo de Contrato: Aquisição de bens.
- 2.4. Local da realização dos Serviços: Cobertura Nacional.
- 2.5. O concurso implica a celebração de um Contrato público: Sim.
- 2.6. O concurso está aberto à participação de entidades estrangeiras: Não.
- 2.7. Breve descrição das prestações objecto do Contrato: para a Aquisição de Serviços de Ensino e Formação.

Valor estimado do Contrato: 134.830.904,00 (Cento e trinta e quatro milhões oitocentos e trinta mil e novecentos e quatro Kwanzas).

3.1. Informações Relativas aos Concorrentes e às Propostas

- 3.1. Admissão de propostas variantes: Não

4. Critério de Adjudicação

- 4.1. Proposta com o preço mais baixo, tendo em conta os factores enunciados nas peças do procedimento.

5. Processo

- 5.1. Condições para obtenção das peças do procedimento:
- 5.1.1. Prazo para recepção de pedidos das peças do procedimento ou para aceder aos documentos: Até 20 dias após a data da publicação do anúncio.
- 5.1.2. Hora: Das 8h00 às 15h00.
- 5.1.3. Preço e condições de obtenção das peças do procedimento: AOA 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil Kwanzas) por cada lote, não reembolsáveis.
- 5.1.4. NIF: 5000335959, (INCA).
- 5.1.5. Prazo para apresentação das propostas: 20 dias após a data de publicação do anúncio. Hora: Das 08h00 às 15h00.

6. Informações Complementares

- 6.1. Endereço e ponto de contacto onde podem ser obtidas as informações adicionais, as peças do procedimento e enviadas às propostas:
- 6.1.2. Designação oficial: Instituto Nacional do Café.
- 6.1.3. Endereço: Avenida 4 de Fevereiro, porta n.º 107, Marginal de Luanda.
- 6.1.4. Localidade: Marginal/Luanda.
- 6.1.5. Província: Luanda.

INSTITUTO NACIONAL DO CAFÉ, EM LUANDA, AOS 10 DE JULHO DE 2026.

O DIRECTOR-GERAL

VASCO GONÇALVES JOAQUIM ANTÓNIO

(2736)MPP/PB-1/2



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
PRÊMIO NACIONAL DE CIÊNCIA E INOVAÇÃO
JÚRI NACIONAL DO PNCI

NOTA PÚBLICA

Divulgação dos Resultados da Triagem das Candidaturas à 3.ª Edição do Prémio Nacional de Ciência e Inovação (PNCI)

O Júri do Prémio Nacional de Ciência e Inovação (PNCI) torna públicos os resultados da triagem das candidaturas submetidas à 3.ª Edição do Prémio Nacional de Ciência e Inovação, realizada pela Subcomissão Técnico-Científica, nos termos do Decreto Presidencial n.º 47/24, de 1 de Fevereiro, que cria os Prémios de Ciência, Tecnologia e Inovação, e do Decreto Executivo n.º 116/24, de 24 de Maio, que institui o Prémio Nacional de Ciência e Inovação e aprova o respectivo Regulamento.

No período de submissão foram recepcionadas 146 candidaturas, distribuídas pelas diferentes categorias do Prémio. Após o processo de verificação da conformidade técnica, documental e regulamentar, 144 candidaturas foram consideradas elegíveis para a fase de avaliação pelo Júri, tendo sido excluídas 2(duas) candidaturas por não reunirem os requisitos estabelecidos no Edital e no Regulamento do Prémio.

O Júri agradece a todos os investigadores, inovadores, instituições e demais candidatos pela participação nesta edição do PNCI e reafirma o seu compromisso com um processo de avaliação pautado pelos princípios da legalidade, transparência, imparcialidade, rigor técnico-científico, ética e valorização do mérito, em prol do fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação em Angola.

Luanda, 2 de Agosto de 2026.

Prof. Dr. José Octávio Serra Van-Dúnem
Presidente do Júri do Prémio Nacional de Ciência e Inovação

1. Prémio Nacional de Invenção			2. Prémio Nacional de Carreira		
Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico	Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico
1	Etienne Chietu	Ciências da Engenharia e Tecnologias	1	Carlos Correia	Ciências Médicas e da Saúde
2	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias	2	Cruz Sebastião	Humanidades e Artes
3	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias	3	Humberto Cuteso Matumueni	Ciências Exactas e Naturais
4	Valdimir Esteves	Ciências Exactas e Naturais	4	Manuel Vueba	Ciências Exactas e Naturais
5	Yuri Agostinho	Ciências Sociais	5	Maso Paulo	Ciências da Engenharia e Tecnologias
2. Prémio Nacional Jovem Inventor			6	Rosa Helena Geremias	Ciências Médicas e da Saúde
Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico	7	Yohandra Camayd	Ciências Sociais
1	Esperança Nzambi	Ciências da Engenharia e Tecnologias	8	Marcelina Alberto	Ciências Agrárias e Veterinárias
2	Fidel Monteiro	Ciências da Engenharia e Tecnologias	9	Sara Neves Bengui da Costa	Ciências Exactas e Naturais
3	Raimundo Domingos	Ciências da Engenharia e Tecnologias	10	Sónia Bento	Ciências Exactas e Naturais
4	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias	11	Teresa Gomes	Ciências Médicas e da Saúde
5	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias	12	Yohandra Camayd	Ciências Sociais
6	Valdimir Esteves	Ciências Exactas e Naturais	8. Prémio Nacional de Ciência		
3. Prémio Nacional de Carreira			Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico
Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico	1	Adelaide Luis	Ciências Sociais
1	Carlos Correia	Ciências Médicas e da Saúde	2	Adérito da Cunha	Ciências Agrárias e Veterinárias
2	Cruz Sebastião	Humanidades e Artes	3	Adilson de Oliveira	Ciências Médicas e da Saúde
3	Humberto Cuteso Matumueni	Ciências Exactas e Naturais	4	Adriano Vitungaijala	Ciências Exactas e Naturais
4	Manuel Vueba	Ciências da Engenharia e Tecnologias	5	Alberto Raimundo Watchilambi Wapota	Ciências da Engenharia e Tecnologias
5	Maso Paulo	Ciências Médicas e da Saúde	6	André Panzo	Ciências Exactas e Naturais
6	Rosa Helena Geremias	Ciências Sociais	7	André Sinela	Ciências Agrárias e Veterinárias
7	Yohandra Camayd	Ciências Sociais	8	António Kumoleha	Ciências Exactas e Naturais
4. Prémio Nacional Mulher Cientista			9	António Tchikoko	Ciências Exactas e Naturais
Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico	10	Brígida Santos	Ciências Médicas e da Saúde
1	Barbara Pocongo	Ciências Médicas e da Saúde	11	Bruno Dala	Ciências Sociais
2	Celeste Sambeny	Humanidades e Artes	12	Carlos Correia	Ciências Exactas e Naturais
3	Cristina Morais Cuquigua Maindo	Ciências Exactas e Naturais	13	Catimba Anacleto	Humanidades e Artes
4	Domingas Candido	Ciências Exactas e Naturais	14	Celeste Sambeny	Humanidades e Artes
5	Janeta Yamba Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias	15	Cesário Barbante	Ciências Sociais
6	Kilsan da Rosa António	Ciências Médicas e da Saúde	16	Chiamba Ricardo Chiteculo Canivete	Ciências da Engenharia e Tecnologias
7	Lilia Stevens	Ciências Sociais	17	Cirilo Mendes	Ciências Médicas e da Saúde
8	Marcelina Alberto	Ciências Agrárias e Veterinárias	18	Cruz Sebastião	Ciências Médicas e da Saúde
9	Sara Neves Bengui da Costa	Ciências Sociais	19	Daniel Hebo Júlio Barros	Ciências Sociais
10	Sónia Bento	Ciências Exactas e Naturais	20	Daniel Marth	Ciências da Engenharia e Tecnologias
11	Teresa Gomes	Ciências Médicas e da Saúde	21	Delphin Mwinke	Ciências Exactas e Naturais
12	Yohandra Camayd	Ciências Sociais	22	Domingos Manuel	Ciências Exactas e Naturais
5. Prémio Nacional Jovem Inovador			23	Domingos Oliveira	Ciências da Engenharia e Tecnologias
Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico	24	Emanuel Catumbela	Ciências Médicas e da Saúde
1	Abílio Gime	Ciências Agrárias e Veterinárias	25	Esmael Tomás	Ciências Exactas e Naturais
2	Albertina Luciano	Ciências da Engenharia e Tecnologias	26	Eugénio Calei Lucamba	Ciências Exactas e Naturais
3	Anicete Vicente	Ciências da Engenharia e Tecnologias	27	Fernando Chivangulula	Ciências Exactas e Naturais
4	Ariany Saengue	Ciências da Engenharia e Tecnologias	28	Fernão Guilherme	Ciências Exactas e Naturais
5	Bernardino Bambi	Ciências da Engenharia e Tecnologias	29	Gabriel Benguela	Ciências Sociais
6	Domingas Cândido	Ciências Exactas e Naturais	30	Gilberto Sonhi	Humanidades e Artes
7	Emmanuel Zua	Ciências Sociais	31	Herculano Chitungo	Ciências da Engenharia e Tecnologias
8	Eugénio Clemente	Ciências da Engenharia e Tecnologias	32	Humberto Cuteso Matumueni	Ciências da Engenharia e Tecnologias
9	João Paulo Mateus Manuel	Ciências da Engenharia e Tecnologias	33	Jesus Monteiro	Ciências Exactas e Naturais
10	Júnior João Américo	Ciências da Engenharia e Tecnologias	34	Joaquim Kessongo	Ciências Exactas e Naturais
11	Pedro da Silva Artur	Ciências Agrárias e Veterinárias	35	José Mulange	Ciências Sociais
12	Sérgio Kussumua	Ciências Agrárias e Veterinárias	36	Justino Lekwa Ekuva Somandjinga	Ciências Sociais
13	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias	37	Manuel Vueba	Ciências Médicas e da Saúde
14	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias	38	Maria Rodríguez	Ciências Médicas e da Saúde
15	Valdimir Esteves	Ciências Exactas e Naturais	39	Mayawa Vunda	Ciências Sociais
16	Venâncio Martins	Ciências da Engenharia e Tecnologias	40	Miguel Sassendje	Ciências Exactas e Naturais
6. Prémio Nacional de Inovação			41	Milton Boma	Ciências Sociais
Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico	42	Monizi Mawuni	Ciências Exactas e Naturais
1	Ageu Santos	Ciências Exactas e Naturais	43	Oswaldo Guilherme da Cunha	Ciências da Engenharia e Tecnologias
2	André Panzo	Ciências Exactas e Naturais	44	Rosa Helena Geremias	Ciências Sociais
3	Catarino Félix Lopes Teixeira	Ciências da Engenharia e Tecnologias	45	Tadeu Lucas	Ciências Exactas e Naturais
4	Domingas Cândido	Ciências Exactas e Naturais	46	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias
5	Eugénio Clemente	Ciências da Engenharia e Tecnologias	47	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias
6	Francisco Xavier	Ciências da Engenharia e Tecnologias	48	Valdimir Esteves	Ciências Exactas e Naturais
7	Hermenegildo Osvaldo Chitumba	Ciências Médicas e da Saúde	49	Zeferino Pedro	Ciências Exactas e Naturais
8	Isaac Bonga	Ciências Sociais			
9	Isabel José	Ciências Exactas e Naturais			
10	Lela Daniel	Ciências Exactas e Naturais			
11	Maria Jovita Pedro Miala	Ciências Médicas e da Saúde			
12	Mateus da Silva	Ciências Sociais			
13	Osnar Matongue	Ciências Agrárias e Veterinárias			
14	Sandra Sabino Samuel Catraio	Ciências Exactas e Naturais			
15	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias			
16	Valdimir Esteves	Ciências da Engenharia e Tecnologias			
17	Valdimir Esteves	Ciências Exactas e Naturais			
7. Prémio Nacional de Jovem Cientista					
Nº	Nome do Candidato	Domínio Científico			
1	Abel Cosme Buassa	Ciências Sociais			

C L A S S I F I C A D O S

Atendimento

Rua Rainha Ginga, 18/24 - Luanda
de Segunda a Sexta-feira, das 8h às 16h,
aos Sábados, Domingos e Feriados, das 8h às 14h



IMOBILIÁRIO



VIATURAS



DIVERSOS

Mais informações

Telefones: 937 550 262 / 949 770 006
E-mail: publicidade@edicoesnovembro.ao



IMOBILIÁRIO

VENDE-SE

CASAS inacabadas no Zango. Telef.: 923851283, 951336123, 926915233.
(2397)C3L-4/5

CASA com 2 quartos, sala, WC, cozinha e água. Não entra carro, na Rua Costa do Sol, Corimba. Telef.: 925254354/950743132.
(2807)C3L-1/1

IMÓVEL T4, com cozinha americana, no Patriota/Bem-morar. Telefone: 930106979.
(2752)C3L-3/5

EDIFÍCIO no Benfica e na cidade; Arrenda-se edifício no Mártires. Telef.: 953286823, 922078179.
(2745)C3L-2/2

ARRENDAR-SE

APARTAMENTO no Projecto Nova Vida, na segunda fase. Telef.: 923476526, 938431892.
(2474)C3L-9/10



LOJA, rés-do-chão e 1.º andar, na via do Patriota. Telefone: 923559913.
(500.1154)C3L-2/5



VIATURAS

VENDE-SE

DUAS VIATURAS Hyundai Greta e Sonata, de uma senhora, bem conservadas, no Patriota. Telef.: 925254354, 950743132.
(2397)C3L-4/5

NISSAN JUKE, modelo 2015, a 8.000.000 Kz, negociáveis. Telefones: 928404380, 921143735.
(1814)C3L-24/30

HYUNDAI i10, cor preta, automático, AC gelo, 4.500.000,00 Tel.: 952879720.
(2740)C3L-2/7



DIVERSOS

VENDE-SE



CAMPAS, granito, mármore, montagem, gravação, cabeceiras, fotos. Casa dos Granitos. Telef.: 921662309, 990591646.
(353)C3L-60/60

EQUIPAMENTOS de ginásio, montamos e apetrechamos ginásios. Telefones: 928 404 380, 947 643 765.
(1819)C3L-24/30

NEGÓCIOS

CONTABILISTA - Levantamento de Suspensão de NIF, Encerramento de Contas e estudos de viabilidade. Telefone: 947718609.
(2458)C3L-10/30

OFERECE-SE

AULAS DOMICILIARES: Inglês, Administração, Logística, Supply Chain, Certificações Internacionais. WhatsApp: 923 825 838/ 957 742 904.
(2626)C3L-5/12



TÉCNICA Administrativa e Financeira, com vasta experiência em Primavera, usando o modelo de tesouraria e vendas. Telefones: 936441720, 954414011.
(2795)C3L-2/3

PUBLICIDADE

CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Carlos Cavuquila**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator, em substituição do processo n.º **1451/2009 – Recurso de Apelação**.

Faz saber que na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, deste Tribunal Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, citando o Apelante **Sociedade Interburgo, CO, Limitada**, com domicílio em parte incerta, para no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias, para, querendo, vir examinar, impugnar ou pagar a conta elaborada a fls. 519 a 520 nos autos de Recurso de Apelação, em que é Apelante **MUPINDÃO SARL**, cuja conta encontra-se na Secretaria Judicial e lhe será entregue caso solicite, sob cominação de os autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 12 DE MARÇO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO
CARLOS CAVUQUILA
O SECRETÁRIO JUDICIAL INTERINO
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-10/17

CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Carlos Cavuquila**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator, em substituição do processo n.º **1386/2014 – Recurso de Agravo**.

Faz saber que na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, deste Tribunal Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o agravado, **Alberto Tito Santos**, actualmente com domicílio em parte incerta, para no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias, para, querendo, vir examinar, impugnar ou pagar a conta elaborada a fls. 158 a 159 nos autos de Recurso de Agravo, em que é Agravante **Pinto Basto Angola Lda**, cuja cópia do despacho encontra-se nesta Secretaria Judicial, e que lhe será entregue caso solicite, sob cominação de os autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 12 DE MARÇO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO
CARLOS CAVUQUILA
O SECRETÁRIO JUDICIAL
DANILSON LATA

(500.1150)D2-11/17

PEDIDO DE COMPARÊNCIA

Maurício Augusto Cordeiro Alves vem, por este meio, solicitar o contacto dos sócios da sociedade “Novabet - Apostas Desportivas e Jogos de Fortuna ou Azar, Lda.”, titular do NIF 5000261513, designadamente Loulia Kouraki e Domingos Luís Gonçalves, com vista à regularização dos assuntos societários. Os interessados deverão contactar o terminal telefónico: 956 187 773.

(2848)D2-1/8

Bongani
Travel & Tours

ANÚNCIO DE VAGA

Coordenador Financeiro para área internacional -
Ref.º 230726J01

Responsabilidades:

Supervisionar todas as actividades financeiras da organização; Liderar o planeamento financeiro, a análise de investimentos, a gestão de riscos e a elaboração de relatórios financeiros; Coordenar operações financeiras internacionais, gerindo múltiplas moedas e riscos cambiais.

Requisitos:

Certificação em **Contabilidade** com reconhecimento internacional;
Conhecimentos de **Revenue Management, Pricing e Tarificação Internacional**;
Experiência em **Gestão Financeira aplicada ao sector da Aviação**;
Fluência em **Inglês, Português e Árabe**;
Mínimo de 5 anos de experiência profissional comprovada.

Candidaturas:

Os candidatos interessados deverão enviar os respectivos CVs, no formato EUROPASS, acompanhados dos **documentos comprovativos**, para o endereço electrónico:
rh@bonganiangola.com

(1548)1/8P-2/3

PRECISA-SE

Empresa de Direito Angolano recruta, para os seus quadros, o(a) seguinte técnico(a) formador(a):

Técnico(a) com formação superior em cibersegurança /segurança electrónica, para formação de quadros, com mais de 5 anos de experiência.

As candidaturas devem ser enviadas para o e-mail:
ms1890042@gmail.com

(2620)C2-1/1



CABINDA PROVINCE
AGRICULTURE VALUE CHAINS
DEVELOPMENT PROJECT
(CPAVCDP)



República de Angola
Ministério de Agricultura
e Florestas



ANGOLA

Projecto de Desenvolvimento das Cadeias de Valor Agrícola da Província de Cabinda- (PDCVAPC)

Número do EMPRÉSTIMO: 2000200002052
N.º ID do Projecto: P-AO-AAZ-001
ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS

A Unidade Nacional de Coordenação (UNCP) do Projecto de Desenvolvimento das Cadeias de Valor Agrícola da Província de Cabinda do Ministério da Agricultura e Florestas ("o Cliente"), neste ato representado pelo Senhor José Fernandes na qualidade de Coordenador Nacional do Projecto, vem comunicar que foram adjudicados os seguintes contractos:

Contrato Adjudicado: AVELINO DE CARVALHO	Contrato Adjudicado: SPACEPROJECT Estudos, Projecto e Fiscalização e a GID – Sociedade de Engenharia, Lda.	Contrato Adjudicado: SPACEPROJECT Estudos, Projecto e Fiscalização e a GID – Sociedade de Engenharia, Lda.
Endereço: ANGOLA	Endereço: ANGOLA	Endereço: ANGOLA
Data da Assinatura: 6 de Maio de 2026	Data da Assinatura: 14 de Abril de 2025	Data da Assinatura: 10 de Julho de 2025
Método de Aquisição: Consultor Individual (CI)	Método de Aquisição: QCBS	Método de Aquisição: QCBS
Duração: 08 meses	Duração: 27 meses	Duração: 26 meses
Descrição: Especialista em Salvaguardas Ambientais e Sociais	Descrição: Supervisão de Contratos de Construção de Infra-estruturas na Província de Cabinda.	Descrição: Supervisão de Contractos de Obras de Reabilitação de Estradas em Cacongo, Buco-Zau e Belize.
Contrato Adjudicado: KIXICRÉDITO	Contrato Adjudicado: SDRBI&SWCG JV	Contrato Adjudicado: SDRBI&SWCG JV
Endereço: ANGOLA	Endereço: CHINA	Endereço: CHINA
Data da Assinatura: 09 de Julho de 2025	Data da Assinatura: 05 de Março de 2025	Data da Assinatura: 05 de Março de 2025
Método de Aquisição: Selecção de Fonte Única	Método de Aquisição: OCB	Método de Aquisição: OCB
Duração: 9 meses	Duração: 15 meses	Duração: 15 meses
Descrição: Contratação ao Kixicrédito para assumir a Gestão do Microcrédito para o PDCVAPC	Descrição: Construção de 750 Hectares de Sistemas de Irrigação e Drenagem, Estruturas de Estufas e Pivôs de Irrigação- Lote 3 – San Vicente (65 Ha)	Descrição: Construção de 750 hectares de sistemas de irrigação e drenagem, estruturas de estufas e sistemas de irrigação por pivô - Lote 4 – Chiela (25 HA)
Contrato Adjudicado: SINOE INTERNATIONAL CO., LTD	Contrato Adjudicado: Shandong Hi-Speed Road & Bridge international Engineering Co., Ltd	Contrato Adjudicado: Shandong Hi-Speed Road & Bridge international Engineering Co., Ltd.
Endereço: CHINA	Endereço: CHINA	Endereço: CHINA
Data da Assinatura: 24 de Março de 2025	Data da Assinatura: 10 de Março de 2025	Data da Assinatura: 10 de Março de 2025
Método de Aquisição: OCB	Método de Aquisição: OCB	Método de Aquisição: OCB
Duração: 08 meses	Duração: 15 meses	Duração: 15 meses
Descrição: Construção de 750 hectares de sistemas de irrigação e drenagem, estruturas de estufas e sistemas de irrigação por pivô. LOTE 6: Kífuma (8 HA), Bissinza (20 HA), Londe Lubonge (8 HA)	Descrição: Construção de 4 Escritórios da EDA e 4 Casas para Técnicos de Extensão na Província de Cabinda (Cabinda, Cacongo, Buco-Zau e Belize). Lote 1: Construção do Escritório da EDA e Casa no Município de Cabinda.	Descrição: Construção de 4 Escritórios da EDA e 4 Casas para Técnicos de Extensão na Província de Cabinda (Cabinda, Cacongo, Buco-Zau e Belize) Lote 2: Construção do Escritório da EDA e Casa no Município de Cacongo.

José Luís Fernandes
Coordenador Nacional do Projecto



Inquérito ao Sector Informal

Todos os dias, milhões de angolanos movimentam a economia do nosso país. Nos mercados, nas oficinas, nas ruas, nos salões, nos pequenos negócios e em tantos outros locais, o sector informal gera trabalho, rendimento e oportunidades.

Para conhecer melhor esta realidade, o Instituto Nacional de Estatística realizará, de 17 de Agosto a 14 de Novembro de 2026, o Inquérito ao Sector Informal (ISI), nas 21 províncias de Angola.



minplan.gov.ao
Ministério do Planeamento



(700.098)1/4P

CÂMARA DO CÍVEL 1.ª SECÇÃO ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Carlos Cavuquila**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator, em substituição do processo n.º 1391/2014 – Recurso de Agravo.

Faz saber que na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, deste Tribunal Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o agravado, **James Ikechukwanekwe-Jaimeiyke Comercial**, com domicílio em parte incerta, para no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias querendo, vir examinar, impugnar ou pagar a conta elaborada a fls. 154 a 155 nos autos de Recurso de Agravo, em que é Agravante **Pinto Basto Angola Lda**, cuja conta encontra-se na Secretaria Judicial e que lhe será entregue caso solicite, sob cominação de os autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 12 DE MARÇO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO
CARLOS CAVUQUILA

O SECRETÁRIO JUDICIAL
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-12/17

CÂMARA DO CÍVEL 1.ª SECÇÃO ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Carlos Cavuquila**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator em substituição do processo n.º 1389/2014 – Recurso de Agravo.

Faz saber que na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, deste Tribunal Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o agravado, **Sandra Comércio Geral, Lda**, com domicílio em parte incerta, para no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias querendo, vir examinar, impugnar ou pagar a conta elaborada a fls. 158 a 159 nos autos de Recurso de Agravo, em que é Agravante **Pinto Basto Angola Lda**, cuja conta encontra-se na Secretaria Judicial, e lhe será entregue caso solicite, sob cominação de os autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 12 DE MARÇO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO
CARLOS CAVUQUILA

O SECRETÁRIO JUDICIAL INTERINO
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-13/17

CÂMARA DO CÍVEL 1.ª SECÇÃO ANÚNCIO

A Excelentíssima Senhora Doutora **Teresa Buta**, Juíza Conselheira Relatora nos autos de Recurso de Apelação n.º 1238/2012.

Faz saber que na Secretaria Judicial da Câmara do Cível deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o Agravado **Joaquim Fontes Ribeiro**, com último domicílio em Luanda, Complexo da TAA, contentor n.º 33, Bairro Cassequel, Município da Maianga, para no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias para querendo, vir examinar, impugnar ou pagar a conta elaborada à fls. 134 a 135 nos autos de Recurso de Agravo em que é Agravante, **Pinto Basto (Angola)**, cuja conta encontra-se na Secretaria Judicial, e lhe será entregue caso solicite, sob cominação de os autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 12 DE MARÇO DE 2026.

A JUÍZA CONSELHEIRA
TERESA BUTA

O SECRETÁRIO JUDICIAL
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-15/17

CÂMARA DO CÍVEL 1.ª SECÇÃO ANÚNCIO

A Excelentíssima Senhora Doutora **Anabela Vidinhas**, Juíza Conselheira Relatora, em substituição nos autos de Recurso de Agravo n.º 1390/2014.

Faz saber que na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, findo a dilação de 20 (vinte) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o Agravado **Mamadou Camara**, com último domicílio em parte incerta, para tomar conhecimento do duto despacho proferido a fls. 251 verso, autos de Recurso de Agravo em que é Agravante, **Pinto Basto (Angola) Limitada**, cuja cópia do mesmo se encontra nesta Secretaria Judicial, e que lhe será entregue caso solicite, sob cominação de os mesmos autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 16 DE JUNHO DE 2025.

A JUÍZA CONSELHEIRA
ANABELA VIDINHAS

O SECRETÁRIO JUDICIAL
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-16/17

PLANO DE FÉRIAS 2026

Cefojor Luanda

Noções de Jornalismo de Televisão para crianças

dos 8 aos 14 anos

De 3 a 28 de Agosto de 2026
DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
DAS 10H00 ÀS 12H00 /// NO CEFOJOR



Preço 59.900 Kwanzas

INSCREVA-SE JÁ!

944 717 512 / 942 420 239 / 922 358 685

formacao.cefjor@cefjor.gov.ao
formacao.cefjor@gmail.com

Rua Luther King, 123/124
Cx. P. 12088 - Luanda - Angola



minitics.gov.ao
Ministério da Informação e Comunicação Social

(700.092)1/4P



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE
CENTRAL DE COMPRAS E APROVISIONAMENTO DE MEDICAMENTOS E MEIOS MÉDICOS (CECOMA)
Health Emergency Preparedness, Response, and Resilience Project (HEPRR)
UNIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO
Project ID N.º P507385

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE ESPECIALISTA EM GESTÃO DE RISCOS SOCIAIS

CONSULTORIA INDIVIDUAL

HEPRR/C-004
TERMOS DE REFERÊNCIA

País: Angola

Nome do Projecto: Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)

Título do Contracto: Contratação de Serviços de Consultoria

Empréstimo N.º: 9562-AO

RFP Referência N.º: HEPRR-AO/C-004

O Governo de Angola recebeu uma doação no valor equivalente de **USD 1.9 milhões de Dólares Norte Americanos**, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) do Grupo Banco Mundial, para a implementação do **Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)** e pretende aplicar parte dos recursos na contratação de um/uma **Especialista em gestão de riscos Sociais**.

O objectivo geral desta consultoria é o de acompanhar e analisar os indicadores de impacto social, bem como propor medidas para a mitigação de riscos e impactos sociais relacionados com o Projecto.

A consultoria terá a duração de cinco (5) meses, renováveis em função do desempenho satisfatório, da disponibilidade financeira e das necessidades do projecto. Os termos de referência podem ser obtidos no endereço electrónico abaixo indicado.

O **Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)** convida, por este meio, os consultores individuais ("Consultores") elegíveis a manifestarem o seu interesse em prestar os Serviços. Os consultores interessados deverão fornecer informações que demonstrem que possuem as qualificações requeridas e experiência relevante para executar os serviços, submetendo o seu curriculum vitae, certificados/diplomas académicos, comprovativos de experiência profissional e outros documentos de suporte que se achem necessários para a candidatura.

O(A) Consultor(a) deverá possuir as seguintes qualificações:

Formação Académica

- Possuir formação superior ao nível de licenciatura em Ciências Sociais, nomeadamente Sociologia, Desenvolvimento Social/Comunitário, Direitos Humanos e áreas afins;
- Possuir formação ao nível de pós-graduação, Mestrado ou Especialização em Ciências Sociais ou áreas afins é uma vantagem;

Experiência Profissional

- Possuir um curso, experiência ou treinamento em Violência Baseada no Género é uma vantagem;
- Deve possuir oito (8) ou mais anos de experiência na gestão de projectos sociais, preferencialmente, relacionados a actividades sociais em Saúde e desenvolvimento social ou comunitário;
- Experiência com as Políticas de Gestão Ambiental e Sociais do Banco Mundial e noções básicas sobre o Quadro Ambiental e Social; e a legislação nacional angolana e correspondente, é uma vantagem;
- Experiência na condução e monitoria de EIAS/PGAS é uma vantagem;
- Experiência na implementação (concepção, implementação e monitorização de actividades) de mecanismos de gestão de reclamações é uma vantagem;
- Experiência na implementação de planos de mitigação social e em avaliação de Impactos Sociais;
- Experiência na implementação (concepção, implementação e monitorização de actividades) de processos de consulta pública;
- Comprovada capacidade técnica, analítica, escrita e comunicação na redacção de relatórios de progresso e comunicação de resultados;
- Domínio da Língua Portuguesa;
- Fluência, na escrita e fala, em Inglês é uma vantagem.
- Bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador;
- Experiência em projectos de inclusão de grupos de desfavorecidos, incluindo comunidades de minorias etnolinguísticas e pessoas portadoras de deficiência constitui uma vantagem;
- Vantagem será dada a candidatos com experiência na gestão de Mecanismos de Reclamações (MR) e no seguimento de incidentes relacionados com Violência Baseada no Género (VBG);
- Conhecimento dos aspectos relativos à higiene e segurança ocupacional e saúde e segurança nas comunidades;
- Conhecimentos em preparação de materiais de comunicação e sensibilização para a mudança de comportamentos são uma vantagem;
- Experiência de trabalho em projectos de desenvolvimento em países africanos e, em particular, em Angola, será um ponto de vantagem.

Os consultores serão avaliados com base nas Normas e Regulamentos de Aquisições do Banco Mundial para Mutuários de Financiamentos de Projectos de Investimento de Setembro de 2023, pelo que deverão ter em atenção à Secção III, parágrafos 3.14, 3.16, e 3.17 das referidas Normas, que definem a política do Banco Mundial sobre o conflito de interesses. O referido documento pode ser consultado na seguinte hiperligação:

<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/6c0602876d68949e80820507d90a14ed-0290012023/original/Procurement-Regulations-September-2023.pdf>.

O(A) Consultor(a) será seleccionado com base no método de contratação de Consultores Individuais de acordo com as Normas e Regulamentos de Aquisições em vigor (Setembro de 2023).

Os Consultores interessados poderão obter informação adicional, incluindo os TORs (Termos de Referência) no endereço abaixo indicado, de Segunda-feira a Sexta-feira, entre as 8h00 – 15h00.

As manifestações de interesse (Currículo, cópia dos certificados de habilitações académicas, avaliação de desempenho e outra informação pertinente) deverão ser enviadas até ao dia **12 de Agosto de 2026, às 15h00** (Horário de Angola).

Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)

Ao cuidado: Gestor Técnico do Projecto

Unidade de Implementação do Projecto (UIP) /Ministério da Saúde

Avenida 21 de Janeiro - Gamek /Luanda | Angola

Tel.: +244 932 580 623

Correio electrónico: procurement@pfrhs.minsa.gov.ao

c/c idalina.manuel@pfrhs.minsa.gov.ao ; irina.fortes@pfrhs.minsa.gov.ao

CONCURSO PÚBLICO

A TotalEnergies EP Angola, a operar em Angola na área de Exploração e Produção de Petróleo e Gás vem, por este meio, anunciar a realização do(s) seguinte(s) concurso(s) público(s), com o objectivo de seleccionar empresas para:

Referência: IA031209

Descrição do Serviço: Fornecimento de brocas de perfuração.

Resumo, âmbito de trabalhos específicos:

O serviço consistirá em fornecer brocas de perfuração de poços em Petróleo e Gás.

Requisitos-Chave:

- Brocas de trícônicas e PDC nos tamanhos 26", 17½", 14¼", 12¼" e 8½" → para ser usado em poços de desenvolvimento;

Capacidade técnica e organizacional para fornecer os produtos em questão:

- Experiência mínima comprovada de 5 anos em fornecimento de brocas para perfuração;
- Possuir um sistema de Gestão de H3SE e de Qualidade com foco em segurança de trabalhos, prevenção de acidentes, protecção ambiental e melhoria contínua;
- Capacidade de mobilização rápida de brocas para operações de perfuração;
- Possuir pessoal qualificado e certificado em conformidade com os requisitos específicos.

As empresas interessadas têm, a partir da data de hoje, sete (7) dias úteis, para submeter a sua candidatura via e-mail para: ep-ao-dt.cpac@totalenergies.com, fazendo menção à referência do concurso, tal como acima indicado. O e-mail deverá conter: o objecto social, o nome da empresa, o endereço postal, o número de telefone, a pessoa de contacto e uma carta de apresentação da empresa. A proposta a ser submetida pelo concorrente, bem como o futuro contrato que resultar do concurso em questão, deverá respeitar as Leis Aplicáveis em Angola. As empresas interessadas devem assegurar o cumprimento das regras de concurso e regulamentos que regem o processo de fornecimento de bens e serviços no sector.



(500.1152)1/4P-2/2



ESTAMOS A RECRUTAR

VAGAS DISPONÍVEIS

1



DIRECTOR-GERAL
DE EMPRESA DE
ENGENHARIA
E CONSTRUÇÃO

2



DIRECTOR-GERAL
DE EMPRESA
IMOBILIÁRIA

3



DIRECTOR-GERAL
DE EMPRESA DE
COMUNICAÇÃO
E MCN

4



DIRECTOR-GERAL
DE EMPRESA DE
SEGURANÇA
PRIVADA

REQUISITOS

- ✓ Experiência profissional mínima de 5 anos em cargos de gestão na respectiva área.
- ✓ Domínio da língua inglesa, podendo ser utilizada como língua de trabalho.
- ✓ Capacidade de liderança, gestão estratégica e desenvolvimento de negócios.
- ✓ Elevado sentido de responsabilidade, organização e orientação para resultados.
- ✓ Boa capacidade de comunicação, negociação e coordenação de equipas.



CANDIDATURAS

Os interessados deverão enviar o seu Curriculum Vitae, indicando no assunto do e-mail a vaga a que se candidatam.

E-MAIL: HR@transafrica.com.cn

INTEGRIDADE • EXCELÊNCIA • PARCERIA • COMPROMISSO COM ÁFRICA

(2172)1/4P-13/14

CÂMARA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO, FISCAL E ADUANEIRO

ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **António Neto da Costa**, Juiz Conselheiro deste Tribunal Supremo e Relator em substituição do processo n.º 139/2005-Autos de Acção de Impugnação de Acto Administrativo.

Faz saber que, ao abrigo dos artigos 247.º a 250.º do C.P.C., aplicáveis por força do artigo 6.º do C.P.C.A, na Secretaria Judicial da Câmara do Contencioso Administrativo, Fiscal e Aduaneiro deste Tribunal Supremo, correm éditos de 50 (cinquenta) dias, contados a partir da segunda e última publicação do respectivo anúncio, nos autos de Acção de Impugnação de Acto Administrativo, consubstanciado no pedido de nulidade do confisco do prédio urbano de rés-do-chão, sito em Luanda, Ingombotas, Largo Serpa Pinto, inscrito na Matriz Predial do 1.º Bairro Fiscal, sob o n.º 824 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 737, registados sob o número 139/2005, em que é Demandante **Elizabete da Conceição Azevedo Pereira** e Demandado **Ministro da Justiça e Ministro do Urbanismo e Habitação**, notificando o Contra-interessado, **António de Oliveira Matias**, com último domicílio em Luanda, na Rua Pedro Félix Machado 55/56 para, querendo, no prazo de 20 (vinte) dias, finda a dilação de 30 (trinta) dias, contestar a presente acção.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO, FISCAL E ADUANEIRO DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 07 DE JULHO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO,
ANTÓNIO NETO DA COSTA

O SECRETÁRIO JUDICIAL,
GIL ANTÓNIO

(500.1150)1/4P-9/17

CÂMARA DO CÍVEL

1.ª SECÇÃO

ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Carlos Cuvuquila**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator em substituição do processo n.º 1349/2014 – Recurso de Agravo.

Faz saber que na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, deste Tribunal Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o agravado, **Immed Indústria e Serviços, Lda.**, com domicílio em parte incerta, para no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias querendo, vir examinar, impugnar ou pagar a conta elaborada a fls. 147 a 148 nos autos de Recurso de Agravo, em que é Agravante **Pinto Basto Angola Lda**, cuja conta encontra-se na Secretaria Judicial, e lhe será entregue caso solicite, sob cominação de os autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 12 DE MARÇO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO
CARLOS CUVUQUILA

O SECRETÁRIO JUDICIAL INTERINO
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-14/17



REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL DA COMARCA DE LUANDA
3.ª SECÇÃO DA SALA DO CÍVEL

ANÚNCIO

PROCESSO N.º 2211/016-M

2.ª PUBLICAÇÃO

A DOUTORA **MARIANA DA SILVA**, JUÍZA DE DIREITO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LUANDA, 3.ª SECÇÃO DA SALA DO CÍVEL.

Faz saber que, ocorre seus regulares termos pela 3.ª Secção da Sala do Cível, uma **Acção Executiva para pagamento da Quantia Certa, Sob a Forma de Processo Ordinário**, em que é Exequente: **Banco de Fomento Angola SA**, com sede em Luanda.

É citada os Executados: **Pedro da Paixão dos Santos e Adolfo Joaquim Cravid Xavier**, residentes em Luanda, actualmente em parte incerta, para no prazo de 10 (dez) dias, que começa a correr finda a dilação de 30 (trinta) dias, contando da primeira e última publicação do Edital, para ou nomear bens e penhora, Sob pena de ser devolvido o direito de Nomear Bens ao exequente.

Nesta Acção, o Exequente pede que se proceda à citação dos Executados conforme tudo melhor consta do duplicado que se encontra à disposição no Cartório Judicial desde Tribunal.

Na presente Acção é obrigatório a constituição de advogado. Para constar, se passou o presente **ANÚNCIO** e mais dois de igual teor, que de assinados, serão afixados nos lugares que a lei designa.

Luanda, 16 de Junho de 2026

A JUÍZA DE DIREITO
**/MARIANA DA SILVA/
A AJUDANTE DE ESCRIVÃO
/NEIDY MIRANDA/**

(2809)1/4P-2/22

CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Raúl Rodrigues**, Juiz Conselheiro Relator, em Substituição, nos autos de Recurso de Apelação n.º 2388/17.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, findo a dilação de 20 (vinte) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo Anúncio, notificando a apelante **Isabel João dos Santos**, com domicílio em parte incerta, para tomar conhecimento do duto acórdão proferido de fls.159 a 165 dos presentes autos, cuja cópia do mesmo se encontra nesta Secretaria Judicial, e que lhe será entregue, caso solicite, sob cominação de os mesmos autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 14 DE AGOSTO DE 2025.

O JUIZ CONSELHEIRO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO
RAÚL RODRIGUES

O SECRETÁRIO JUDICIAL, INTERINO
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-1/17

CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

A Excelentíssima Senhora Doutora **Efigénia Lima Clemente**, Juíza Conselheira Relatora, em Substituição, nos autos de Recurso de Ordinário de Impugnação do Acto Administrativo n.º 220/18.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, findo a dilação de 20 (vinte) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o recorrente **Luanda Sport Center Lda.**, com domicílio em parte incerta, para tomar conhecimento do duto despacho proferido à fls. 128, para vir examinar, impugnar e/ou pagar a conta nos termos do art.º 87.º do C.C.J., cuja cópia do mesmo se encontra nesta Secretaria Judicial, e que lhe será entregue, caso solicite, sob cominação de os mesmos autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 05 DE AGOSTO DE 2025.

A JUÍZA CONSELHEIRA RELATORA, EM SUBSTITUIÇÃO
EFIGÉNIA LIMA CLEMENTE

O SECRETÁRIO JUDICIAL, INTERINO
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-2/17

CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Raúl Rodrigues**, Juiz Conselheiro Relator, em substituição, nos autos de Recurso de Agravo n.º 1172/2012.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, findo a dilação de 20 (vinte) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o Agravado **Francisco Manuel Morais**, com domicílio em parte incerta, para tomar conhecimento do duto acórdão proferido de fls.150 a 163, cuja cópia do mesmo se encontra nesta Secretaria Judicial, e que lhe será entregue, caso solicite, sob cominação de os mesmos autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 14 DE AGOSTO DE 2025.

O JUIZ CONSELHEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO
RAÚL RODRIGUES

O SECRETÁRIO JUDICIAL
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-3/17



REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL SUPREMO
CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO

CITAÇÃO EDITAL

A Excelentíssima Senhora Doutora **Anabela Vidinhas**, Juíza Conselheira do Tribunal Supremo e Relator do processo n.º 2243/17 – Autos de Recurso de Apelação.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (vinte) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o apelado **Gualter Ferreira do Rosário**, em parte incerta, para, no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias, deduzir oposição, querendo, ao acórdão de fls. 409 a 424 dos presentes autos de recurso de apelação em que é Apelante **Robert Hudson**, cujos autos se encontram nesta Secretaria Judicial e que poderá consultá-los, caso solicite, sob cominação de os mesmos autos prosseguirem como autos de execução por custas.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 22 DE JANEIRO DE 2026.

A JUÍZA CONSELHEIRA, RELATORA
ANABELA VIDINHAS

O SECRETÁRIO JUDICIAL, INTERINO
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-4/17



REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL SUPREMO
CÂMARA DO CÍVEL

NOTIFICAÇÃO EDITAL

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Raúl Rodrigues**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator em substituição do processo n.º 2305/16 – Autos de Recurso de Apelação.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, notificando a Apelada **Sofia Luzaído João**, com residência em parte incerta, para, no prazo de 10 (dez) dias finda a dilação de 20 (vinte) dias, tomar conhecimento do despacho de fls. 116 dos presentes autos de Recurso de Apelação, em que são Apelados Herdeiros incertos de Gino e João Aldair Gino, nos autos que se encontram patentes nesta Secretaria Judicial e poderá consultá-los, caso solicite, sob cominação de os mesmos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 09 DE JUNHO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO, RELATOR
RAÚL RODRIGUES

O SECRETÁRIO JUDICIAL
DANILSON LATA

(500.1150)D2-5/17



REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL SUPREMO
CÂMARA DO CÍVEL

ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Raúl Rodrigues**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator, em substituição, do processo n.º 2305/15 – Autos de Recurso de Apelação.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, notificando a Apelada **Sofia Luzaído João**, com residência em parte incerta, para, no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias, tomar conhecimento do despacho de fls. 116 dos presentes autos de Recurso de Apelação, em que são Apelados Herdeiros incertos de Gino e João Aldair Gino, nos autos que se encontram patentes nesta Secretaria Judicial e poderá consultá-los, caso solicite, sob cominação de os mesmos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 09 DE JUNHO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO, RELATOR
RAÚL RODRIGUES

O SECRETÁRIO JUDICIAL
DANILSON LATA

(500.1150)D2-5/17

CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Raúl Rodrigues**, Juiz Conselheiro Relator nos autos de Recurso de Apelação n.º 1544/10.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, findo a dilação de 20 (vinte) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando a Apelante **Maria da Anunciação**, com domicílio em parte incerta, para tomar conhecimento do duto acórdão proferido de fls.188 a 199 cuja cópia do mesmo se encontra nesta Secretaria Judicial, e que lhe será entregue, caso solicite, sob cominação de os mesmos autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 14 DE AGOSTO DE 2025.

O JUIZ CONSELHEIRO, EM SUBSTITUIÇÃO
RAÚL RODRIGUES

O SECRETÁRIO JUDICIAL
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-7/17

CÂMARA DO CÍVEL
1.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

A Excelentíssima Senhora Doutora **Teresa Buta**, Juíza Conselheira Relatora nos autos de Recurso de Apelação n.º 1959/2012.

Faz saber que, na Secretaria Judicial da Câmara do Cível deste Supremo Tribunal, correm éditos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo anúncio, notificando o Apelado **Angola Metal Trading**, com domicílio em parte incerta, para, no prazo de 10 (dez) dias, finda a dilação de 20 (vinte) dias para, querendo, vir examinar, impugnar ou pagar a conta elaborada à fls. 135 a 136 nos presentes autos de Recurso de Apelação, em que é apelante **Pinto Basto Angola Limitada**, cuja conta encontra-se na Secretaria Judicial e lhe será entregue, caso solicite, sob cominação de os autos prosseguirem à sua revelia.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 12 DE MARÇO DE 2026.

A JUÍZA CONSELHEIRA
TERESA BUTA

O SECRETÁRIO JUDICIAL
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-8/17

CÂMARA DO CÍVEL
2.ª SECÇÃO
ANÚNCIO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **António Neto da Costa**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e Relator em substituição do processo n.º 139/2005 - Autos de Recurso Contencioso de Impugnação do Acto Administrativo.

Faz saber que, na Câmara do Cível do Tribunal Supremo, correm éditos de 30 (trinta) dias, contados da segunda e última publicação do respectivo Anúncio, nos autos de Recurso Contencioso de Impugnação do Acto Administrativo, registado sob o n.º 139/2005, em que é Recorrente **Elizabete da Conceição Azevedo Pereira**, e Recorrido **Ministro da Justiça e Ministro do Urbanismo e Habitação**. Ao abrigo dos artigos 247.º e 251.º, ambos do CPC, aplicáveis por força do art.º 6.º, são citados (chamados) os eventuais contrainteressados, para tomarem conhecimento e, querendo, deduzirem oposição nos referidos autos.

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA DO CÍVEL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, 13 DE JANEIRO DE 2026.

O JUIZ CONSELHEIRO
ANTÓNIO NETO DA COSTA

O SECRETÁRIO JUDICIAL INTERINO
MÁRIO SIDRAK

(500.1150)D2-9/17

Um processo que garante a confiança de todos.



Em todo o país, está em curso a actualização do Registo Eleitoral.

Um esforço nacional que assegura que cada cidadão está devidamente identificado e correctamente registado.

Um gesto simples, que reforça a participação de todos.

Porque TU contas. TODOS contamos.



www.angolachamaporti.ao #angolachamaporti



LINHA DE APOIO
LIGA GRÁTIS

136



Contacta-nos via WhatsApp
(+244) 923 190 818



REGISTO
ELEITORAL
OFICIOSO
2026-2027



Balcão
Único
de Atendimento
ao Público
Com próximo de nós



GOVERNO DE
ANGOLA

FA(161)MPI/C-1/1

ANÚNCIO DE RECRUTAMENTO

A Bright Ones Academy está a recrutar profissionais qualificados para integrar a sua equipa.

1. Professor(a)

Requisitos:

- Licenciatura em Educação ou área afim;
- Domínio de disciplinas das ciências exactas, especialmente Matemática, Física, Química e áreas relacionadas;
- Falar e escrever Inglês fluentemente;
- Conhecimentos de informática, nomeadamente:
 - Microsoft Word;
 - Microsoft Excel;
 - Microsoft PowerPoint;
 - Microsoft Outlook.

2. Assistente de Inserção de Dados (Data Entry)

Requisitos:

- Domínio da Língua Inglesa (falada e escrita);
- Boa velocidade e precisão na inserção de dados no computador;
- Conhecimentos de informática, nomeadamente:
 - Microsoft Word;
 - Microsoft Excel;
 - Microsoft PowerPoint;
 - Microsoft Outlook.

Perfil desejado para ambas as vagas

- Boa capacidade de comunicação;
- Sentido de responsabilidade e organização;
- Capacidade de trabalhar em equipa;
- Pontualidade e compromisso com as responsabilidades.

Como se candidatar

Os candidatos interessados deverão enviar o seu Curriculum Vitae (CV) e cópias dos certificados académicos para o Departamento de Recursos Humanos da Bright Ones Academy, através dos seguintes canais:

E-mail: brightonesacademy@gmail.com

WhatsApp: +244 942 553 111

Local: Bright Ones Academy

Junte-se à Bright Ones Academy e faça parte da formação da próxima geração de líderes!

(2841)1/4P-1/1



Ordem dos Advogados
BASTONÁRIO

Convocatória

Em estrito cumprimento do estabelecido pelos artigos 25.º, n.ºs 2 e 3, e 27.º, todos do Estatuto da Ordem dos Advogados de Angola (EOAA), aprovado pelo Decreto n.º 28/96, de 13 de Setembro, alterado pelo Decreto n.º 56/05, de 15 de Agosto, convoco a Assembleia-Geral Extraordinária da Ordem dos Advogados de Angola, para reunir no Cine Ndalatando, na Província do Cuanza Norte, no dia 27 de Agosto de 2026, às 10h00, com a seguinte Ordem de Trabalho:

Ponto Único: Análise, discussão e aprovação da proposta de revisão do Regulamento Eleitoral da Ordem dos Advogados de Angola.

A presente Assembleia-Geral Extraordinária é convocada no âmbito do processo de revisão dos normativos da Ordem dos Advogados de Angola, com especial incidência sobre o Regulamento Eleitoral, visando o aperfeiçoamento do regime jurídico aplicável ao processo eleitoral, de modo a reforçar os princípios da transparência, da verdade eleitoral, da igualdade de tratamento entre as candidaturas, da integridade do processo eleitoral e da prevenção de práticas susceptíveis de afectar a sua regularidade, genuinidade e credibilidade, sendo que a proposta submetida à apreciação da Assembleia-Geral resulta dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Técnico constituído para o efeito, os quais culminaram na elaboração da presente versão após um amplo processo de audição dos Conselhos Provinciais e das demais estruturas relevantes da Ordem dos Advogados de Angola, com a recolha, análise e integração dos contributos considerados pertinentes para o aperfeiçoamento do texto e a consolidação de um regime eleitoral mais claro, equilibrado e conforme às melhores práticas de governação institucional.

Encontrando-se reunidos os pressupostos necessários, submete-se agora à apreciação da classe a proposta de revisão do Regulamento Eleitoral, para análise, discussão e aprovação em Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral é constituída por todos os Advogados com inscrição em vigor, nos termos do estabelecido pelo n.º 1, do artigo 24.º do Estatuto da Ordem dos Advogados de Angola.

Os Advogados deverão ser portadores dos respectivos Cartões de Identidades.

Luanda, 06 de Agosto de 2026.-

O Bastonário da Ordem dos Advogados de Angola
José Luís A. Domingos

(500.1164)1/4P-1/1

RECRUTAMENTO

RESPONSÁVEL DE OFICINA – EQUIPAMENTOS PESADOS E AGRÍCOLAS

Pretende-se contratar, para trabalhar numa fazenda de Agropecuária, um **RESPONSÁVEL DE OFICINA – EQUIPAMENTOS PESADOS E AGRÍCOLAS**.

Principais responsabilidades:

- Gestão e supervisão da oficina;
- Manutenção preventiva e correctiva de máquinas agrícolas e equipamentos pesados;
- Diagnóstico de avarias mecânicas, hidráulicas, eléctricas e electrónicas;
- Gestão de peças e stocks;
- Planeamento das intervenções e coordenação da equipa técnica.

Perfil pretendido:

- Formação técnica em Mecânica, Electromecânica, Mecatrónica ou área equivalente;
- Experiência mínima de 5 anos em função similar;
- Sólidos conhecimentos de mecânica diesel, hidráulica e sistemas eléctricos/electrónicos; Experiência em equipamentos agrícolas e pesados; capacidade de liderança e gestão de equipas.

Oferece-se:

Remuneração de acordo com a experiência comprovada, alojamento e alimentação nas instalações da empresa, assistência médica de acordo com a política praticada na empresa. Enviar as candidaturas com documentação comprovativa da formação e experiência para: **fazendarecrutamento2025@gmail.com**

FA(317)1/4P-1/1

RECRUTAMENTO DE PESSOAL

Empresa vocacionada para o exercício da actividade de engenharia na área do petróleo e gás pretende recrutar para o seu Quadro de Pessoal:

- **Electricista** (Técnico médio de Instalações Eléctricas - Mínimo 6 meses de experiência)
 - **Assistente Comercial** (Ensino Médio em Gestão de Empresas; Finanças; Economia)
 - **Engenheiro Electromecânico** (Lic. Eng. Electromecânica - Mínimo 3 anos de Experiência)
 - **Assistente de Instrumentação** (Ensino Médio em Áreas Técnicas)
 - **Assistente de Operação de Dutos** (Técnico Médio)
 - **Assistente de Operações de Produtos Petrolíferos** (12.ª Classe)
 - **Mecânico** (Formação profissional e/ou Técnico de Mecânica ou similares)
 - **Soldador de Redes de Gás** (Ensino Básico)
 - **Técnico de Controlo de Gestão** (Licenciatura em Economia, Gestão de Empresas, Finanças, Gestão de Informação, Contabilidade e Auditoria - Mínimo 3 anos de experiência)
 - **Técnico de Inteligência e Segurança Empresarial:** (Licenciatura em Administração de Empresas; Ciências Económicas e Jurídicas - Mínimo 3 anos de Experiência)
 - **Técnico de Planeamento de Operações de Terminais e Instalações Intermédio** (Licenciatura em Engenharia, Gestão, Economia ou similar - Mínimo 7 anos de experiência em operações de produtos petrolíferos)
 - **Técnico de QSSA** (Lic. Ambiental, Química, Mecânica, Segurança no Trabalho, Civil, Ciências biológicas ou química - Mínimo 3 anos).
- Obs: Residentes nas províncias de: Benguela (Lobito) Cabinda, Namibe, Huambo, Cubango, Menongue, Moxico, Uíge, Huila (Lubango), Luanda.

Os interessados devem enviar Curriculum Vitae até ao dia 10-08-2026 para a seguinte direcção electrónica:

recrutamento@tecsteelworkforce.co.ao

Gerência de Recursos Humanos

(2783)1/4P-1/1



RECRUTAMENTO

Global Catering, com objecto social Gestão de Refeitórios, Confeção, Tratamento de bens Alimentares e de Consumo Humano, NIF 5001838407, situada no Condomínio Retail Park, Bairro Rocha Pinto, Av. 21 de Janeiro, Município de Luanda, Província de Luanda, comunica ao público em geral a abertura de um processo de recrutamento para o preenchimento da vaga de **Monitor de Gestão Hoteleira**, de acordo com os requisitos e características abaixo mencionados:

Perfil do candidato:

- Nacionalidade angolana ou dupla nacionalidade (obrigatório);
- Espírito empreendedor;
- Experiência comprovada mínima de pelo menos 5 anos na função de Monitor de Gestão Hoteleira;
- Boa capacidade de comunicação oral e escrita;
- Capacidade de leitura, interpretação e execução de fichas técnicas;
- Conhecimentos de gestão de stocks e de definição de quantidades mínimas de segurança;
- Bons conhecimentos de MS Office na óptica do utilizador;
- Capacidade para definir, planear acções de formação;
- Fluência em inglês, oral e escrito;
- Carta de condução de veículos ligeiros, válida.

Resumo de Responsabilidades

- Integração em Direcção de Operações;
- Preparação de planos de trabalho e acompanhamento no processo de cook-chill;
- Zelar pela limpeza da cozinha e seus utensílios;
- Análise de ementas adequados a grupo específicos da população;
- Procurar a manutenção da qualidade imposta pela empresa em um nível de limpeza perfeito de acordo com as normas de higiene, segurança e qualidade em vigor na empresa;
- Acompanhamento de auditorias de segurança alimentar, gestão de pessoal, marcação de presenças e comunicação directa com a Direcção do Capital Humano.

E-mail: **recrutamento@globalcatering.ao**

Luanda, aos 05 de Agosto de 2026

Direcção-Geral

(2772)1/4P-1/1



RECRUTAMENTO

O Estabelecimento de Ensino Complexo Escolar Privado Internacional, que tem como entidade promotora a Sociedade Comercial do Colégio Esperança Internacional, Lda. pretende reforçar o seu corpo docente, recrutando Professores nas áreas de Português, Informática, Artes, Química e Professor Titular do Pré-escolar para integração no ano lectivo corrente (2026-2027).

Requisitos Obrigatórios:

- *Inglês fluente;
- *Agregação pedagógica;
- *Formação superior na área a que se candidata (Licenciatura);
- *Experiência mínima de 2 anos em funções similares.

Documentos a apresentar:

- *Curriculum Vitae actualizado;
- *Cópia do Certificado de Habilitações;
- *Comprovativo da agregação pedagógica;
- *Documento de identificação.

Em caso de interesse, poderá submeter a sua candidatura para: **recrutamento172@gmail.com**

Os candidatos seleccionados serão contactados num prazo de 15 dias.

Departamento de Recursos Humanos

(2803)1/4P-1/1

■ NGOLA KABANGU

“Nós nunca fomos contra os portugueses como povo, como nação. Combatíamos, sim, o sistema colonial português”

Ngola Kabangu é militante histórico da UPA/FNLA, foi secretário-geral-adjunto da UPA, encarregado do Interior e da Segurança do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) e da FNLA e, em 1975, exerceu as funções de ministro do Interior no Governo de Transição de Angola. Nesta entrevista, aborda aspectos relacionados com a luta de libertação nacional.



Drumond Jaime
e Helder Barber

Onde e quando nasceu?
Nasci em Luanda, precisamente no dia 14 de Fevereiro de 1943.

Como é que um indivíduo de Luanda aparece na FNLA?

Bem, como já tive ocasião de afirmar várias vezes, sou militante da UPA desde 1958, quando tomei conhecimento dos primeiros panfletos que surgiram em Luanda. Na altura, já participava numa célula clandestina muito conhecida, a do Sambizanga.

Essa célula clandestina era da UPA ou pertencia a outro movimento?

Era uma célula da UPA, formada por militantes da organização. Muitos dos responsáveis dessa célula ainda se encontram em vida. Temos, por exemplo, o velho Viegas Paulo, Francisco Paca, que é um veterano da FNLA, Luís Alfredo Inglês e um outro, já falecido, que era praticamente o motor e coordenador da célula, o senhor Mateta.

Como eram formadas essas células e quais eram, naquela altura, os objectivos da UPA?

Essas células eram formadas por um número muito reduzido de pessoas. Aliás, uma célula não podia ser composta por muitos elementos, sobretudo para assegurar não apenas a eficácia do trabalho, mas também garantir o segredo. Naquele tempo, não era fácil desenvolver trabalho político, sobretudo em Luanda. Sabíamos que, naquela altura, os portugueses eram muito vigilan-

tes. Já sopravam ventos de mudança e havia toda uma agitação desde os anos 1950. A UPA começou, então, a criar células políticas clandestinas com o objectivo de mobilizar, informar e enquadrar os militantes, os futuros libertadores de Angola.

Quando é que acontece a sua saída de Angola para se juntar à direcção da UPA no exterior?

Depois de um intenso trabalho em Luanda, com os nomes que acabei de citar e ainda outros, como Jacob Pereira, Vítor Webá, o velho Nobre Pereira Dias, que era da missão evangélica, e outros elementos – alguns dos quais já faleceram –, saí de Luanda no dia 12 de Março de 1962. Parti a bordo de um ferry boat, o Dom Diniz, com destino a Cabinda, terra do meu avô materno. Passei por Cabinda e, quando atravessei a fronteira, fui imediatamente recebido pelo Comité Lccionário da UPA em Muanda, no Baixo Zaire. Isso é para dizer que levava recomendações da célula de Luanda e que já estavam à minha espera. Portanto, não cheguei ali como um estrangeiro; fui bem recebido. De Muanda, passei para Boma, onde fui recebido pelo senhor Afonso Menga, que também já se encontra cá em Luanda e é um veterano da UPA. Este conduziu-me depois a Matadi, o principal porto da então República do Zaire, onde fui recebido pelo senhor Mendes Mangualá. Por sua vez, Mendes Mangualá conduziu-me até à sede da UPA, em Léopoldville, cidade que hoje se chama Kinshasa.

Os nossos apoios eram fundamentalmente africanos, sobretudo tunisinos e argelinos, evidentemente sem esquecer o Congo

Como eram as estruturas da UPA naquela altura? Eram abertas a todos os cidadãos nascidos em Angola ou tratava-se de uma organização selectiva, na qual nem todos eram bem aceites?

A UPA nunca foi tribalista. E vou citar nomes de pessoas que não eram kikongos e que encontrei, naquela altura, em Léopoldville. Encontrei, por exemplo, o senhor Fernando Pio do Amaral Gourgel, pai de todo um batalhão de Gourgéis. Encontrei o senhor Rosário André Neto, natural de Malanje. Quero também referir que o senhor Fernando Gourgel era mestiço, natural de Golungo Alto. Encontrei, na altura, o senhor José Ndele, que era de Cabinda; o senhor Jonas Savimbi, que era do Sul e nasceu no Munhango; e o doutor José Liauca, natural do Bailundo e primo do senhor Jonas Savimbi. Encontrei outros elementos que não eram originários das províncias do Norte do país, quando digo Norte no sentido étnico-linguístico, portanto, kikongos. A UPA estava aberta a todos os nacionalistas. E os nomes que acabei de citar assumiam funções de grande destaque no seio da UPA. O senhor Rosário Neto era primeiro vice-presidente; o Fernando Pio do Amaral Gourgel era membro do Comité Director; Jonas Savimbi era secretário-geral

da UPA; e o José Liauca era director do Bureau Político da UPA. Essas pessoas não eram de origem kikongo.

Quais eram os principais apoios externos da UPA, tanto em África como fora do continente?

Inicialmente, a UPA teve um apoio muito forte da Guiné, de Sékou Touré, do Ghana e do Mali. Mas o grande apoio que realmente se destacou foi o da Tunísia. Desde o início, os tunisinos apoiaram-nos. E posso dizer que as primeiras armas automáticas utilizadas em Angola, quando se desencadeou o 15 de Março, foram armas tunisinas, que recebemos através de um contingente tunisino integrado no Corpo das Nações Unidas no Congo-Léopoldville. Refiro-me ao contingente tunisino, que tinha instruções do Governo tunisino. Como estava integrado no Corpo das Nações Unidas no Congo-Léopoldville, foi através desse contingente que recebemos as armas. Eles estavam lá ao serviço das Nações Unidas, mas tinham instruções para apoiar a UPA no início da luta.

Falava-se, também, muito do apoio norte-americano à FNLA, principalmente através da CIA. Qual é a verdade sobre os factos?

Olhe, vou dizer que, depois da Tunísia – e aqui, como somos amantes da verdade,

que deve ser contada com rigor moral e intelectual –, o outro grande apoiante da FNLA, e que muitos desconhecem, foi a Argélia. E refiro-me à Argélia ainda não libertada, quer dizer, à Frente de Libertação da Argélia (FLN), quando ainda lutava. Foi nos seus maquis que se formou o primeiro núcleo que, mais tarde, viria a constituir o primeiro Estado-Maior moderno do ELNA, o Exército de Libertação Nacional de Angola. Os argelinos deram-nos um apoio extraordinário na formação desses homens, que, mais tarde, formaram milhares de guerrilheiros. Quanto aos apoios norte-americanos, muito se tem falado sobre essa questão. Mas eu acho que isso é falso. Basta recuar um pouco na História e verificar que, naquela altura, o Governo americano apoiava a cem por cento o Governo colonial português. Os nossos apoios eram fundamentalmente africanos, sobretudo tunisinos e argelinos, evidentemente sem esquecer o Congo, que não só abrigava milhares de refugiados, como também cedeu muitas das suas regiões, onde criámos bases que formaram milhares de combatentes que lutaram pela libertação de Angola.

Voltando ainda à questão do apoio americano, muitos missionários norte-americanos dirigiam-se às zonas ocupadas pela FNLA ou pela UPA.

Evidentemente. No seio de uma nação, temos de fazer a diferença entre um governo e um povo. É, por exemplo, o caso de Portugal. Muita gente diz que a UPA e, mais

tarde, a FNLA eram contra os portugueses. Nós nunca fomos contra os portugueses como povo, como nação. Combatíamos, sim, o sistema colonial português. Combatíamos o Governo colonial português. Combatíamos o Governo fascista de Salazar, que, aliás, também oprimia o povo português. No caso dos Estados Unidos, apareceram muitos americanos democratas, muitos americanos amantes da liberdade e da paz, que queriam ajudar os nacionalistas. Tivemos muitos contactos com missionários e com outros americanos que defendiam a independência de Angola. O senhor Holden Roberto, inicialmente, nos anos 1958, teve muitos contactos com missionários e com certos americanos que apoiavam as justas reivindicações dos angolanos.

Esses americanos eram principalmente religiosos ou havia outros sectores da sociedade norte-americana que apoiavam a luta da FNLA?

Muitos eram religiosos, mas também existiam indivíduos da sociedade civil e personalidades de grande destaque que, no seio do American Committee on Africa, apoiavam as reivindicações do povo angolano e defendiam a nossa independência. Faziam pressão sobre o Governo americano para que este, por sua vez, pressionasse o Governo português no sentido de libertar Angola. Portanto, houve toda uma série de contactos com americanos que eram favoráveis à independência de Angola. E eu não acho que fossem apoios provenientes de ele-

mentos da CIA. Eram americanos que apoiavam os angolanos na sua justa luta pela independência.

O senhor estudou na Jugoslávia. Quer dizer, então, que a Jugoslávia, um país socialista, também apoiou a FNLA?

Vou dizer uma coisa que muitos talvez ignorem ou queiram ignorar. A UPA e, depois, a FNLA tiveram relações muito boas com o marechal Josip Broz Tito. Holden Roberto, se não me engano, esteve em Belgrado, tenho a impressão de que em 1962, e foi muito bem recebido pelos governantes da época. Graças a essas relações, eu e outros membros da FNLA pudemos beneficiar de bolsas de estudo. Parti para a Jugoslávia em Novembro de 1963 e só regresssei em Outubro de 1969. Formei-me em Electrónica no Instituto Superior do Kranj, na actual República da Eslovénia.

Como eram as vossas relações com a União Soviética, que era um dos países que apoiava o MPLA?

Bem, a União Soviética estava decididamente virada para o MPLA. Quer dizer, as relações não eram das melhores, mas também não eram de hostilidade. A União Soviética escolheu o seu parceiro em Angola, que era o MPLA, que tinha adoptado a doutrina marxista-leninista. Nós éramos, e ainda somos, fundamentalmente nacionalistas, quer dizer, opunhamo-nos à doutrina marxista-leninista. Nessas circunstâncias, a União Soviética não podia ter boas relações com a FNLA.

Vocês opunham-se à doutrina marxista-leninista, mas a Jugoslávia e a Roménia eram países que seguiam o marxismo-leninismo. Como se explica essa relação?

Eu diria que a Jugoslávia tinha uma política muito particular, que realmente ajudou aquele país a ser o que era. Hoje, evidentemente, sem querer interferir nos assuntos internos da Jugoslávia, lamento a forma como aquele país se desfez. Mas, na altura, e se o senhor Jaime estiver um pouco informado, Tito travou um grande combate, uma grande batalha contra a União Soviética, porque queria preservar a independência da Jugoslávia. Embora afirmassem ou adoptassem certos princípios do marxismo, eram fundamentalmente nacionalistas. Isso fez com que Tito tivesse relações muito difíceis com a União Soviética. Foi por essa razão que Tito se tornou um dos fundadores do Movimento dos Não-Alinhados, que pretendia marcar uma posição de distanciamento entre o mundo capitalista e o mundo comunista.

Um dos acontecimentos que também marcou o desenvolvimento da luta nacionalista, no princípio dos anos 1970, foi o conflito entre o MPLA e a FNLA. Por que razão surgiu esse conflito, se anteriormente chegaram a ser assinados documentos que formalizavam uma unidade entre o MPLA e a FNLA?

Eu não quero, de maneira nenhuma, abrir uma polémica, nem pretendo agravar as divergências. Já se diz publicamente que existe uma polémica muito grande entre o MPLA e a FNLA. Quero simplesmente repor uma certa verdade. Nós procuramos sempre a unidade das forças patrióticas, das forças nacionalistas, para criarmos uma frente contra o colonialismo. Não podíamos compreender que os nacionalistas pudessem combater, divididos, um regime tão poderoso como o regime colonial português. Fomos, então, procurando uma aproximação com as outras forças, entre elas o MPLA. Mas, evidentemente, chocávamos sempre no campo ideológico. O MPLA defendia o marxismo-leninismo e priorizava precisamente essa doutrina. Nós, por nosso lado, defendíamos que se tratava de uma doutrina estrangeira e que tínhamos de ser fundamentalmente nacionalistas, sem nunca aceitar ajudas condicionadas. Foi o que já referi aqui nos casos da China e da Roménia, que ajudaram a FNLA, tanto em volume como em qualidade, mas conseguimos manter firmemente a nossa independência. Portanto, com o MPLA não foi possível alcançar a unidade de acção no terreno nem a unidade de acção política, devido, fundamentalmente, às divergências ideológicas. Isso é uma verdade inegável. Falo com uma certa autoridade histórica porque, desde o princípio, participei em todas as negociações, nomeadamente, com Agostinho Neto, Lúcio Lara e muitos outros. Por isso, sei que os choques foram funda-

Nós procurámos sempre a unidade das forças patrióticas, das forças nacionalistas, para criarmos uma frente contra o colonialismo. Não podíamos compreender que os nacionalistas pudessem combater, divididos, um regime tão poderoso como o regime colonial português. Fomos, então, procurando uma aproximação com as outras forças, entre elas o MPLA

mentalmente ideológicos.

Não era possível ultrapassar as divergências ideológicas, ou deixá-las para uma fase posterior, e estabelecer uma união em torno daquilo que os dois movimentos pretendiam na altura: a independência de Angola?

Evidentemente, isso não foi possível. E eu lamento, como cidadão e como dirigente da FNLA, que, naquela altura, tenhamos falhado por razões ideológicas. Quer dizer, o MPLA insistia no seu marxismo-leninismo e nós no nosso nacionalismo. Não foi possível uma aproximação, uma unidade de acção no terreno, que era o que mais interessava. Não se pretendia uma unidade fechada, uma unidade de comunicados. O que se pretendia, naquela altura, era uma unidade de acção na frente de combate, mas, infelizmente, isso não foi possível. Cada um lutou do seu lado. E nós não estamos aqui para fazer o balanço de quem lutou mais ou de quem lutou menos, porque, no fundo, a História já está a contar aquilo que se passou.

Diz-se que um dos principais

problemas era a questão da liderança. Quem seria, então, o líder dessa união entre o MPLA e a FNLA?

Vou ser mais preciso. Quando afirmo isto, não é por razões de propaganda, nem por hostilidade ao MPLA. É uma verdade crua, uma verdade que, na minha opinião, ninguém pode negar. A FNLA foi o movimento de libertação que mais esforços consentiu para libertar Angola. Tínhamos uma presença indiscutível no terreno, que não se comparava à acção nem à presença do MPLA ou da UNITA. Éramos o movimento com maior expressão militar no terreno contra os portugueses. Evidentemente, quando, em 1972, se tentou a fusão ou, melhor, a criação de uma frente de combate, que se chamou Conselho Supremo da Libertação de Angola (CSLA), houve países africanos que apadrinharam essa iniciativa.

O Congo, a Zâmbia e o Zaire foram unânimes. Quer dizer, depois do inquérito, reconheceram que a FNLA estava em posição de liderar a frente, ou o referido Conselho, porque era realmente o movimento que, segundo essa

avaliação, tinha maior presença no terreno e se batia de maneira mais eficaz contra o colonialismo português. Foi assim que decidiram atribuir a presidência desse Conselho ao senhor Holden Roberto. Evidentemente, o MPLA ficou com a vice-presidência e não ficou muito satisfeito. E vou fazer aqui uma revelação sobre uma questão que considero triste. Um dos pontos de divisão, para além das razões ideológicas que separavam o MPLA e a FNLA naquela altura, estava relacionado com a importância atribuída à luta armada. O MPLA dizia que "a luta armada era a principal via do esforço libertador em Angola". Nós, embora tivéssemos muito mais presença no terreno, dizíamos que a luta armada era uma das vias para libertar Angola.

E por que razão o MPLA avançava com a teoria de que a luta armada era a principal via?

Porque, na divisão de responsabilidades dentro daquela frente, o MPLA ficou com a componente militar, através do Comando Militar Unificado. O MPLA queria, já naquela altura, sobrepor esse Comando Militar Unificado à estrutura política da frente. Era uma questão de liderança, mas, na nossa perspectiva, não era uma posição realista, porque o MPLA não tinha, praticamente, grande expressão no terreno.

Quando acontece a união entre duas forças, não há também uma unificação de objectivos? O senhor acaba de dizer que o MPLA ficou responsável pela componente militar. Essa estrutura militar podia tomar decisões independentemente da direcção política?

Não. Aquilo era uma frente que tinha estruturas bem definidas. Tinha uma Presidência, um Conselho Político, uma vice-presidência e um Comando Militar Unificado. A Presidência do Conselho Supremo da Libertação de Angola foi atribuída ao senhor Holden Roberto, enquanto o MPLA assumiu a presidência do Conselho Político. A vice-presidência do Conselho foi atribuída ao senhor Agostinho Neto e a presidência do Comando Militar Unificado ao MPLA, que deveria escolher o seu coordenador. A estrutura estava bem definida. O líder do Conselho era o senhor Holden Roberto. Isso não correspondia aos interesses estratégicos do MPLA e, por isso, criou-se a confusão. O MPLA quis confundir as estruturas, sobrepondo o Comando Militar Unificado às estruturas políticas, e a iniciativa não funcionou.

Quanto tempo durou essa união?

Na prática, não funcionou. O Conselho foi criado, mas as suas estruturas não chegaram a ser postas efectivamente a funcionar.

Uma das situações que também ocorreu naquela altura foi a aproximação à FNLA de algumas figuras que tinham feito parte da direcção do MPLA, entre elas Matias Miguéis e Viriato da Cruz. Gostaria que nos falasse um pouco sobre a passagem dessas duas figuras pela FNLA.

Esses indivíduos, quer dizer, Viriato da Cruz, Matias Miguéis, José Miguel e outros, depois de uma crise profunda no seio do MPLA — são questões internas do MPLA e não estou aqui para historiar as suas crises; o MPLA tem pessoas mais bem colocadas para o fazer —, procuraram juntar-se à FNLA. Foi o caso de Viriato da Cruz e Matias Miguéis. Matias Miguéis chegou mesmo a exercer funções no seio da FNLA. Viriato da Cruz, algum tempo depois, foi para a China e lá ficou.

Por que razão Viriato da Cruz abandonou a FNLA?

Por razões pessoais. Disse que gostaria de se dedicar à escrita, que queria continuar a escrever e que iria para a China. Lá, integrou-se num comité que, na altura, se encarregava da tradução de alguma literatura chinesa, nomeadamente, livros chineses. Foi, então, para a China. Não houve grandes divergências. Saiu por razões pessoais.

Isso também não teve a ver com as suas opções comunistas na altura?

Não. Quando Viriato da Cruz apareceu, não apresentou quaisquer condições, nem veio com projectos ideológicos. Queria juntar-se à FNLA como patriota e continuar a luta, porque estava em divergência profunda com o MPLA. Mas não houve nenhum choque ideológico com Viriato da Cruz. Depois, retirou-se por razões pessoais. Disse que ia para a China continuar a escrever e foi para lá. Matias Miguéis



e José Miguel ficaram. E sabe-se muito bem o que aconteceu aos dois. Matias Miguéis e José Miguel, no regresso de uma conferência – se não me engano, vinham da Indonésia –, fizeram escala em Brazzaville, onde o MPLA tomou conta deles, qualificando-os como dissidentes. Todos conhecem o fim que tiveram.

Foi em retaliação que a FNLA matou as heroínas Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Engrácia e outras?

Não. A FNLA nunca reagiu por represália nem por retaliação. Esse caso de Deolinda, Irene Cohen e Teresa Afonso é um caso que já explicámos a muita gente. Ninguém matou barbaramente Deolinda, ninguém matou barbaramente Teresa Afonso e Irene Cohen. Nós estávamos em guerra, na altura, não havia qualquer acordo entre o MPLA e a FNLA. Se um guerrilheiro da FNLA se introduzisse numa zona do MPLA, no Leste ou em Cabinda, sem autorização prévia e sem conhecimento das estruturas, podia correr grandes riscos. Foi o que aconteceu. Penetraram numa zona sem autorização das estruturas superiores. Não havia qualquer acordo ao nível das duas direcções, ocorreram aqueles incidentes e elas lá ficaram. Mas não foram mortas barbaramente pela FNLA pelo facto de serem do MPLA.

Mas foram primeiro capturadas e depois mortas?

Elas morreram numa zona de combate. É o que se sabe, é o que se diz. A verdade é esta: elas morreram numa zona de combate. Numa zona de combate, isso pode acontecer quando se é estranho àquela força e se penetra sem autorização. Elas não eram militantes, dirigentes ou guerrilheiras da FNLA. Penetraram numa zona onde havia guerrilheiros da FNLA. Eram consideradas intrusas e aconteceu o que aconteceu. Mas não foram mortas barbaramente. Isso é mentira. Não foram presas, depois espancadas e mortas.

Falemos agora do 4 de Fevereiro e também do 15 de Março de 1961. Quanto ao 4 de Fevereiro, a FNLA reivindica actualmente a sua autoria. Por que razão só agora a FNLA reivindica a autoria do 4 de Fevereiro? Vou contar-lhe uma história muito interessante, antes de entrar numa explicação mais profunda sobre o 4 de Fevereiro. Quando lutávamos, eu estava em Kinshasa, e nós sempre celebrámos o 4 de Fevereiro. Mas já havia duas datas: o 4 de Fevereiro e o 15 de Março. No 4 de Fevereiro, organizávamos cultos ecuménicos em memória dos que tombaram durante aquele dia glorioso e histórico. E, no dia 15 de Março, celebrávamos aquilo que considerávamos o verdadeiro início da luta de libertação nacional.

Terá mesmo sido preparado pela FNLA?

O 15 de Março foi, para nós, o início da luta de libertação



Elas morreram numa zona de combate. É o que se sabe, é o que se diz. A verdade é esta: elas morreram numa zona de combate. Numa zona de combate, isso pode acontecer quando se é estranho àquela força e se penetra sem autorização. Elas não eram militantes, dirigentes ou guerrilheiras da FNLA. Penetraram numa zona onde havia guerrilheiros da FNLA

nacional, uma luta que vinhou, que teve continuidade e que culminou nos Acordos de Alvor. Ora, como foi preparado o 4 de Fevereiro? Nós, da UPA, naquela altura em Kinshasa, no Congo-Léopoldville, tínhamos ligações com as células clandestinas que existiam em Luanda, uma delas a do Sambizanga, que era muito activa. A UPA mantinha contactos quase regulares com o cônego

Manuel das Neves, através de um emissário que vinha muitas vezes a Luanda. Era um enfermeiro ambulante chamado Manuel Costa Kimpilolo, também conhecido por Kimpio. Esse indivíduo frequentava a missão evangélica e tinha contactos com Nobre Dias. Conseguiu estabelecer, aqui em Luanda, contactos com o velho Herbert Inglês, Viegas Paulo, Luís Inglês e César Correia,

natural de Malanje, que não era nem do Uíge, nem de M'banza Congo. Estes, por sua vez, mantinham contactos estreitos com o cônego Manuel das Neves. Havia ainda outros nacionalistas, entre eles Neves Bendinha. O MPLA reivindicava que Neves Bendinha era militante do movimento, mas ele tinha contactos muito estreitos com a célula da UPA.

O senhor está a dizer, com isso, que Neves Bendinha pertenceu à UPA?

Inicialmente, era da UPA, sim, senhor. Era companheiro de luta de muitos que ainda vivem, como Herberto Inglês, César Correia e Viegas Paulo. Estes tinham contactos com o cônego Manuel das Neves e com outros elementos nacionalistas. Foi assim que se começou a preparar o 4 de Fevereiro. As instruções vinham do Congo-Léopoldville. Não sei se o Jaime se recorda de uma entrevista, se não me engano, na Rádio LAC. Entrevistaram, no mesmo dia, Mendes de Carvalho e a mim. O velho Mendes de Carvalho disse que os quimbandas que prepararam o 4 de Fevereiro vieram do Congo-Léopoldville. Quimbanda é um termo kimbindu, mas, em termos modernos, poderíamos dizer que eram os preparadores psicológicos que vieram do Congo-Léopoldville.

Ora, o senhor sabe que, quando se prepara uma equipa de futebol, como agora é habitual, além do treino físico, existe também uma preparação psicológica. Se esses preparadores vieram do Congo-Léopoldville, o que é que isso quer dizer, fundamentalmente? Eram os orientadores, os activistas, os indivíduos que vieram enquadrar aqueles que deviam participar no 4 de Fevereiro. É Mendes de Carvalho, uma figura destacada do MPLA, quem o afirma. É verdade. Eu subscrevo o que ele disse. Vieram do Congo-

Léopoldville, através de César Correia, de Costa Kimpilolo, de Herbert Inglês, que vive no antigo Bairro do Cruzeiro, e de Viegas Paulo, que vive no Sambizanga. Dizem que tem aqui um filho e um irmão que é jornalista. Esses homens estão vivos e podem testemunhar. Agora, a História começa a vir à superfície. Quer dizer, os escritores começam a revelar a verdade. Mas tudo isso não deve servir de motivo para entrarmos em guerra com o MPLA ou numa polémica marcada pela animosidade. Pode haver um debate histórico, um debate que sirva para educar o povo angolano e para melhor informar a nossa população, envolvendo a FNLA e o MPLA. A nossa missão é, fundamentalmente, informar com verdade, educar e esclarecer, porque a História de um povo tem de ser contada com rigor intelectual e moral, como já disse.

Sobre o 15 de Março, algumas pessoas que presenciaram os acontecimentos e as suas repercussões afirmam que grande parte das vítimas da acção levada a cabo pela UPA era constituída por angolanos negros, nomeadamente, trabalhadores oriundos do Sul que se encontravam no Norte a trabalhar nas roças de café. O que tem a dizer sobre isso?

Olhe, essa é mais uma prova para lhe dizer que a UPA nunca foi tribalista. O 15 de Março foi uma acção preparada, evidentemente, a partir do exterior, através das células que estavam no interior, em Luanda, Malanje, Cuanza-Norte, Huambo, Cabinda e Uíge. E, apenas como informação para a História, uma das células mais dinâmicas que a UPA teve em Angola estava situada no Porto do Lobito e era composta exclusivamente por elementos do Sul. O senhor Jorge Valentim foi um dos membros dessa célula. O senhor Adão Capitão, que faleceu há dois anos e era natural do Cuanza-Sul, também foi membro dessa célula, no Lobito. Quando se deu o 15 de Março, centenas de compatriotas originários do Sul do país participaram. Diz-se que eram trabalhadores das roças de café, mas estavam enquadrados e mobilizados. É assim que o primeiro comandante operacional da UPA no interior de Angola foi um indivíduo originário da província do Cunene, João Baptista Traves Pereira, natural da antiga Forte Roçadas. Era kwanyama e foi o primeiro comandante operacional da UPA, tendo o seu quartel-general no Bembe. Logo a seguir, o primeiro chefe do Estado-Maior do exército moderno da UPA foi o senhor José Kalundungo, natural do Sul, precisamente do Bailundo. Quando o senhor Savimbi chegou, já o encontrou lá. Não foi com Savimbi que ele apareceu. Era do Sul. Havia ainda muitos outros, como Alberto Chipata, Kaiangulo e vários naturais do Sul. Quer dizer, grande parte das uni-

dades que actuaram no Bembe, em Bessa Monteiro e no Vale do Loge era constituída por naturais do Sul.

Como explica, então, a morte de muitos indivíduos oriundos do Sul durante os acontecimentos de 15 de Março?

Essa é uma propaganda que certos elementos tentaram, ou ainda tentam veicular. É falsa. Uns dizem que a UPA abateu 12 mil baillundos. Mas eu pergunto: onde estavam concentrados esses 12 mil baillundos para serem mortos pela UPA? Estavam a dormir nas suas camas? Estavam nos seus quimbos? Acho que, pelo contrário, milhares de elementos do Sul participaram na luta, no levantamento de 15 de Março. E está aí a prova dos grandes dirigentes militares da época que eram do Sul. Ninguém pode desmentir isso, nem a UNITA. Não houve nenhuma chacina de elementos do Sul. Se alguns morreram, poderiam estar do lado dos portugueses. Numa guerra há duas partes. Quer dizer, o soldado mata ou morre. Se alguns estavam do lado do inimigo, certamente que poderiam ter morrido, mas não foram mortos pela UPA por serem do Sul ou por serem baillundos. Isso é mentira.

Durante os acontecimentos, houve relatos de que até crianças foram esartejadas.

Bem, essa é uma propaganda suja e criminosa dos portugueses. Os portugueses preocuparam-se muito com certas mulheres ou crianças que morreram durante os combates em algumas roças, mas não se preocuparam com os milhares que, segundo a nossa denúncia, assassinavam nos campos de concentração, nas roças e nas prisões. Também não se preocuparam com os milhares de angolanos que, segundo nós, foram mortos aqui em Luanda, logo após o 4 de Fevereiro. Quando penso no 4 de Fevereiro, no que aconteceu aqui em Luanda, o sangue corre-me pelas pernas. Os portugueses mataram barbaramente. Havia grupos de comerciantes portugueses que circulavam em carros e camiões e faziam aquilo a que se chamou "caça ao negro" nos musseques. Fizeram a mesma coisa depois do 15 de Março. Isso os portugueses não contam. Falam de uma, duas ou três mulheres, ou de quatro crianças que apareceram mortas numa roça. Numa situação de guerra, se uma roça fosse atacada e estivesse a ser defendida, durante o tiroteio poderiam morrer mulheres e crianças. Mas elas não foram, como se diz, deliberadamente apunhaladas pela UPA. Isso é mentira. Na nossa perspectiva, foi uma montagem. Nos anos 1960, os portugueses chegaram a levar fotografias às Nações Unidas para tentar provar que éramos bárbaros, que éramos canibais. Isso é mentira. Havia uma guerra e, numa guerra, podiam ocorrer situações desse género. Ainda hoje, por exemplo, há balas perdidas que atingem crianças e outras pessoas inocentes.



Se estavam numa roça onde havia portugueses a defender as propriedades, poderiam morrer durante os confrontos. Mas a UPA não assassinou deliberadamente mulheres nem crianças portuguesas.

Depois das acções de 15 de Março, como ficou a luta da FNLA? Tornou-se mais fácil, houve maior possibilidade de penetração no território ou a situação se complicou?

Evidentemente, logo após o 15 de Março, durante os meses de Março, Abril e Maio, os guerrilheiros conseguiram avanços extraordinários. A guerrilha chegou às portas de Luanda, a Caxito. Luanda tremia. Nós estávamos aqui. Eu ainda me encontrava em Luanda naquela altura e via-se que a cidade vivia num estado de sítio, quase cercada. Depois, houve a repressão e, evidentemente, tivemos de efectuar recuos estratégicos. Esses recuos permitiram aos guerrilheiros uma melhor organização e, mais tarde, a luta estendeu-se por toda a província do Zaire, pelo Uíge, Malanje, por uma parte do território que hoje constitui a província do Bengo, chegando mesmo a atingir as Lundas. Pelo contrário, a repressão portuguesa não acabou com a determinação dos guerrilheiros. Eles recuaram em determinados momentos, por razões estratégicas e de orga-



Nós estávamos aqui. Eu ainda me encontrava em Luanda naquela altura e via-se que a cidade vivia num estado de sítio, quase cercada. Depois, houve a repressão e, evidentemente, tivemos de efectuar recuos estratégicos

nização, e a luta continuou. Continuou, na nossa perspectiva, vitoriosamente até à assinatura, em Kinshasa, de um acordo de cessação de hostilidades com a delegação portuguesa.

Quando foi assinado esse acordo?

Deve ter sido a 14 de Outubro de 1974. A delegação era chefiada pelo general Fontes Pereira de Melo. A assinatura aconteceu a bordo de um barco de recreio de Mobutu. Nós obrigámos a parte portuguesa a deslocar-se a Kinshasa para assinar esse acordo. Foi um acordo de cessação de hostilidades, porque colocámos condições. Só cessáramos os combates quando Portugal reconhecesse o direito de Angola à independência e quando fossem definidos os princípios das negociações para a

independência. Só depois disso, assináramos um acordo global e definitivo de cessar-fogo.

Quanto tempo durou esse acordo?

Esse acordo, como já disse – e estamos aqui para contar a História com rigor e verdade –, foi respeitado tanto pela parte portuguesa como pela FNLA. Recordo-me de que, depois da assinatura, devido às dificuldades de comunicação entre a sede e o interior, um comandante muito conhecido que tínhamos, Vuna Vioca, Domingos Malembu, comandante da região do Uíge, não estava ainda ao corrente do acordo. Ele movimentou as suas tropas, que ocuparam grande parte das fazendas no Uíge. Mas mandámos imediatamente desocupar as fazendas e as localidades, em respeito pelo acordo que tinha sido assinado.



PERFIL

NGOLA KABANGU

Nasceu a 14 de Fevereiro de 1943, em Luanda. Engenheiro, político e escritor angolano, formou-se em Engenharia Electrónica pelo Instituto Superior de Electrónica de Kranj, na actual República da Eslovénia, onde estudou entre 1963 e 1969. Militante histórico da UPA/FNLA, foi secretário-geral-adjunto da UPA, encarregado do Interior e da Segurança do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) e da FNLA e, em 1975, exerceu as funções de ministro do Interior no Governo de Transição de Angola. No período multipartidário, desempenhou várias funções de direcção na FNLA, tendo sido secretário permanente do Bureau Político, vice-presidente e, após a morte de Holden Roberto, presidente do partido. Foi igualmente deputado à Assembleia Nacional, eleito pela lista da FNLA nas eleições de 2008. Actualmente, Ngola Kabangu integra o Conselho de Administração da ENDIAMA E.P., na qualidade de administrador não executivo.

CONDOLÊNCIAS

JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ

23/01/1957 - 31/07/2026

É com profundo pesar que o Grupo COSAL comunica o falecimento do seu estimado colaborador **JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ**, ocorrido no dia 31 de Julho de 2026, nascido a 23 de Janeiro de 1957, o Sr. José Romero integrou o Grupo COSAL em 30 de Novembro de 1992, tendo dedicado mais de 33 anos de serviço à organização, sempre com profissionalismo, lealdade, responsabilidade e elevado sentido de compromisso. A sua partida representa uma perda profundamente sentida. O seu exemplo, contributo e legado permanecerão para sempre na história e na memória do Grupo COSAL. À família, amigos e colegas, apresentamos as nossas mais sentidas condolências. Obrigado por tudo, Sr. Romero. Descanse em paz.

(500.1159)NMII-1/1



FALECEU



GISELA FRANCISCO

António Francisco (Calabete) (pai), Martinha, Minguito, To-zé, Sôzinha, Betinha, Candelina, Vanda, Feito, Paula, Guerra, Beto, Mara, Cláudia, Juarez e Maninho (irmãos), Renato Almeida (filho), sobrinhos, netos e demais familiares comunicam o falecimento da sua querida **GISELA FRANCISCO**, ocorrido no dia 5/8/2026, por doença. O funeral realiza-se domingo, dia 9/8/2026, pelas 10h00, no Cemitério do Benfica. (500.1156)NMI-1/2

FALECEU

JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ

Sérgio Romero, Isabel Romero, Alfredo Romero, Irene Romero, Mário Romero, Fernando Romero, Nonô Romero, Graça Romero, Anabela Romero, Ellis Romero, Carla Romero e Rui Romero cumprem o doloroso dever de comunicar o falecimento do seu querido irmão **JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ**, ocorrido no dia 31 de Julho de 2026. O funeral será realizado no dia 08/08/2026, antecedido do Velório, às 08h00, no Velório Provincial de Luanda (Santana) e, de seguida, o sepultamento no Cemitério do Alto das Cruzes.

(500.1155)NMII-1/3



RECORDAÇÃO

ARTUR AMARAL DA SILVA

Esposa, filhos, irmãos, netos e demais familiares de **ARTUR AMARAL DA SILVA** recordam, com profunda dor e imensa saudade, que se completam dois meses desde o seu passamento físico. A sua ausência deixou um vazio impossível de preencher nos nossos corações. Permanecem vivos o seu exemplo de grandeza, o amor generoso, a dedicação incansável à família e ao trabalho, bem como as inesquecíveis lembranças dos momentos partilhados. Ninguém morre enquanto permanece vivo nos corações daqueles que amam, para sempre connosco. Eterna saudade. Que a sua alma descanse em paz.

(500.1163)NMII-1/1



FALECEU



ARIETH DE FÁTIMA BOA VIDA WILLIAMS ABRÃO

Aristóteles Délcio Luzito Abrão (esposo) e familiares comunicam o falecimento de **ARIETH DE FÁTIMA BOA VIDA WILLIAMS ABRÃO**, ocorrido na Província do Cuando. O óbito decorre nas 500 Casas, 7.ª Rua, sítio em Viana. O funeral realizar-se-á em data a anunciar oportunamente.

(500.1146)NMI-3/3

FALECEU

JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ

Os filhos Yasodhara Romero, Bryce Romero, Ana Romero e Marco Romero cumprem o doloroso dever de participar o falecimento do seu querido pai **JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ**, ocorrido no dia 31 de Julho de 2026. O funeral será realizado no dia 08/08/2026, antecedido do Velório, às 08h00, no Velório Provincial de Luanda (Santana) e, de seguida, o sepultamento no Cemitério do Alto das Cruzes.

(500.1155)NMII-2/3



FALECEU

NELSON MANUEL MARTINS DA COSTA

Rosa Cruz e Silva, Leonel Felisberto da Silva (tios) Zaida Marlene Martins da Costa, Crispim Martins da Costa (irmãos), Catarina da Silva António, Elisabete Visolela Almeida, Lílio Almeida, Jacira da Costa, Jorge Miguel António, Ademar Faria, Felisberto Faria, Adalberto Faria, Irina Barros, Dina Barros (primos), tios, sobrinhos, e demais familiares cumprem o doloroso dever de comunicar o falecimento de **NELSON MANUEL MARTINS DA COSTA**, ocorrido em Luanda no dia 4 de Agosto por doença, e que o seu funeral terá lugar no dia 8 de Agosto (sábado) pelas 10 horas no Cemitério de Santa Ana.

(700.099)NMII-1/1



FALECEU

DIONÍSIA NUNDA CAMBAMBI

É com profunda tristeza e sentimento de pesar que o colectivo de estudantes do Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEI), do período (2015-2017), tem o doloroso dever de comunicar o falecimento da sua estimada colega, amiga e irmã, **DIONÍSIA NUNDA CAMBAMBI**, ocorrido no passado dia 3 de Agosto do corrente ano, vítima de um trágico acidente de viação, na Província do Cuanza Sul. O funeral será realizado em data a anunciar oportunamente. O óbito está a decorrer no Município de Viana, Ponte partida, Rua da Suave, próximo ao Colégio Raul Araújo, em Luanda.

(500.1157)NMII-1/1



FALECEU



MARIA EDUARDA RAFAEL DE CARVALHO

Marta Junqueira, José Caetano, Amélia Fernandes, Fernando, Helder, António Sandra, Inocência de Carvalho Vieira Dias (filhos), netos e bisnetos comunicam o falecimento da sua querida **MARIA EDUARDA RAFAEL DE CARVALHO**, ocorrido aos 4/8/2026, em Luanda, por doença. O óbito realiza-se no Patriota, Condomínio da Amizade, o velório realiza-se hoje, dia 7/8/2026, a partir das 20h00, no Velório Provincial de Luanda (Sant' Ana) e o funeral realiza-se no dia 8/8/2026, sábado, no Cemitério de Sant' Ana, em Luanda, às 11h00.

(700.097)NMI-1/1

MISSA



FERNANDO MATEUS LOURENÇO

Os familiares de Fernando Mateus Lourenço comunicam que se realiza Missa do sexto mês de falecimento, em memória do seu ente querido **FERNANDO MATEUS LOURENÇO**, no dia 8/8/2026, na Igreja da Sagrada Família (Angola), às 18h30, e na Igreja Matriz da Amadora (Portugal), às 19h00. Paz à sua alma!

(500.1161)NMI-1/2

MISSA



FERNANDO MATEUS LOURENÇO

Angelina Mateus Pelinganga Lourenço (esposa), Riquito, Lídia, Mex, Ednezer e Ery (filhos), Pinto, Cândida, Domingas, Marcelina e Noémia Lourenço (irmãos) comunicam que se realiza Missa do sexto mês, em memória de **FERNANDO M. LOURENÇO**, no dia 8/8/2026, na Igreja da Sagrada Família, às 18h30, e na Igreja Matriz da Amadora (Portugal), às 19h00.

(500.1161)NMI-2/2

RECORDAÇÃO

MARGARIDA DA NAZARÉ DE MORAIS MARIANO (Magui)

Hoje, 07 Agosto de 2026, faz um ano que partiste, mas a tua presença permanece viva nos nossos corações. A saudade continua profunda, porém o amor, os ensinamentos e as memórias que deixaste jamais se apagarão. Recordamos a tua vida com eterna gratidão e pedimos a Deus que te conceda o descanso eterno e a luz perpétua. A tua ausência é sentida todos os dias, mas a tua memória viverá para sempre entre nós.

Celebraremos Missa na Igreja São Carlos Lwanga, Nova Vida, às 18h30. A família Enlutada.

(500.1158)NMII-1/1



FALECEU

INOCÊNCIO LOPES SIMÕES VUNGO (Nonô)

É com profunda dor e consternação que Ana Verónica Lopes Vungo (mãe), Garcia Lopes Vungo, Fernanda Vungo, Joana Vungo Padrão e Mauro Vungo (irmãos) comunicam o falecimento do seu ente querido **INOCÊNCIO LOPES VUNGO**, ocorrido na África do Sul - Pretoria, por doença, e comunicam que o funeral realiza-se, hoje, 07 de Agosto de 2026, partindo do préstito fúnebre do Quartel General (Ex-R1-20), para o Cemitério de Sant' Ana, às 09h30.

(500.1160)NMII-1/2



FALECEU

INOCÊNCIO LOPES SIMÕES VUNGO (Nonô)

É com profunda dor e consternação que as Famílias Lopes Silvestre e Vungo comunicam o falecimento do seu ente querido **INOCÊNCIO LOPES VUNGO**, ocorrido na África do Sul - Pretoria, por doença, e comunicam que o funeral se realiza, hoje, 07 de Agosto de 2026, partindo do préstito fúnebre do Quartel General (Ex-R1-20), para o Cemitério do Sant' Ana, às 09h30.

(500.1160)NMII-2/2



FALECEU



NSIMINDELE DIAMPANGA ANDRÉ

Mengui Ester de Oliveira Diampanga e familiares comunicam o falecimento do Dr. **NSIMINDELE DIAMPANGA ANDRÉ**, ocorrido por doença prolongada. E informam que o funeral será realizado em data a anunciar oportunamente. Neste momento de dor e luto, a família agradece a todos os amigos, colegas e conhecidos pelas manifestações de solidariedade e apoio. Que a sua alma descanse em paz.

(500.1162)NMI-1/1

FALECEU



LOURENÇO JOSÉ CONSTANÇA (King)

Francisca Constança (esposa), Elisângela Constança, Yara Constança e Cláudia Constança (filhas), irmãos, cunhados, primos e sobrinhos cumprem o doloroso dever de comunicar o falecimento de **LOURENÇO JOSÉ CONSTANÇA (King)**, ocorrido no dia 2/8/2026, em Lisboa. O funeral realiza-se no sábado, dia 8/8/2026, em Lisboa.

(500.1145)NMI-3/3

FALECEU



JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ

A esposa, irmãos, filhos, netos e demais familiares cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de **JOSÉ LUÍS ROMERO FERNÁNDEZ**, ocorrido no dia 31 de Julho de 2026. O funeral será realizado no dia 08/08/2026, antecedido do Velório, às 08h00, no Velório Provincial de Luanda (Santana) e, de seguida, o sepultamento no Cemitério do Alto das Cruzes.

(500.1155)NMI-3/3



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO
PROJECTO DE ACELERAÇÃO DA DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA
E CRIAÇÃO DE EMPREGO
Empréstimo No.: IBRD-95270
Projecto ID: P178035

**Solicitação de Propostas
Bens**
(Processo de Concurso de Um Envelope)

Título do contrato: Aquisição de Equipamento para Implementar o GUE Móvel em Benguela e Huambo.

Número de referência da SDP: 76G1/MINPLAN/26

1. O Governo de Angola recebeu financiamento do Banco Mundial para custear o Projecto de Aceleração da Diversificação Económica e Criação de Emprego (Diversifica Mais), e pretende aplicar parte dos fundos para pagamentos ao abrigo dos contratos para **Aquisição de Equipamento para implementar o GUE Móvel em Benguela e Huambo (Lote 1- Equipamento Informático), (Lote 2- Mobiliário de Escritório), (Lote 3 - Viaturas) e (Lote 4- Geradores).**

2. O Projecto de Aceleração da Diversificação Económica e Criação de Emprego (Diversifica Mais) convida os Concorrentes elegíveis a apresentarem Propostas seladas para **Aquisição de Equipamento para implementar o GUE Móvel em Benguela e Huambo (Lote 1-Equipamento Informático), (Lote 2- Mobiliário de Escritório), (Lote 3 - Viaturas) e (Lote 4- Geradores).**

3. O processo será conduzido através de concurso nacional, usando uma Solicitação de propostas (SDP) conforme especificado no "Regulamento de Aquisições para Mutuários de IPF" do Banco Mundial de Setembro de 2025 ("Regulamento de Aquisições"), estando aberto a todos os Concorrentes elegíveis conforme definido no Regulamento de Aquisições.

4. Os Concorrentes elegíveis interessados podem obter mais informações junto de **Projecto de Aceleração da Diversificação Económica e Criação de Emprego** e analisar o Documento de Concurso durante o horário de expediente, das 09h00 às 15h00, no endereço abaixo indicado.

5. O Documento de Concurso em Português pode ser adquirido pelos Concorrentes interessados, mediante a apresentação de um pedido escrito no endereço abaixo indicado.

O documento será enviado apenas por e-mail.

6. As propostas devem ser entregues no endereço abaixo, antes das **10h00 do dia 10 de Setembro de 2026**. A Apresentação de Propostas por via electrónica não será permitida. Propostas Tardias serão rejeitadas. As Propostas serão abertas publicamente na presença dos representantes designados dos Concorrentes e de qualquer pessoa que decida participar, no endereço abaixo, às **10h00 do dia 10 de Setembro de 2026**.

7. Todas as Propostas devem ser acompanhadas por Declaração de Garantia de Proposta.

8. Chama-se a atenção para o Regulamento de Aquisições que exige que o Mutuário divulgue informações sobre a propriedade efectiva do concorrente seleccionado, como parte do Anúncio de Adjudicação de Contrato, utilizando o Formulário de Divulgação da Propriedade Efectiva, tal como incluído no Documento de Concurso.

9. Os endereços acima referidos são:

Ministério do Planeamento
Projecto de Aceleração da Diversificação Económica e Criação de Emprego (DIVERSIFICA MAIS).
Atn: Sr. Laércio Cândido – Director do Projecto
C - View Smart Business Park, Edifício: D, R/C, Talatona - Luanda -Angola
Contacto: **+244 921987473**
E-mail: aquisicoes@diversificamais.ao

FA(300)MPI-PB-2/2

COMISSÃO LIQUIDITÁRIA DA MABOR, S.A.R.L

ANÚNCIO PÚBLICO N.º 01/CL-MABOR/2026

ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA, VIA PORTAL DE LEILÃO ELECTRÓNICO, DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA DA MABOR S.A.R.L.

A Comissão Liquidatária da MABOR S.A.R.L vem, pela presente, tornar público que, no âmbito do processo de liquidação da referida empresa, está aberta a alienação das instalações da antiga fábrica, localizada na Rua Ngola Kiluanje, Km 13, Distrito Urbano do 11 de Novembro, Município do Cazenga, Província de Luanda, via portal de Leilão Electrónico.

1. Entidade Adjudicante (EA)

- 1.1 Designação: Comissão liquidatária da MABOR.
- 1.2 Endereço: Angola, Luanda, Rua Major Kanhangulo, Edifício IMOB BUSINESS TOWER, 3.º piso
- 1.3 Telefone: **(+244) 923 490 765/ 923 344 220 / 928 168 989/ 921 976 852**
- 1.4 Correio Electrónico/Endereço internet (URL):
ctimoveis.igape@minfin.gov.ao / liquidacao.gt.igape@minfin.gov.ao

2. Informações relativas ao contrato

- 2.1 Designação dada ao Contrato pelo Adjudicante: Contrato Promessa de Compra e Venda
- 2.2 Tipo de contrato: Contrato Promessa de Compra e Venda.
- 2.3 O concurso está aberto à participação de entidades estrangeiras: SIM.
- 2.4 Valor estimado do contrato: resultante da avaliação.
- 2.5 Preço de reserva de leilão: SIM.

3. Informações relativas aos concorrentes e às propostas

- 3.1 Os documentos da Candidatura a serem apresentados são os previstos no ponto 9.º dos Termos de Referência (TdR).
- 3.2 Admissão de propostas variantes: Não

4. Critério de adjudicação: Valor de licitação mais elevado.

5. Processo

5.1 Condições para obtenção das peças do procedimento:

- 5.1.1 As peças do procedimento encontram-se disponíveis de forma virtual, bastando, para o efeito, aceder e descarregar a partir do site: [www.igape.minfin.gov.ao](https://leilaoigape.minfin.gov.ao) ou pelo Portal do Leilão Electrónico.
- 5.2 Preço e condições de obtenção das peças dos procedimentos: Sem encargos.
- 5.3 Ascandidaturas devem ser efectuadas no Portal do Leilão Electrónico (<https://leilaoigape.minfin.gov.ao/>) até às 23h59 do dia 22 de Agosto de 2026, estando o período devidamente cronometrado.
- 5.4 A Sessão de Leilão Electrónico terá início pelas 9h00 e término pelas 15h00 do dia 31 de Agosto de 2026.

6. Informações complementares:

- 6.1 Podem ser efectuadas visitas aos imóveis, correspondentes ao mesmo período de candidaturas, para que o investidor possa realizar os levantamentos necessários à boa avaliação da qualidade dos mesmos.
- 6.2 As visitas devem ser previamente agendadas através do envio do endereço acima citado, ou pelos contactos telefónicos, com a indicação da data em que se pretende visitar o imóvel(s), de acordo com o Plano de Visitas anexo aos Termos de Referência.
- 6.3 As informações adicionais podem ser obtidas nos endereços referidos no n.º 1 do presente anúncio.

A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA DA MABOR S.A.R.L., em Luanda, aos 8 de Julho de 2026.



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE
CENTRAL DE COMPRAS E APROVISIONAMENTO DE MEDICAMENTOS E MEIOS MÉDICOS (CECOMA)
Health Emergency Preparedness, Response, and Resilience Project (HEPRR)

UNIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO
Project ID N.º P507385

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

1 ESPECIALISTA JÚNIOR PARA O CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIAS E SAÚDE PÚBLICA CONSULTORIA INDIVIDUAL HEPRR-AO/C-009

País: Angola

Nome do Projecto: Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)

Título de Contracto: Contratação de Serviços de Consultoria

Empréstimo N.º: 9562-AO

RFP Referência N.º: HEPRR-AO/C-009

O Governo de Angola recebeu uma doação no valor equivalente de **USD 1.9 milhões de Dólares Norte Americanos**, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) do Grupo Banco Mundial, para a implementação do **Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)** e pretende aplicar parte dos recursos na contratação de um (1) Especialista Júnior para o **Centro de Operações de Emergências e Saúde Pública-COESP**.

O objectivo geral desta consultoria visa assegurar a prestação de assistência técnica à Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP) na coordenação, implementação, expansão e operacionalização do Centro de Operações de Emergências e Saúde Pública - COESP, fortalecendo as capacidades de preparação, vigilância, coordenação e resposta às emergências de saúde pública, em conformidade com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005) e os objectivos do Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência às Emergências de Saúde (HEPRR).

A consultoria terá a duração de Cinco (5) meses, renováveis em função do desempenho satisfatório, da disponibilidade financeira e das necessidades do projecto. Os termos de referência podem ser obtidos no **endereço electrónico abaixo indicado**.

O **Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)** convida, por este meio, os consultores individuais ("Consultores") elegíveis a manifestarem o seu interesse em prestar os Serviços. Os consultores interessados deverão fornecer informações que demonstrem que possuem as qualificações requeridas e experiência relevante para executar os serviços, submetendo o seu Curriculum Vitae, certificados/diplomas académicos, comprovativos de experiência profissional e outros documentos de suporte que se achem necessários para a candidatura.

O(A) Consultor(a) deverá possuir as seguintes qualificações:

Formação Académica

- > Licenciatura em Medicina, em Enfermagem, ou áreas afins;
- > Mestrado ou Especialização em Saúde Pública, Gestão de Operações ou Desenvolvimento Internacional representam vantagens adicionais;

Experiência Profissional

- Mínimo de 5 anos de experiência em resposta a emergências de saúde pública, com experiência nacional ou internacional na implementação e fortalecimento de programas de resposta a emergência, incluindo COESP;
- Conhecimento e experiência de implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005), directrizes internacionais de resposta a emergências, e vigilância epidemiológica;
- Conhecimento e experiência de aplicações e ferramentas de Office baseados em ICT's (processamento de texto, planilhas e processamento de dados, PowerPoint);
- Excelente domínio da Língua Portuguesa e conhecimento da Língua Inglesa.

Os consultores serão avaliados com base nas Normas e Regulamentos de Aquisições do Banco Mundial para Mutuários de Financiamentos de Projectos de Investimento de Setembro de 2023, pelo que deverão ter em atenção à Secção III, parágrafos 3.14, 3.16, e 3.17 das referidas Normas, que definem a política do Banco Mundial sobre o conflito de interesses. O referido documento pode ser consultado na seguinte hiperligação:

<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/6c0602876d68949e80820507d90a14ed-0290012023/original/Procurement-Regulations-September-2023.pdf>.

O(A) Consultor(a) será seleccionado com base no método de contratação de Consultores Individuais de acordo com as Normas e Regulamentos de Aquisições em vigor (Setembro de 2023).

Os Consultores interessados poderão obter informação adicional, incluindo os TORs (Termos de Referência) no endereço abaixo indicado, de Segunda-feira a Sexta-feira, entre as 8h00 – 15h00.

As manifestações de interesse (Currículo, cópia dos certificados de habilitações académicas, avaliação de desempenho e outra informação pertinente) deverão ser enviadas até ao dia **12 de Agosto de 2026, às 15h00** (Horário de Angola).

Projecto de Preparação, Resposta e Resiliência a Emergências de Saúde em Angola (HEPRR)

Ao cuidado: Gestor Técnico do Projecto

Unidade de Implementação do Projecto (UIP) /Ministério da Saúde

Avenida 21 de Janeiro - Gamek /Luanda | Angola

Tel.: +244 936 846 482

Correio electrónico: procurement@pfrhs.minsa.gov.ao

c/c idalina.manuel@pfrhs.minsa.gov.ao ; irina.fortes@pfrhs.minsa.gov.ao



SCML

1576-2026

Jubileu



A Santa Casa da Misericórdia de Luanda (SCML), irmandade fundada em 1576, restaurada canonicamente em 1963, reconstituída por eleição canónica em 2026, tem por missão a prática das catorze obras de misericórdia corporais e espirituais, a luz moderna Doutrina Social da Igreja e dos princípios da solidariedade Social.

No âmbito da Jornada comemorativa Jubilar em alusão ao 450º aniversário da sua fundação, a Mesa Administrativa.

O Provedor tem a honra de convidar todos os fiéis cristão, benfeitores, colaboradores e a comunidade em geral, a participar da celebração Eucarística Jubilar, que terá lugar no dia 15 de Agosto de 2026, às 17h00, Sé-Catedral de Luanda.

FA(320)MPI/C-1/9



A Swift Angola Limitada, empresa de Recursos Humanos especializada em fornecimento de mão-de-obra na área de Petróleo & Gás, busca profissionais para trabalhar na seguinte posição:

ENGENHEIRO MECÂNICO DE CONFIABILIDADE

O Engenheiro Mecânico de Confiabilidade é responsável por impulsionar a melhoria da confiabilidade do activo por meio da implementação do Plano de Melhoria de confiabilidade, conduzir investigações de qualidade e maximizar a disponibilidade de equipamentos para sustentar o desempenho de produção planeado durante a vida útil da instalação.

Principais Responsabilidades

Gestão da Confiabilidade:

- Conduzir a implementação do Plano de Melhoria de Confiabilidade da Azule em todos os activos operados pela Azule (trabalhar com as equipas de engenharia de instalações, inspecção, manutenção, projectos brownfield do local para garantir que o foco adequado seja dado à melhoria da confiabilidade nessas actividades).
- Permitir a melhoria da confiabilidade por meio da análise de desempenho e do monitoramento das condições do equipamento.
- RCFAs complexos de chumbo
- Responsável por garantir que as lições de confiabilidade de incidentes e investigações de defeitos sejam compartilhadas na Azule e as estratégias de equipamentos sejam actualizadas conforme necessário.
- Responsável por fornecer aconselhamento sobre a implementação da estratégia regional de condições de monitoramento.
- Facilitar avaliações de vulnerabilidade e apoiar o processo de gerenciamento de vulnerabilidade.
- Impulsionar a otimização de compilação de manutenção na Azule.
- Apoiar a Engenharia de instalações na vigilância/monitoramento diário e semanal da planta.

Gestão das Pessoas:

- Provar treinamento e coaching de eliminação de defeitos, gerenciamento de vulnerabilidades e estratégias de equipamentos para engenheiros e técnicos offshore.
- Fornecer entradas nos planos de desenvolvimento de engenharia.

Principais Interfaces:

- Engenharia de Instalações.
- Projectos Locais..
- Operações locais, ou seja, OIM, Superintendente de Produção, Engenheiro do

Local, etc.

- Manutenção
- Produção

Habilidades e Experiências Exigidas:

- Ampla compreensão técnica dos princípios e metodologias de confiabilidade com experiência comprovada em aplicação prática e capacidade de diagnóstico.
- Capaz de alinhar as operações, prioridades de confiabilidade e recursos em alinhamento com as prioridades de activos conforme definido pelos gestores de activos e pelo plano de negócios da Azule.
- Excelentes habilidades interpessoais, incluindo a capacidade de interagir efectivamente com pessoas em todos os níveis no campo e no escritório, com boas habilidades de influência.
- Histórico comprovado na entrega de resultados sob pressão.

Requisitos

Experiência Essencial, Soleiras e Competências:

- Mais de 10 anos de experiência em uma função de disciplina semelhante.
- Experiência substancial e compreensão técnica de engenharia, manutenção e operação de equipamentos em instalações de processamento de petróleo e gás.

Educação Essencial:

- Licenciatura em Engenharia ou grau internacional equivalente na disciplina de engenharia.

Condições de Trabalho:

- Actividades diárias em Ambiente de escritório ou remote.
- Exigência de Viagens regulares offshore.

Para se candidatar, por gentileza, enviar currículo em inglês e Português para: angolarecruitment@airswift.com e informar a vaga de interesse.

(2843)MPI/PB-1/1



A **LASSARAT ANGOLA COMERCIAL LIMITADA**, empresa multinacional de referência no tratamento de superfícies e na aplicação de revestimentos industriais, com mais de 70 anos existência e com mais de 30 anos de presença em Angola, vem, por meio desta, anunciar as seguintes vagas:

REC/2026/01 Gestor de Projecto

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência de 5-8 ou mais anos em contratações e aquisições na indústria petrolífera;
- Experiência em gestão, revisão e negociação de contratos;
- Experiência em coordenar equipas e projectos;
- Experiência em estabelecer e manter relacionamentos com clientes e fornecedores;
- Experiência em monitorar prazos, custos e condições contractuais;
- Experiência em detectar riscos e propor soluções estratégicas;
- Certificação de Inspector de pintura AMPP/NACE II ou FROSIO;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/02 Gerente de Contratos

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência de 5-8 ou mais anos em contratações e aquisições na indústria petrolífera;
- Experiência em gestão, revisão e negociação de contratos;
- Experiência em coordenar equipas e projectos;
- Experiência em estabelecer e manter relacionamentos com clientes e fornecedores;
- Experiência em monitorar prazos, custos e condições contractuais;
- Experiência em detectar riscos e propor soluções estratégicas;
- Certificação de Inspector de pintura AMPP/NACE II ou FROSIO;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/03 Mecânico de UHP

Requisitos:

- Experiência de, pelo menos, 6 a 8 anos como Operador de Equipamentos de Alta Pressão/UHP no sector petrolífero, em ambiente offshore;
- Conhecimento técnico em manutenção de sistemas hidráulicos e pneumáticos;
- Experiência em realizar manutenção preventiva e correctiva em sistemas e equipamentos de Ultra High Pressure;
- Experiência em diagnosticar falhas e realizar reparos em bombas, compressores e acessórios de UHP;
- Garantir a calibração e o funcionamento eficiente dos equipamentos;
- Habilidade em leitura e interpretação de manuais técnicos e diagramas;
- Certificação UHP;
- Ser possuidor de BST e de Cédula Marítima;
- Ser Fluente em Inglês.

REC/2026/04 Rope Access Manager

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Licenciatura em Gestão de Projectos;
- Experiência internacional como Gerente / Instrutor de Acesso por Corda;
- Experiência no gerenciamento de projectos de acesso por corda no sector offshore;
- Certificado IRATA Nível 3 – Líder de Projecto (preferencial);
- Associação Nacional de Engenheiros de Corrosão (NACE) – (CIP Nível 2 pelo menos);
- Disponibilidade para viagens ao exterior.

REC/2026/05 Alpinista Nível 3 / Rope Access Technician Level 3

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência em coordenação de equipas;
- Experiência de pelo menos 5 anos como Alpinista, com experiência em Pintura Industrial no sector petrolífero, em ambiente offshore;
- Certificação IRATA Nível 3 atualizada;
- Certificação ACQPA ou equivalente;
- Ser possuidor de BST e de Cédula Marítima;
- Fluente em Inglês, lido, escrito e falado, sendo o conhecimento de francês uma mais-valia.

REC/2026/06 Site Manager / Gestor de Site/ Gerente do Local do Empreiteiro

Requisitos:

- Licenciatura em Engenharia, Gestão Industrial, ou áreas afins;
- Experiência comprovada em gestão de operações offshore;
- Excelente habilidade de comunicação e liderança;
- Certificação válida de BOSIET/FOET e HUET;
- Fluente em Inglês;
- Disponibilidade para trabalhar em regime offshore.

REC/2026/07 Director de Estaleiro

Requisitos:

- Licenciatura em Engenharia Naval, Engenharia Mecânica, Gestão Industrial ou áreas afins;
- Experiência comprovada em gestão de estaleiros ou de grandes projectos industriais offshore;
- Experiência em construção naval, manutenção de embarcações, estruturas offshore e logística associada;
- Certificações em normas internacionais de segurança e meio ambiente;
- Experiência em gestão financeira e controle orçamentário de grandes projectos;
- Excelente habilidade de comunicação e liderança;
- Certificação válida de BOSIET/FOET e HUET;
- Fluente em Inglês;
- Disponibilidade para trabalhar em regime offshore.

REC/2026/08 Supervisor de QA / QC

Requisitos:

- Formações técnicas;
- Mínimo de 8 a 10 anos de experiência profissional, ligada a área dos petróleos, gás e outros fluidos, devidamente comprovado por certificados e demais;
- Experiência em controle de corrosão e revestimento protector;
- Supervisionar as actividades de inspecção e controle de qualidade nos processos e produtos;
- Garantir a conformidade com normas e padrões técnicos estabelecidos;
- Coordenar a equipa de Q/C, promovendo o cumprimento de metas e prazos
- Experiência em coordenar e a realizar auditorias, inspecções, testes e revisões de controle de qualidade;
- Excelente habilidade de comunicação e liderança;
- Certificação de Inspector de Revestimento da NACE Nível 3;
- Domínio da língua Inglesa;
- Cursos básicos de segurança em Onshore e Offshore.

REC/2026/09 Inspector de Controlo de Qualidade

Requisitos:

- Licenciatura em Engenharia ou Gestão;
- Experiência comprovada em gestão de estaleiros ou de grandes projectos industriais offshore;
- Experiência profissional mínima de 10 anos na indústria petrolífera, como Inspector de Qualidade em ambiente offshore, na área de inspecção, de andaimes, no tratamento de superfícies de revestimento e pintura industrial;
- Certificação Internacional de Inspector de pintura FROSIO ou NACE 3;
- Ser possuidor de BST e de Cédula Marítima;
- Excelentes conhecimentos e experiência com programas do Microsoft Office;
- Fluente em Inglês.

REC/2026/10 Coordenador de Andaimes Industrial

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5-8 ou mais anos em montagem e desmontagem de andaimes industriais na indústria petrolífera offshore and onshore;
- Experiência comprovada na instalação, manutenção e inspecção de andaimes industriais, de preferência em ambientes offshore na indústria petrolífera;
- Experiência e conhecimento aprofundado das normas de segurança aplicáveis à construção e utilização de andaimes em ambientes offshore, incluindo regulamentações nacionais e internacionais;
- Experiência e habilidade de liderar equipas, delegar tarefas e motivar os membros da equipa;
- Habilidades de liderança e gestão para coordenar equipas de andaimistas e garantir a eficiência dos projectos;
- Habilidade em comunicação para se relacionar com clientes, fornecedores e membros da equipa;
- Experiência em identificar e resolver problemas técnicos e de segurança que possam surgir durante a construção e instalação de andaimes;
- Certificação de Inspector de Andaimes;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/11 Supervisor de Andaimes Industrial

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5-8 ou mais anos em montagem e desmontagem de andaimes industriais;
- Experiência comprovada na instalação, manutenção e inspecção de andaimes industriais, de preferência em ambientes offshore na indústria petrolífera;

- Experiência em supervisionar a execução das actividades de montagem, desmontagem e manutenção dos andaimes, seguindo as orientações do Coordenador de modos a garantir a segurança e qualidade dos trabalhos;
- Experiência e conhecimento aprofundado das normas de segurança aplicáveis à construção e utilização de andaimes em ambientes offshore, incluindo regulamentações nacionais e internacionais;
- Habilidade de boa comunicação com clientes, fornecedores e membros da equipa;
- Experiência em identificar e resolver problemas técnicos e de segurança que possam surgir durante a construção e instalação de andaimes;
- Certificação de Andaimos;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/12 Inspector de Andaimos Industrial

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5-8 ou mais anos em montagem e desmontagem de andaimes industriais na indústria petrolífera offshore and onshore;
- Experiência comprovada na instalação, manutenção e inspecção de andaimes industriais, de preferência em ambientes offshore na indústria petrolífera;
- Experiência e conhecimento aprofundado das normas de segurança aplicáveis à construção e utilização de andaimes em ambientes offshore, incluindo regulamentações nacionais e internacionais;
- Experiência e habilidade em colaborar com Supervisores de Andaimos, HSE e os membros da equipa operacional;
- Habilidades na manutenção e gestão dos registos actualizados das inspecções realizadas;
- Certificação de Inspector de Andaimos;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/13 Coordenador de Pintura Industrial

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5 a 8 ou mais anos em pintura industrial, com foco em supervisão, coordenação e gestão de projectos na indústria petrolífera offshore and onshore;
- Domínio em sistemas de pintura industrial, incluindo preparação de superfície, aplicação de tintas e revestimentos;
- Conhecimento de diferentes tipos de tintas e revestimentos, suas propriedades e aplicações;
- Conhecimento de normas e regulamentos de segurança relacionados à pintura industrial;
- Habilidades de liderança e gestão para coordenar equipas de pintores e garantir a eficiência dos projectos;
- Habilidade em comunicação para se relacionar com clientes, fornecedores e membros da equipa;
- Experiência em detectar riscos e propor soluções estratégicas;
- Certificação de Inspector de Pintura;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/14 Supervisor de Pintura Industrial

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5 a 8 ou mais anos em pintura industrial, com foco em supervisão, coordenação e gestão de projectos na indústria petrolífera offshore and onshore;
- Domínio em sistemas de pintura industrial, incluindo preparação de superfície, aplicação de tintas e revestimentos, e processos de cura;
- Experiência em supervisionar as actividades de pintura, garantindo que as tarefas sejam executadas de acordo com os padrões de qualidade, segurança e cronograma;
- Experiência em acompanhar o trabalho das equipas, controlar o estoque de materiais, realizar inspecções e auxiliar na resolução de problemas;
- Conhecimento de normas e regulamentos de segurança relacionados à pintura industrial;
- Certificação de Inspector de Pintura;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/15 Coordenador de Isolamento Industrial

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5 a 8 ou mais anos em aplicação de isolamentos térmicos e acústicos em instalações industriais;
- Experiência em Coordenar, liderar e supervisionar equipas de isoladores, distribuir tarefas; monitorar o progresso e garantir a qualidade do trabalho;
- Conhecimento técnico aprofundado sobre isolamentos térmicos e acústicos, materiais isolantes, normas técnicas e legislação em vigor;
- Garantir o cumprimento das normas de segurança e higiene no trabalho adequada à equipa e monitorar a utilização dos equipamentos de protecção individual;
- Experiência em identificar e avaliar os riscos associados aos projectos de isolamento, implementar medidas de prevenção e correcção e monitorar a eficácia das medidas adoptadas;

- Experiência em comunicação clara e eficaz com os membros da equipa, fornecedores, clientes e outras partes interessadas.
- Certificação de Isolador
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/16 Supervisor de Isolamento Industrial

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5 a 8 ou mais anos em planejar, organizar e coordenar a aplicação de isolamentos térmicos e acústicos em instalações industriais;
- Experiência em dirigir a equipa de campo, fornecendo orientação e suporte;
- Experiência em implementar planos de trabalho e procedimentos de segurança;
- Experiência em monitorar a qualidade do trabalho e identificar possíveis desvios;
- Experiência em gerar relatórios sobre o progresso do projecto e eventuais problemas;
- Habilidade em manter uma boa comunicação com o coordenador e outras partes interessadas;
- Certificação de Isolador;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/17 Coordenador de Mecânica

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5 a 8 ou mais anos em coordenar e supervisionar as actividades de manutenção e construção mecânica na indústria petrolífera offshore and onshore;
- Experiência e conhecimento aprofundado das normas de segurança aplicáveis;
- Habilidades de liderança e gestão para coordenar equipas de modos a assegurar que os trabalhos sejam executados de acordo com os procedimentos da empresa e do cliente, promovendo elevados padrões de desempenho;
- Acompanhar o progresso das actividades e elaborar relatórios técnicos;
- Licenciatura ou formação técnica em Engenharia Mecânica ou área relacionada;
- Conhecimentos de MS Office e sistemas de manutenção;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/18 Gestor de HSE/HSE Manager

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5 a 8 ou mais anos em desenvolver, implementar e monitorizar políticas e procedimentos de HSE na indústria petrolífera offshore and onshore;
- Desenvolver, implementar e monitorizar políticas e procedimentos de HSE.
- Garantir a conformidade com os requisitos legais e contratuais.
- Liderar auditorias, inspecções e investigações de incidentes.
- Promover uma cultura de segurança e melhoria contínua.
- Coordenar acções de formação e campanhas de sensibilização em HSE.
- Licenciatura em Engenharia, Segurança no Trabalho ou área relacionada.
- Certificação NEBOSH, ISO 45001 ou equivalente.
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

REC/2026/19 Material Coordenador

Requisitos:

- Nacionalidade Angolana;
- Experiência comprovada de 5 a 8 ou mais anos em desenvolver, implementar e monitorizar políticas e procedimentos de recepção, armazenamento, preservação e distribuição de materiais;
- Assegurar o controlo de inventário e a rastreabilidade dos materiais.
- Trabalhar em estreita colaboração com as equipas de Compras, Logística, Armazém e Operações;
- Monitorizar níveis de stock e preparar relatórios de gestão;
- Garantir o cumprimento dos procedimentos internos e dos requisitos do cliente;
- Formação superior ou técnica em Logística, Gestão da Cadeia de Abastecimento ou área similar;
- Conhecimentos de sistemas ERP e gestão de inventário;
- Conhecimentos de MS Office;
- Ser fluente em Inglês, conhecimento da língua Francesa é uma mais valia.

Os interessados(as) devem enviar os currículos colocando no assunto a referência e o nome da vaga pretendida para o seguinte correio electrónico: **recrutamento.ang@lassarat.net** até 10 dias a contar da data da publicação.

Angola transforma a luta contra a desinformação em prioridade de segurança nacional

A Nova Lei Contra Informações Falsas na Internet coloca o país entre os regimes jurídicos mais abrangentes da África para combater manipulação digital, engano impulsionado por inteligência artificial e operações de influência coordenadas.

A guerra moderna não é mais travada apenas com soldados, mísseis ou tanques. Cada vez mais, começa com um vídeo manipulado, uma rede de contas falsas, um *deepfake* convincente ou uma campanha coordenada nas redes sociais capaz de moldar a opinião pública, influenciar eleições, alimentar agitação social ou minar a confiança nas instituições públicas.

É nesse contexto que Angola promulgou a Lei n.º 6/26, de 4 de Agosto, Lei Contra Informações Falsas na Internet, legislação que remodela fundamentalmente a forma como o Estado aborda a segurança digital, colocando a luta contra a desinformação online ao lado da protecção da ordem pública, da estabilidade institucional e da soberania nacional.

Publicada no Diário Oficial, a lei estabelece um arcabouço legal abrangente para prevenir, detectar e sancionar a produção e disseminação de informações falsas online, aplicando-se tanto a indivíduos, empresas, plataformas digitais quanto a operadores de redes sociais.

A legislação surge em um momento em que governos ao redor do mundo estão se adaptando a uma nova realidade estratégica na qual a própria informação se tornou um activo nacional crítico. Especialistas internacionais em segurança alertam cada vez mais que campanhas de desinformação alimentadas por inteligência artificial e operações coordenadas de influência online se tornaram ferramentas centrais da guerra híbrida, combinando operações cibernéticas, influência psicológica e manipulação digital para enfraquecer os Estados sem confrontos militares convencionais.

Essa avaliação fundamenta a estratégia digital mais ampla de Angola. Nos últimos anos, o presidente João Lourenço tem argumentado consistentemente que a transformação digital deve ser acompanhada por instituições mais fortes e salvaguardas legais robustas, capazes de proteger cidadãos, a economia e o Estado contra ameaças cibernéticas emergentes.

A nova legislação representa uma das manifestações mais claras dessa visão, fazendo parte de uma agenda mais ampla que também inclui a próxima Lei de Cibersegurança, o estabelecimento do Centro Nacional de Cibersegurança e o fortalecimento das capacidades nacionais de resposta a incidentes cibernéticos.

Operacionalmente, a lei reflecte a estratégia desenvolvida pelo Ministério das Telecomunicações, Tecnologias da Informação e Comunicação Social. Apresentando a legislação ao Parlamento, o ministro Mário Oliveira afirmou que "o mundo está caminhando para regular o ambiente digital para que as sociedades possam proteger países, organizações e, acima de tudo, seus cidadãos."

Descrevendo a lei como parte de uma estratégia de longo prazo para construir um ecossistema digital mais seguro, transparente e resiliente. Em vez de depender exclusivamente de medidas punitivas, o quadro combina prevenção, alfabetização digital, cooperação internacional

responsabilidade tecnológica.

O escopo da legislação torna-se evidente em suas definições. Ao contrário de muitas leis africanas que focam principalmente nas tradicionais "fake news", o estatuto angolano reconhece formalmente conceitos associados à era da inteligência artificial, incluindo *deepfakes*, conteúdo manipulado, conteúdo fabricado,

conteúdo impostor, redes de disseminação artificial, disseminadores artificiais, manipulação algorítmica e conteúdo patrocinado não divulgado. Ao incorporar esses conceitos ao direito interno, Angola criou um arcabouço jurídico capaz de enfrentar ameaças que só recentemente começaram a aparecer em legislações em algumas das economias mais avançadas digitalmente do mundo.

Uma das disposições mais significativas da lei aparece no Artigo 9º, que desvia o foco de punir apenas editoras individuais para mirar a infraestrutura tecnológica usada para espalhar desinformação. A legislação proíbe explicitamente contas falsas, actores automatizados não divulgados, redes de disseminação artificial coordenadas e conteúdo patrocinado não identificado. Na prática, Angola, agora, reconhece legalmente operações de influência coordenadas, redes em larga escala de contas automatizadas ou fraudulentas projectadas para amplificar narrativas, manipular tendências online e distorcer o debate público.

Outra característica definidora da legislação é o nível de responsabilidade atribuído às plataformas digitais. Os Artigos 10º, 11º e 12º exigem que os provedores de serviços online publiquem relatórios regulares de transparência, detalhando contas removidas, conteúdos patrocinados, redes artificiais detectadas, metodologias de moderação

e mecanismos de denúncia, além de submeter relatórios periódicos ao órgão regulador nacional de comunicações electrónicas.

As plataformas são, também, obrigadas a remover conteúdos classificados como falsos, claramente rotular material patrocinado e fornecer mecanismos acessíveis de apelação para os usuários. As disposições redefinem, fundamentalmente, as plataformas digitais não apenas como intermediárias tecnológicas, mas como participantes activos na protecção da integridade do ambiente de informação online.

A lei estabelece, também, um dos regimes de fiscalização mais rigorosos da África contra manipulação digital organizada. Os Artigos 20º, 21º e 29º classificam o uso de contas falsas, redes artificiais de disseminação, manipulação algorítmica maliciosa e campanhas coordenadas de desinformação como algumas das infracções administrativas mais graves.

Muitas corporativas podem chegar a 400 salários mínimos nacionais, enquanto reincidentes podem enfrentar sanções adicionais, incluindo a suspensão temporária das actividades digitais ou, em casos graves, o fechamento de plataformas digitais. Indivíduos que produzam ou disseminem intencionalmente informações falsas que prejudiquem interesses legalmente protegidos podem, também, enfrentar processos criminais sob o Código Penal de Angola, com penalidades agravadas em circunstâncias específicas.

Apesar da força de seus mecanismos de fiscalização, a legislação busca preservar o equilíbrio entre o combate à desinformação e a protecção das liberdades fundamentais. Incorpora expressamente os princípios de legalidade, proporcionalidade, necessidade, liberdade de expressão e responsabilidade, ao mesmo tempo em que esclarece que opiniões, expressão artística, sátira, conteúdo religioso, ficção e obras literárias não constituem informações falsas para fins de sanções legais, a menos que acompanhadas de intenção deliberada de enganar e falsificação objectivamente verificável.

O arcabouço adoptado por Angola sinaliza uma mudança mais ampla na filosofia regulatória. Em vez de focar exclusivamente em punir aqueles que publicam informações falsas, a lei aborda todo o ecossistema de desinformação, desde a alfabetização digital e educação cívica até a transparência das plataformas, supervisão tecnológica, cooperação internacional e responsabilidade dos actores que possibilitam campanhas de influência coordenadas.

A medida que a transformação digital acelera em toda a África junto com o aumento das ameaças cibernéticas e da manipulação de informações, a Lei Angolana Contra Informações Falsas na Internet posiciona o país entre os arcabouços legais mais abrangentes do continente para enfrentar uma nova geração de conflitos que são cada vez mais travados não em campos de batalha convencionais, mas por meio de algoritmos, redes online e da batalha pela confiança pública.

A lei aborda todo o ecossistema de desinformação, desde a alfabetização digital e educação cívica até a transparência das plataformas, supervisão tecnológica, cooperação internacional e responsabilidade dos actores que possibilitam campanhas de influência coordenadas.


AFRICA HEADLINE
 — AFRICA HEADLINE.COM —

In a Nutshell Africa ▼ Politics Science & Tech Election Econo






New Law Against False Information on the Internet places the country among Africa's most comprehensive legal regimes for countering digital manipulation, artificial intelligence-driven deception and coordinated influence operations.

ACCRA — Modern warfare is no longer fought solely with soldiers, missiles or tanks. Increasingly, it begins with a manipulated video, a network of fake accounts, a convincing deepfake or a coordinated social media campaign capable of shaping public opinion, influencing elections, fuelling social unrest or undermining confidence in public institutions.

A legislação busca preservar o equilíbrio entre o combate à desinformação e a protecção das liberdades fundamentais. Incorpora expressamente os princípios de legalidade, proporcionalidade, necessidade, liberdade de expressão e responsabilidade.

■ ANUNCIADOS OS DEZ FINALISTAS

Festival da Canção incentiva nova geração de compositores

Este ano, o lema do evento é “Ritmos e Sabores de Angola”, e vai contar com a participação do cantor Yuri da Cunha, como o grande convidado da 29.^a edição

Katiana Silva

Os dez finalistas da gala da 29.^a edição do Festival da Canção de Luanda foram apresentados na quarta-feira, no pátio da emissora Luanda Antena Comercial (LAC), promotora do evento, num encontro que contou com a presença do músico Yuri da Cunha e membros da direcção da estação radiofónica.

Durante o encontro, a directora da LAC, Luísa Fancony, destacou que, ao longo de quase três décadas de existência do festival, foram criadas centenas de canções, algumas das quais de grande qualidade e outras que não conseguiram permanecer na memória do público.

A responsável sublinhou que a organização tem trabalhado no sentido de recuperar a grande tradição da canção angolana e dar continuidade ao legado deixado por exímios compositores de gerações anteriores, que se dedicavam à criação musical com esmero, valorizando a melodia e a poesia.

“Andamos à procura da canção angolana, mas ainda não encontramos. Queremos que seja uma simbiose entre aquilo que é moda, dominada pela tendência ocidental e universal, mas, sobretudo, com muito do



Finalistas e Yuri da Cunha (ao centro) foram apresentados, no pátio da LAC, em Luanda

nosso carácter musical, cadenciado com os instrumentos tradicionais nacionais, como a marimba, a kissanji e outros. Não tem sido fácil e posso dizer que falta atingir este objectivo”, revelou.

Luísa Fancony disse aguardar com expectativa a actuação dos dez concorrentes, marcada para o dia 25 de Setembro, em Luanda, na expectativa de que um ou vários compositores consigam corresponder às exigências daquilo que

actualmente é designado por *world music*, género que pode ser ouvido em qualquer parte do mundo, mas sem perder as características da rítmica angolana.

“Gostávamos muito que os compositores da actualidade trouxessem para os festivais esse tipo de canção. Este ano, além do registo, pedimos que os candidatos fizessem uma actuação, resultando na escolha deste elenco. Penso que temos boas vozes, mas temos muito a melhorar sobre a letra”,

observou.

A autora de “Só o Amor”, Delnata Praia, uma das dez concorrentes, manifestou satisfação por integrar a selecção, considerando a presença no festival um momento de vitória na sua carreira, tendo em conta os critérios e o historial de uma iniciativa que já revelou vozes de grande dimensão no panorama musical nacional.

“Poder estar neste palco é um privilégio. É uma edição com concorrentes muito fortes, com temas muito

bons. Qualquer um tem talento e força para ser vencedor”, partilhou.

Por sua vez, o concorrente Gonçalves Coxe, que apresenta o tema “Só da Terra”, considerou a experiência maravilhosa desde o período das audições, destacando os ensinamentos e a orientação artística proporcionados pelo festival.

“Ser um artista que tem a assinatura do Festival da Canção tem outro peso. Encontrei colegas muito fortes e sabemos que o júri terá um trabalho muito difícil no dia da gala”, frisou.

Além de Delnata Praia e Gonçalves Coxe, integram a lista de finalistas Wilson Golombole, Leonel Filho, Kelson Jacinto, Ismael Benguela, Victor António, Lio Francis, Nelly Lucas e Satchivinda.

Yuri da Cunha garante ritmos do semba na gala

Tendo como lema “Ritmos e Sabores de Angola”, o músico Yuri da Cunha é o grande convidado da gala da 29.^a edição do Festival da Canção de Luanda, onde promete partilhar a sua experiência e o seu saber com os dez concorrentes, para quem a participação no certame representa também uma oportunidade de aprendizagem e crescimento artístico.

Conhecido pela forte ligação ao semba e à música angolana, Yuri da Cunha destacou a importância de valorizar os artistas mais velhos que contribuíram para a construção da identidade musical nacional.

Em relação ao repertório, Yuri da Cunha adiantou que vai interpretar alguns dos seus temas de maior sucesso, além de outras obras representativas do cancionário musical angolano.

■ NA INTERNET



Músico retrata vivências

A'mosi Just a Label lança hoje single “No Amor”

O músico e compositor A'mosi Just a Label disponibiliza, hoje, a partir das 20h00, em todas as plataformas digitais, o novo single “No Amor”, gravado na Cassete Estúdio.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o artista explicou que a captação do tema esteve a cargo de Uncle Jay, com a participação de Kristoffer Chris, no baixo, e Cláart Jaz, na percussão. A execução mecânica foi assegurada por Smash Midas.

Segundo A'mosi Just a Label, “No Amor” retrata uma experiência vivida na primeira pessoa, abordando um relacionamento marcado pela entrega, sinceridade e pureza dos sentimentos.

O projecto contou com o apoio da Cacimbo Editora, da Geração 80 e Unifil. Foi editado pela Konono Records. A produção e gravações decorreram entre Luanda e Portugal.

Alice André

■ CRIAÇÃO DA PRIMEIRA DIRECÇÃO DO PALÁCIO DAS ARTES

Ministro da Cultura considera marco histórico na consolidação institucional

O ministro da Cultura, Filipe Zau, considerou, em Luanda, que a entrada em funções do primeiro corpo directivo do futuro Palácio das Artes Carlos Aniceto, “Liceu Vieira Dias”, representa um marco determinante para a consolidação da instituição, chamada a afirmar-se como um dos principais centros de promoção, valorização e divulgação das artes e cultura no país.

O governante destacou que vai caber à nova direcção lançar as bases institucionais, administrativas e artísticas de uma estrutura concebida para servir artistas, criadores, investigadores, estudantes e o público em geral.

O ministro da Cultura Filipe Zau sublinhou, também, que o Palácio das Artes vai ter um papel de relevo na dinamização da música erudita no país, ao acolher a primeira Orquestra Nacional.

Para o ministro, a constituição do primeiro corpo directivo representa o início de uma nova etapa na imple-



Primeira direcção tomou posse no Salão Nobre do Ministério da Cultura

mentação do projecto, cuja importância transcende a componente infra-estrutural, traduzindo-se numa aposta estratégica do Executivo para o desenvolvimento cultural e artístico do país.

A cerimónia contou com a presença de directores do Ministério da Cultura, que testemunharam o acto de investidura da primeira equipa dirigente da instituição.

Foram empossados, na

cerimónia realizada no dia 27 de Julho do corrente ano, no Salão Nobre do Ministério da Cultura, José Manuel Goma, como director-geral, e Luís António da Mata Júnior e Agostinho da Costa Xavier, para os cargos de directores-gerais adjuntos, passando a liderar o processo de instalação e organização do futuro Palácio das Artes Carlos Aniceto “Liceu Vieira Dias”.

■ FORMAÇÃO ARTÍSTICA DE CRIANÇAS NO CAZENGA

Embaixadora francesa destaca intercâmbio cultural com Angola

Gil Vieira

A embaixadora de França em Angola, Sophie Aubert, destacou, ontem, em Luanda, que o estágio lusófono da Academia Internacional de Teatro para Crianças (A.I.T.C.) constitui mais um resultado da cooperação entre os dois países nos domínios da cultura e das artes.

A diplomata considerou que iniciativas desta natureza contribuem para a formação das crianças, valorizam o talento artístico e reforçam os laços de amizade e intercâmbio cultural.

O programa, que decorre até ao dia 23 deste mês no Centro de Animação Artística do Cazenga (ANIM'ART), reúne 45 crianças de oito províncias angolanas e de outros países lusófonos, orientadas por oito artistas franceses. Promovido pela Associação GLOBO DIKULU, em parceria com a Academia Internacional de Teatro para Crianças de França.



Formadores franceses e alunos durante o acto de abertura do estágio

A administradora-adjunta para o Sector Político e Social do Cazenga, Esperança João, destacou o papel do projecto na formação de crianças por meio da arte, agradecendo a todos pela confiança no evento. O director do centro, João Domingos, manifestou satisfação pelo município acolher um estágio lusófono da A.I.T.C., considerando a iniciativa uma oportunidade para elevar a qualidade da formação artística dos jovens.

A cantora e formadora

francesa Johanna Baget explicou que o espectáculo final está a ser construído a partir da visão das próprias crianças sobre a paz. O director Artístico, Francisco Marques, acrescentou que o principal objectivo é dar voz às crianças e permitir que expressem, por meio do teatro, as suas ideias e esperanças para um mundo mais pacífico.

O evento culmina com a apresentação da peça “Uندنigue – Um Sonho de Paz”, nos dias 21, 22 e 23 deste mês, às 17h00, no ANIM'ART.

■ CIRCUITO MUNDIAL DE TÊNIS

Justin e Lino seguem invictos para os quartos

Atletas da casa melhoram prestação em relação à primeira semana em que apenas um atleta avançou para fase seguinte

AGOSTINHO NARCISO | EDIÇÕES NOVEMBRO



Tenistas angolanos miram as meias-finais da competição

Armando Pereira

Os angolanos Justino Rodrigues "Justin" e Juliano Simão "Lino" miram as meias-finais, depois de garantirem a presença nos "quartos", ontem, com a terceira vitória na fase preliminar do Circuito Mundial da ITF J30 de Luanda, prova que decorre nos courts da Academia Kikuxi Villas Club, em Viana.

Justino Rodrigues fez o pleno no Grupo C, depois de superar, por dois sets sem resposta, o indiano Vishwak Gunampally, com os parciais de 6-1 e 6-0, apesar de o resultado não espelhar o nível patenteado pelo jogador asiático, a julgar pelas exhibições apresentadas nas rondas anteriores.

Justin entrou para o jogo ciente da consistência do adversário, mas estava decidido a não levar a partida para um possível terceiro set, de modo a acautelar um eventual

desgaste físico, uma vez que o dia de competições reservava também a disputa da prova de pares.

Foi com este pensamento que o tenista do KVC venceu o primeiro parcial por 6-1 e, depois de ter estudado a movimentação tática de Gunampally, confirmou o favoritismo no segundo set, sem dar margem de reacção ao oponente.

No court número 4, Juliano Simão precisou de maior empenho em relação ao compatriota para levar de vencido o israelita Tom Kopel, por duplo 6-2, em cerca de uma hora e 40 minutos. Depois de ter falhado os quartos-de-final na semana passada, Lino entrou mais concentrado e determinado em melhorar a prestação.

Por seu turno, Kopel entrou com o mesmo propósito, superar o atleta da casa em busca de pontos para o ranking da Federação Internacional da modalidade.

No entanto, Lino mostrou-se mais tranquilo e soube fazer a melhor leitura do jogo, dificultando a estratégia de Tom Kopel. Venceu os dois sets e comemorou efusivamente a passagem, depois de terminar invicto o Grupo D, com três vitórias em igual número de partidas, para imitar o feito do colega de equipa.

Nas outras partidas, o chinês Jinxuan Cheng, cabeça-de-série número um do torneio, derrotou, por 6-2 e 6-4, o português Vicente Ribeiro, numa partida equilibrada, sobretudo no segundo set, em que Cheng precisou de dar o máximo para não ser surpreendido, depois de ter conquistado o título na semana passada. O checo Daniel Subert derrotou o angolano Riquelme Lemos, por 6-4 e 6-0, assim como o indiano Arshwalke venceu o compatriota Marcelino Binga, por 6-4 e 6-3. O norte-americano Camelot Carmello, segundo mais bem cotado no ranking entre os tenistas presentes em Luanda, venceu por 6-3 e 6-0 e fez, igualmente, o pleno na fase preliminar, seguindo como um dos favoritos a chegar à final.

O angolano Frederico Vaz Pinto, que evoluiu em Portugal, não conseguiu repetir o feito da ronda anterior e perdeu por 6-2 e 7-5 frente ao israelita Re'em Elkayam, enquanto o indiano Abhiram Maturi bateu, por 6-0 e 6-3, o angolano Marcos Silva.

O alemão Phillip Horst despachou o israelita Alon Hyman por dois sets a zero, com duplo 6-1, em pouco mais de uma hora.

Os atletas regressam, hoje, aos courts do Kikuxi-Villas Club para definir os semifinalistas, antes da disputa das partidas de pares da mesma fase.

tornou-se vice presidente do Conselho Nacional de Arbitragem", disse Ecurinho à nossa reportagem.

A dupla, de 40 anos, 20 dos quais a apitar, encerra a carreira não por limite de idade, uma vez que a nível da Confederação Africana de Andebol, os técnicos da arbitragem podem fazê-lo até perto ou para lá dos 50 anos.

"Quanto à idade, o regulamento diz que é até aos 50 anos, mas podes dar seguimento se as condições físicas o permitem", acrescentou.

Mas foi, em 2014 que Ecurinho António e Elvino Gomes alcançaram o estatuto de elite africano, ao serem credenciados pela Confederação Africana de Andebol (CAHB), tornando-se árbitros internacionais.



FAAND homenageou juizes na final da Taça de Angola

■ DESEMPENHO



Pupilas de Cátia dos Santos vão agora discutir o 26.º lugar

Seleção Nacional perde e falha objectivo no Mundial

Silva Cacuti

A Seleção Nacional de andebol em cadetes femininos tenta, hoje, minimizar o desfasamento entre o objectivo e o resultado final da participação no 11.º Campeonato do Mundo, quando defrontar, às 14h15 em Craiova, Roménia, a similar do México, para as classificativas do 27.º lugar.

Ontem, a equipa orientada por Cátia dos Santos foi impotente ao perder, 19-24, diante da Guiné, no jogo que, em caso de vitória, jogaria hoje pela melhoria ou manutenção do 26.º posto da anterior participação.

Sabia-se que seria muito difícil vencer as guineenses, devido ao historial negativo de resultados no frente-a-frente.

Ao entrar em campo, as jogadoras angolanas lembraram-se de que foi a Guiné responsável pelo não acesso ao pódio continental, quando, no jogo de atribuição do terceiro lugar no Campeonato Africano passado, as guineenses venceram por expressivos 18-11. Ao que tudo indica, pesou também saber que na edição de 2023 Angola perdeu nas meias-finais.

Com o peso deste conhecimento, a equipa angolana chegou ao intervalo a perder por 10-14, com Natália Garcia a ser a mais inconformada, com três golos apontados.

Hoje, diante das canadenses, abre-se a possibilidade das angolanas conseguirem a segunda vitória na prova e encerrar a participação da melhor forma.

■ AVALIAÇÃO DO PLANADESPORTO

Secretário de Estado cumpre agenda no Sumbe

Adilson de Carvalho/ Sumbe

O Secretário de Estado para Desporto Paulo Madeira, efectiva, hoje, uma jornada de trabalho na província do Cuanza-Sul, no âmbito do encontro com os directores provinciais da Juventude e Desportos, e da reunião metodológica sobre o PLANADESPORTO, destinada a avaliar o grau de cumprimento das caminhadas da família realizadas até ao mês de julho.

A agenda de trabalho do Secretário de Estado para os Desportos tem início no município de Porto Amboim, onde em companhia de membros do seu pelouro, Paulo Madeira vai visitar o campo do Clube Naval e a quadra de jogos da Paviterra, seguido para

o município da Ganguela, onde o governante vai visitar o terreno destinado à construção do futuro Pavilhão e a sede das associações desportivas.

No município do Sumbe, o Secretário de Estado visita o terreno baldio do EIS, a quadra de jogos do Sporting do Sumbe, o Pavilhão do Benfica do Sumbe e o Estádio Municipal Hoji-Ya-Henda.

No período da tarde, Paulo Madeira orienta a reunião metodológica com os directores provinciais da Juventude e Desportos da Região Sul, encontro que vai servir para avaliar a execução do PLANADESPORTO e analisar o nível de implementação das Caminhadas da Família nas províncias abrangidas pela região.



Paulo Madeira vai reunir-se hoje com os directores provinciais

■ MUNDIAL DE VELA

Dupla angolana afina estratégia para a estreia

A menos de três dias da estreia no Campeonato do Mundo de Vela da Classe 470, a decorrer de 10 a 17 do corrente, a dupla olímpica formada por Matias Moutinho e Manuela Paulo, entra na recta final da preparação em Enoshima, cidade japonesa de Fujisawa, rumo à corrida do passe de acesso aos Jogos Olímpicos de Los Angeles '2028.

Em entrevista ao *Jornal de Angola*, a proa da equipa, Manuela Paulo, garantiu que, apesar dos contratempos registados nos primeiros dias de treinos, motivados pelas condições da embarcação disponibilizada pela organização, o trabalho decorre de forma positiva e a equipa está concentrada em chegar à estreia nas melhores condições.

"Está tudo preparado. Conseguimos afinar o barco e ajustar muitos detalhes durante a preparação. Se as condições climáticas forem favoráveis, vamos dar o nosso melhor para iniciar este novo ciclo olímpico com uma boa prestação", afirmou.



Atleta sestão confiante numa boa campanha

A velejadora explicou que os treinos no mar sofreram um atraso devido à necessidade de efectuar reparações na embarcação.

"Infelizmente, o barco que recebemos não era o ideal para as nossas necessidades. Tivemos de fazer vários ajustes para melhorar o seu desempenho e, ao mesmo tempo, adaptar-nos às suas características", referiu.

Questionada sobre os benefícios do estágio, inicialmente previsto para dez dias, Manuela Paulo revelou que o plano foi alterado devido ao atraso na chegada do treinador da classe internacional da 470.

"Até à chegada do treinador, realizamos treinos individuais, seguindo a metodologia que utilizávamos em Angola. Esperamos trabalhar sob a orientação do técnico nos últimos dias antes do início da competição e aproveitar ao máximo a experiência com o mister neste período, apesar do tempo reduzido", explicou.

Rosa Panto

■ NACIONAL FEMININO DE FUTEBOL

Petro entra pressionado diante da Academia VGC

Pupilas de Sandra Dias entram em campo focadas em assumir o comando da Série da maior prova feminina do desporto-rei

Elsa Arroiz

O **Petro de Luanda** recebe hoje, às 11h00, a Academia VGC do Moxico, no campo Carlos Queirós, no Catetão, em jogo da última jornada do Grupo A do Campeonato Nacional Sênior Feminino de Futebol. As campeãs em título entram em campo obrigadas a vencer para assegurarem a liderança da série e confirmarem o favoritismo rumo às meias-finais.

As tricolores lideram o grupo com sete pontos, os mesmos do Kabuscorp do Palanca, enquanto o Malanje Sport Clube ocupa a terceira posição, com seis. Perante o último classificado da série, a equipa orientada por Sandra Dias sabe que não dispõe de margem para novo deslize.

Depois do empate sem golos diante das palanquinas, na terceira jornada, a treinadora aproveitou a folga imposta pelo calendário para corrigir as fragilidades evidenciadas pela equipa, sobretudo na finalização.

O encontro frente ao Kabuscorp demonstrou que o favoritismo, por si só, não garante vitórias. O rendimento dentro das quatro linhas será novamente determinante, razão pela qual as petrolíferas deverão abordar a partida com concentração máxima, evitando qualquer excesso de confiança que possa comprometer o objectivo de terminar a fase de grupos na liderança.

Sem qualquer ponto conquistado, a Academia VGC procura despedir-se da oitava edição da prova com



Atletas da equipa tricolor estão proibidas de ceder pontos

uma prestação positiva, depois da derrota sofrida frente ao Malanje Sport Clube na ronda anterior.

Consciente das dificuldades da missão, o treinador João Alberto acredita que a sua equipa poderá surpreender as campeãs nacionais. Francisca e Jaci assumem papel determinante nas aspirações da Academia VGC, sobretudo na tentativa de ultrapassar a guarda-redes Maria Muecálla e explorar as oportunidades que surgirem ao longo da partida.

Também hoje, o Malanje Sport Clube recebe a Escolinha João Sely, às 9h00, igualmente

no campo Carlos Queirós, com o objectivo de garantir a presença nas meias-finais.

As malanjinhas ocupam o terceiro lugar, com seis pontos, e pretendem aproveitar a folga do Kabuscorp para ascender ao segundo posto. Em caso de vitória, passam a somar nove pontos e ficam em posição privilegiada para assegurar o apuramento.

O Kabuscorp do Palanca folga nesta última jornada por imperativo do calendário. Na outra partida, o 4 de Junho goleou, por 11-0, os Gloriosos da Huila, ao passo que o Sagrada Esperança venceu por 2-1, os Galácticos de Benguela.

em casa e encerra a eliminação fora de portas, nas mesmas datas do Petro.

Vice-campeão do Girabola na última temporada, o Wiliete reforçou significativamente o plantel durante o mercado de transferências, assegurando a contratação de vários internacionais angolanos e de outros jogadores experientes. O investimento espelha a ambição da equipa em alcançar, pela primeira vez, a fase de grupos da mais importante competição africana de clubes.

Na Taça da Confederação, o 1.º de Agosto defronta o Green Mamba, do Reino de Eswatini. A equipa militar realiza o primeiro encontro fora de casa, entre 4 e 6 de Setembro, e decide a eliminação em Luanda, uma semana depois, perante os seus adeptos.

O Kabuscorp do Palanca enfrenta o UNAM FC, da Namíbia, na ronda inaugural da competição. A formação do Palanca começa a eliminação no reduto do adversário e disputa a segunda-mão em casa, com vista ao apuramento à fase seguinte da competição.

■ EM LUANDA

ANCAF realiza hoje sorteio do Girabola

A Associação Nacional de Clubes Angolanos de Futebol realiza hoje, às 14h00, nos estúdios da ZAP, em Luanda, o sorteio do Girabola 2026/2027, competição que tem o arranque marcado para 22 do corrente. O acto vai definir o calendário da prova e os primeiros adversários das 16 equipas que vão disputar o principal campeonato da modalidade.

A nova edição mantém o formato habitual, com 16 emblemas, e fica marcada pelo regresso do Recreativo da Caála, do Futebol Clube de Cabinda e do Futebol Clube de Luanda, formações que asseguraram o regresso ao escalão principal.

Luanda continua a afirmar-se como a maior praça do futebol angolano, reunindo cinco representantes: Petro de Luanda, 1.º de Agosto, Interclube, Kabuscorp do Palanca e Futebol Clube de Luanda. Apesar de conservar a liderança em número de clubes, a capital passa a contar com menos uma equipa relativamente à temporada anterior.

Benguela surge como a segunda província mais representada, com o 1.º de Maio, Wiliete de Benguela e Académica do Lobito. Cabinda volta a marcar presença na elite doméstica através do Futebol Clube de Cabinda, enquanto o Zaire mantém a representação com o São Salvador do Kongo.

A província da Huila continua representada pelo Desportivo da Huila, ao passo que a Lunda-Norte e a Sul mantêm os lugares na competição com o Sagrada Esperança e o Desportivo da Lunda-Sul, respectivamente. O Recreativo do Libolo representa o Cuanza-Sul, o Recreativo da Caála defende as cores do Huambo, enquanto o Bravos do Maquis é o rosto da província do Moxico.

Eduardo Gito



Evento decorre nas instalações do detentor dos direitos de imagem

■ “VEM AÍ O GIRABOLA”

“Petro recebeu bons reforços”



Engrácia Domingos ADEPTA

Adepta assumida do Petro de Luanda, Engrácia Ramos Domingos concilia a actividade comercial com a paixão pelo futebol, basquetebol e andebol, as três modalidades de maior expressão no desporto angolano.

Com base na movimentação das equipas durante o mercado de transferências, acredita que a próxima edição do Girabola será bastante equilibrada, embora identifique apenas três sérios candidatos ao título.

“O meu Petro, o Wiliete e o 1.º de Agosto têm mais possibilidades de conquistar o campeonato. As outras equipas podem criar dificuldades e alcan-

çar bons resultados, mas não acredito que consigam superar estas três formações”, afirmou.

Apesar da discreta presença do 1.º de Agosto no mercado de transferências, Engrácia Domingos considera prematuro afastar os militares da luta pelo título. “O Wiliete reforçou-se muito bem, mas o nosso principal rival continua a ser o D’Agosto, mesmo sem a força de outras épocas”, sustentou.

Confiante no trabalho desenvolvido pela direcção tricolor, a adepta acredita que o Petro reúne condições para conquistar o sexto título consecutivo do Girabola.

“Recebemos bons reforços e espero uma época positiva. Acredito que voltaremos a conquistar o campeonato”, referiu.

Ainda assim, prefere manter alguma prudência perante o entusiasmo de muitos adeptos petrolíferos.

“Acompanho o futebol há muitos anos e sei que existem equipas cada vez mais competitivas. Espero bons resultados, mas o Petro tem de encarar todos os jogos com humildade para continuar no caminho das vitórias”, concluiu.

“D’Agosto tem uma base experiente”



Lourenço Munginga ADEPTO

Lourenço Munginga considera que a estabilidade do plantel poderá revelar-se uma vantagem importante.

“Não houve grandes contratações, mas a base da equipa manteve-se praticamente intacta. Trata-se de um grupo que joga junto há várias épocas e recebeu apenas alguns reforços capazes de acrescentar qualidade. Isso pode ser suficiente para atacar o Girabola com sucesso”, defendeu.

O adepto acredita que os militares terão uma palavra a dizer na luta pelo título.

“Espero uma disputa intensa entre várias equipas, mas o D’Agosto tem uma base mais experiente do que o Petro e o Wiliete. Manter os mesmos jogadores durante vários anos pode fazer toda a diferença”, salientou.

Quanto ao Petro de Luanda, considera que o elevado número de reforços poderá exigir algum tempo de adaptação.

“Os novos jogadores trazem experiência de outros campeonatos, mas chegam a uma realidade completamente diferente. Excepto Mário Balbúrdia, que regressa ao futebol angolano, os restantes terão de adaptar-se ao Girabola. Penso que esse processo levará algum tempo e que só mais tarde poderão mostrar todo o seu valor e ajudar o Petro a lutar pela conquista de uma competição africana”, concluiu.

■ AFROTAÇAS

Angolanos evitam adversários exigentes

Jorge Neto

As equipas angolanas apuradas para as competições de interclubes da Confederação Africana de Futebol (CAF) tiveram um sorteio favorável na primeira eliminatória de acesso à fase de grupos da Liga dos Campeões Africanos e da Taça da Confederação.

Petro de Luanda e Wiliete de Benguela representam o país na principal competição, enquanto 1.º de Agosto e Kabuscorp do Palanca disputam a Taça da Confederação.

Os representantes nacionais conheceram, ontem, os respectivos adversários durante o sorteio realizado na sede da CAF, no Cairo, Egito, cerimónia que marcou o arranque oficial da nova temporada das provas africanas de clubes.

Na Liga dos Campeões, o Petro volta a medir forças

com o União do Songo, de Moçambique. A primeira-mão está agendada para o período entre 4 e 6 de Setembro, em solo moçambicano, enquanto a segunda entre os dias 11 e 13 do mesmo mês, na capital angolana.

Os dois clubes reencontram-se quase três anos depois do duelo da segunda eliminatória da edição de 2023, no qual os tricolores, então orientados por Alexandre Santos, seguiram em frente com um triunfo agregado de 5-2. Na ocasião, o Petro venceu por 2-1 em Maputo e confirmou a qualificação em Luanda, ao triunfar por 3-1.

O Wiliete de Benguela terá pela frente o Foresters FC, das Seicheles, também na primeira eliminatória da Liga dos Campeões. A formação benguelense disputa o primeiro jogo

Breves

■ CIDADE DE DURBAN

PERITOS PREPARAM CIMEIRA DA SADC

A cidade de Durban, na África do Sul, acolhe, desde ontem, a Reunião do Comité Permanente dos Altos Funcionários, que antecede a 46.ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que se realiza no dia 17 deste mês.

A Cimeira vai decorrer sob o lema "Industrialização resiliente, sustentável e inclusiva através do desenvolvimento de infra-estruturas e da transformação de produtos agrícolas e minerais essenciais, em prol de um mundo justo". Segundo a secretária nacional da SADC, embaixadora Flávia Lutukuta, os trabalhos vão estar centrados na situação financeira da organização, no grau de execução das decisões do Conselho e da Cimeira passada e na mobilização de recursos.

Durante o encontro de Chefes de Estado também vai ser feita uma abordagem em torno das candidaturas de quadros da SADC para órgãos de destaque a nível da União Africana e das Nações Unidas, acrescentou a diplomata angolana. O impacto dos desenvolvimentos geopolíticos actuais, e a política externa do Governo norte-americano em relação à região austral de África vai merecer, igualmente, atenção dos altos funcionários da SADC.

■ MOXICO

DIAGNOSTICADOS 10 CASOS POSITIVOS DE VARIOLA DOS MACACOS

O Gabinete Provincial da Saúde do Moxico diagnosticou, até ontem, no Luena, 10 casos de variola dos macacos, transmitidos por cidadãos provenientes das províncias de Cabinda e do Moxico-Leste.

Em declarações à imprensa, o director do Gabinete Provincial da Saúde, Tiago Mário, disse que o primeiro caso diagnosticado é de uma cidadã proveniente de Cabinda, que se encontra no Luena em visita familiar, e os outros são provenientes do município do Luau, província do Moxico-Leste.

De acordo com o responsável, o contágio da infecção da variola dos macacos está a circular no município do Luena, o que preocupa as autoridades sanitárias locais, que tudo estão a fazer para redobrar as medidas de segurança, com o objectivo de se evitar a propagação da enfermidade.

Segundo Tiago Mário, dos 10 casos diagnosticados, um encontra-se em exame laboratorial, dois tiveram alta e oito estão internados no Hospital Municipal do Luena.

José Rufino / Luena

■ MINISTRO DE ESTADO JOSÉ DE LIMA MASSANO VISITA OBRAS

Circular do Lubango está executada a 60 por cento



Cerca de 19 dos 38,7 quilómetros que compreendem a infra-estrutura já foram asfaltados

Estanislau Costa
e Isabel Dungula / Lubango

O transporte de mercadorias e de passageiros entre as regiões norte, leste e sul do Lubango será facilitado em breve. A construção da nova circular, que já atingiu 60% de execução física, vai retirar o tráfego pesado e de longo curso do casco urbano, eliminando os actuais embaraços ao trânsito.

Para constatar o grau de execução da empreitada, o ministro de Estado para a Coordenação Económica, José de Lima Massano, percorreu os 19 quilómetros de estrada já concluídos, de um total de 38,7.

Na ocasião, os técnicos da empreiteira Omatapalo detalharam o andamento dos trabalhos. Iniciada em Abril de 2022, a empreitada é considerada estratégica por evitar que camiões de longo curso, com mercado-

rias diversas provenientes da Namíbia, do Cunene e do Norte da província, passem pelo centro urbano.

Cada uma das duas faixas de rodagem possui uma largura que varia entre 19 metros nas zonas urbanas e 24 metros nas rurais, conferindo maior conforto e segurança aos motoristas.

Em declarações à imprensa, o ministro de Estado para a Coordenação Económica destacou que a economia nacional está em crescimento, impulsionada pela retoma da produção agrícola após um longo período de contracção.

Economia cresce a um bom ritmo

José de Lima Massano manteve, logo à chegada, um encontro de trabalho com o governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala. A reunião serviu para aferir o ponto de situação dos pro-

jectos locais, com destaque para a execução do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e do Programa de Investimentos Públicos (PIP). Na ocasião, o ministro de Estado referiu que a economia nacional tem registado um crescimento a bom ritmo. O país, sublinhou o governante, conseguiu superar um longo período de contracção económica.

O sucesso da retoma é fruto directo da implementação de várias reformas estruturais e programas macroeconómicos, que permitiram estabilizar as contas públicas e abrir caminho para a expansão actual.

Este desempenho positivo tem sido impulsionado de forma notável pelo sector não petrolífero. De acordo com o governante, o grande motor desta dinâmica extra-petrolífera é o agronegócio, que se encontra em forte expansão em todo o território nacional.

■ EVENTO ACONTECE EM SETEMBRO

Angola prepara participação na Assembleia-Geral da ONU

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, e a coordenadora residente das Nações Unidas, Amanda Mukwashi, analisaram, ontem, em Luanda, os preparativos da participação de Angola na próxima sessão da Assembleia-Geral do órgão, a decorrer no mês de Setembro, em Nova Iorque.

As conversações incidiram, igualmente, sobre as actividades alusivas aos 50 anos da adesão de Angola à ONU, efeméride considerada de elevado significado histórico e diplomático para o país.

Segundo um comunicado oficial, as duas entidades destacaram na reunião, realizada na sede da diplomacia angolana, a importância da parceria entre Angola e a ONU na promoção da paz, desenvolvimento sustentável e cooperação multilateral.

Os responsáveis abordaram, também, diversas iniciativas implementadas pelas Nações Unidas em apoio às

prioridades do Executivo angolano, com realce para os programas de reforço do Sistema Nacional de Saúde, melhoria da qualidade da educação, promoção da igualdade de género, bem como acções de apoio à boa governação e ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Angola tornou-se membro das Nações Unidas a 1 de Dezembro de 1976, pouco mais de um ano após a proclamação da sua independência, tendo sido admitida como o 146.º Estado-membro da organização.

Desde então, avança o documento, o país tem desempenhado um papel activo no sistema multilateral ao defender os princípios da Carta das Nações Unidas, bem como promovendo a resolução pacífica de conflitos, a paz e a segurança internacionais, a integração e o desenvolvimento do continente africano.



Coordenadora da ONU recebida pelo ministro Tété António

■ AGENDADA REUNIÃO DECISIVA

União Africana e Liga Árabe querem reactivar cooperação

A 21.ª Reunião dos Altos Funcionários do Comité de Coordenação da Parceria África-Árabe encerrou, ontem, na cidade do Cairo, Egipto, com a adopção de várias recomendações estratégicas para dinamizar e relançar o mecanismo de cooperação estabelecido a 29 de Março de 2007.

O mecanismo reuniu-se pela última vez, ao mais alto nível de Chefes de Estado e de Governo, a 23 de Novembro de 2016, em Malabo, na Guiné Equatorial.

De acordo com um comunicado da Missão Permanente de Angola junto da União Africana (UA), a cidade de Adis Abeba, capital da Etiópia, vai acolher, em 2027, a 10.ª Reunião de Cooperação Geral entre a Comissão da UA e o Secretariado-Geral da Liga

dos Estados Árabes, com o objectivo de reactivar a cooperação bilateral.

No domínio económico, reafirmou-se a pertinência de organizar o Fórum Económico África-Árabe à margem da 5.ª Cimeira África-Árabe, prevista para o primeiro semestre de 2027, na Arábia Saudita.

O fórum servirá de plataforma para reforçar os laços no comércio, investimento, desenvolvimento de infra-estruturas e fomento do sector privado. Para coordenar estas actividades, recomendou-se a criação de um Comité Conjunto, integrado por representantes dos dois secretariados, encarregado de preparar, até ao final de 2027, os eventos comemorativos do 15.º aniversário da parceria.*



Agro-negócio impulsiona crescimento económico

O ministro de Estado para a Coordenação Económica destacou o crescimento da economia nacional, impulsionado pelo agro-negócio e pelos investimentos públicos.

Em missão ontem na província da Huíla para avaliar os projectos estruturantes, José de Lima Massano visitou várias iniciativas privadas, como a Fazenda Jamba, referência na produção de morangos, e reafirmou o apoio do Executivo aos empresários locais.

O governante destacou, na ocasião, a importância da província da Huíla no processo de crescimento económico do país, considerando-a uma das principais praças económicas de Angola, sobretudo pelo potencial do sector produtivo, com realce para o agro-negócio.



José de Lima Massano

Durante um encontro com membros do Governo da Huíla e representantes da equipa económica, José de Lima Massano afirmou que a visita a esta província tem como objectivo acompanhar a execução dos principais programas de investimento público em curso e identificar constrangimentos que possam impedir o cum-

primento das metas definidas.

O governante explicou que a deslocação da equipa económica à Huíla visa, igualmente, encontrar, em conjunto com as autoridades locais, soluções para os desafios que ainda persistem na implementação dos projectos estruturantes.

Segundo o ministro de Estado, o sector produtivo, com destaque para o agro-negócio, tem sido um dos principais impulsionadores da actual fase de crescimento da economia angolana. Reconheceu o esforço dos empresários e das famílias que desenvolvem actividades produtivas na Huíla, garantindo que o Executivo vai continuar a adoptar medidas para transformar o potencial existente em resultados concretos para a população.